

RELATÓRIO DE GESTÃO, ANO DE 2010



SERVIÇOS DE
ACÇÃO SOCIAL
DO INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

Relatório de Gestão, ano de 2010

Planeamento e controlo complementam-se e são exigências recíprocas numa qualquer gestão eficiente, às quais os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto não são indiferentes.

Este relatório pretende constituir-se no espelho sumário do trabalho de equipa, da capacidade, dinâmica, cooperação e interacção demonstrado pelos 19 (dezanove) trabalhadores que em 2010 deram corpo à prossecução dos nobres objectivos de acção social prosseguidos por estes SAS. Pessoas e saberes que formaram que geraram as sinergias necessárias para que os resultados expectados tivessem sido atingidos, encerrando-se mais um ano com o sentimento de missão cumprida.

INTRODUÇÃO

O presente relatório, assim como as contas que lhe estão anexas, relativo ao exercício de 2010, dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS.IPP), foi elaborado nos termos da legislação aplicável aos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e das normas procedimentais do POC Educação, destinando-se à prestação de contas perante os órgãos de governo do IPP, e consequente consolidação de contas do respectivo Grupo Público, bem como, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, Ministérios da Tutela e ao Ministério das Finanças.

Os SAS.IPP constituem-se assim como um serviço do IPP dotado de autonomia, mas integrante do universo do respectivo grupo público, articulando, na concessão de apoios aos estudantes, as orientações estratégicas definidas pelos órgãos próprios do IPP e a política de acção social escolar da responsabilidade do Governo.

Nestes termos, e na sequência do que é prática, o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2010, procurará, de uma forma sucinta, demonstrar não só as actividades dos Serviços, mas também a sua organização, financiamento e custos, integrando-as relacionalmente com os anos anteriores, de acordo com a estrutura que a seguir se descreve.

As demonstrações financeiras, bem como os demais documentos de prestação de contas, incluindo o presente relatório, foram elaborados sob a responsabilidade do Administrador, que por tudo responde, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento Orgânico dos SAS.IPP, aprovado por Deliberação n.º 1386/2010, do Conselho Geral do IPP, e publicada na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 06 de Agosto, sendo presentes para aprovação do Conselho de Gestão do IPP, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo Regulamento.

Estrutura do desenvolvimento do relatório

PARTE 1	Dedicada à missão e os princípios estruturantes à actuação dos SAS.IPP
PARTE 2	Actividades de reinvenção, modernização e simplificação
PARTE 3	A estrutura de recursos humanos afectos à missão dos SAS.IPP no ano de 2010
PARTE 4	A caracterização da actividade de atribuição de apoios directos, que inclui a atribuição de bolsas de estudo e auxílios de emergência a estudantes carenciados
PARTE 5	Dedicada ao apoio social indirecto – área de alojamento e à caracterização da actividade gerada neste sector de missão
PARTE 6	Dedicada ao apoio social indirecto – área de alimentação, com foco na descrição do movimento dos bares e cantinas sob a gestão dos SAS.IPP
PARTE 7	Regista os principais apoios a projectos ou iniciativas de cariz cultural, desportivo ou recreativo, promovidas pelas estruturas organizativas do IPP
PARTE 8	Procede à análise sumária do orçamento e financiamento das actividades
PARTE 9	Análise comparativa da estrutura de recursos e destinatários da missão SAS
PARTE 10	Elenca algumas conclusões

PARTE 1 – missão e princípios estruturais e estruturantes dos SAS.IPP

A missão

A missão dos SAS.ipp encontra-se agora bem definida no art.º 20.º do RJIES, que se transcreve:

<p align="center">“Acção social escolar e outros apoios educativos</p>		
<p>1 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de acção social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar.</p> <p>2 — A acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira.</p> <p>3 — No âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios directos e indirectos geridos de forma flexível e descentralizada.</p>		
<p>4 — São modalidades de apoio social directo:</p> <p>a) Bolsas de estudo;</p> <p>b) Auxílio de emergência.</p>	<p>5 — São modalidades de apoio social indirecto:</p> <p>a) Acesso à alimentação e ao alojamento;</p> <p>b) Acesso a serviços de saúde;</p> <p>c) Apoio a actividades culturais e desportivas;</p> <p>d) Acesso a outros apoios educativos.</p>	<p>6 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:</p> <p>a) A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;</p> <p>b) A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;</p> <p>c) A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.”</p>

Do que no transcrito preceito se prescreve, estes SAS.ipp não desenvolveram a actividade desportiva, bem como a atribuição de bolsas de mérito, ambas residentes nos Serviços Centrais do IPP, sob coordenação da Presidência. Também foi reduzida a actividade nas áreas da saúde e cultural, por falta de recursos financeiros.

Os princípios estruturais e estruturantes de actuação dos SAS.IPP

A actuação dos SAS.IPP no ano de 2010 foi norteadada e sustentou-se nos seguintes princípios fundamentais, acolhidos de forma expressa nos preâmbulos dos seus normativos internos, em especial nas Regras de Atribuição de Bolsas de Estudo e nas Regras de Concessão de Alojamento aos Estudantes do Politécnico do Porto:

- **Princípio da atenção centrada no estudante** – os SAS.IPP estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades actuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas
- **Princípios da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS.IPP actuam** de forma a garantir objectividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes
- **Princípio da boa-fé** – os SAS.IPP e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento
- **Princípio da proporcionalidade** – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta
- **Princípio da informação e da qualidade** – os SAS.IPP devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida
- **Princípio da responsabilização do estudante** – que aponta para a assunção pelo estudante das consequências da sua acção, expressa ou implícita, pelos seus actos
- **Princípio da melhoria contínua** – a melhoria contínua do desempenho pelo qual cumprem a sua missão é um objectivo permanente dos SAS.IPP

Os destinatários da missão SAS.IPP em 2010

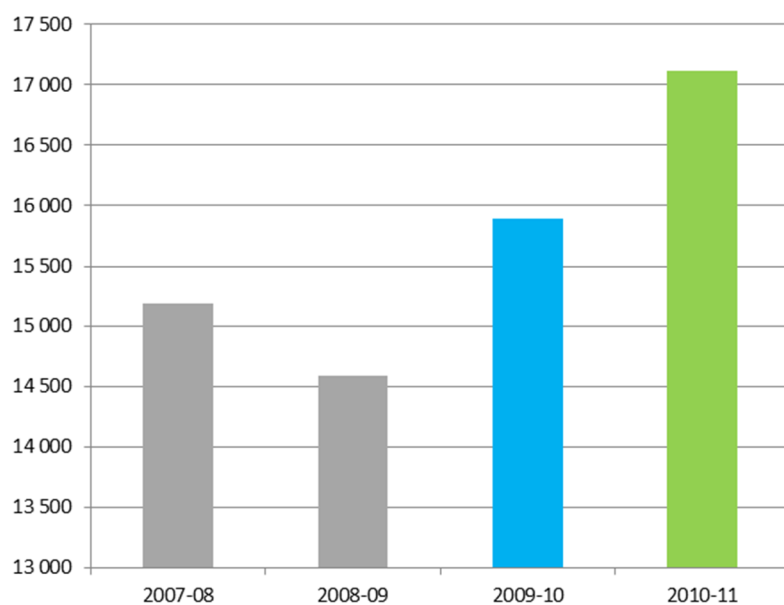
Os SAS.IPP, no âmbito da sua missão e em respeito pela discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados, dirigem os seus serviços à comunidade de estudantes do IPP, assim distribuídos pelas seguintes estruturas de ensino e com a evolução que se identifica:

Tabela 1 – evolução do número dos estudantes IPP no último quadriénio (2007 a 2010)

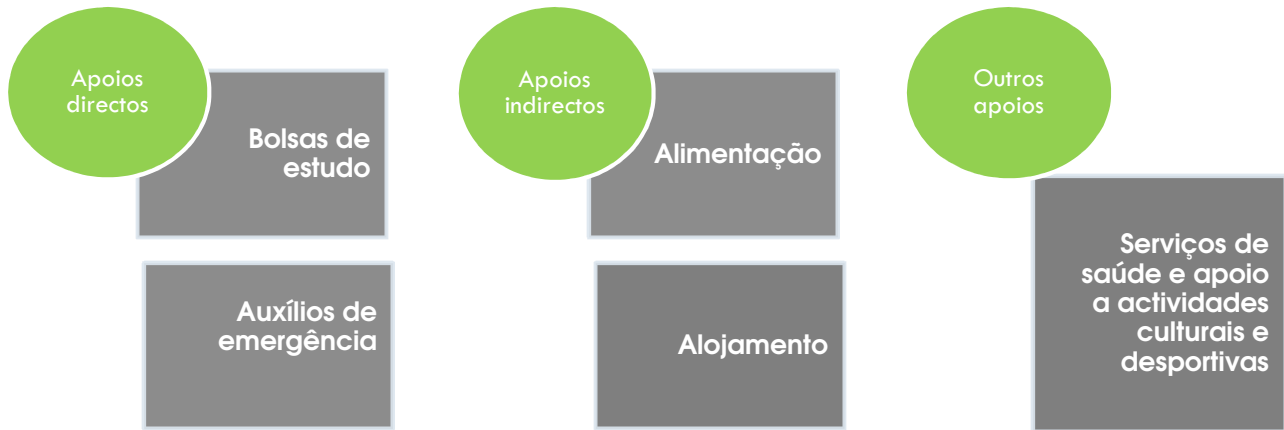
Escola		2007-08	2008-09	2009-10	2010-11
ESE	Escola Superior de Educação	1 332	1 227	1 553	1 631
ESMAE	Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	589	561	551	729
ESEIG	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1 212	1 065	1 113	1 204
ESTGF	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	776	882	1 117	1 333
ESTSP	Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto	1 769	1 827	2 055	2 004
ISCAP	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	3 607	3 297	3 349	3 680
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto	5 788	5 619	6 059	6 540
IPP-TCAV Tecnologias da Comunicação Audio - visual		115	113	99	---
IPP		15 188	14 591	15 896	17 121

2007-2008 até 2009-2010, Fonte: RAIDES, GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos
 2010-2011: Fonte IPP, GPPD - Gabinete de Planeamento, Projectos e Desenvolvimento, "RAIDES 2010", Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos no IPP em 2010-11

Figura 1 – evolução estudantes IPP



A tipologia dos serviços públicos prestados em 2010



Os principais serviços prestados podem ser agrupados em três grandes grupos: (1) serviços de apoio directos, em especial a atribuição de bolsas de estudo, (2) os serviços de apoio indirectos, onde tem especial relevância a atribuição de alojamento, a prestação de serviços de restauração (cantinas e bares), e (3) outros serviços de apoio, nomeadamente serviços médicos, de promoção e apoio a actividades culturais e desportivas e outras actividades desenvolvidas pelas organizações de estudantes, cursos e escolas.

As actividades desenvolvidas no ano de 2010 com vista à prestação de cada um destes serviços, que formam o sistema de missão dos SAS.IPP, serão retratadas ao longo do presente relatório.

PARTE 2 – actividades de reinvenção, modernização e simplificação do que se faz e como se faz

Actividades de reinvenção, modernização e simplificação

Áreas de Acção



SERVIÇOS DE
ACÇÃO SOCIAL
DO INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

O ano de 2010 constituiu-se no quarto ano sob a gestão da actual Administração e caracteriza-se neste domínio, modernização e simplificação, no ano da consolidação da capacidade de aprendizagem e reinvenção organizacionais, encerrando um primeiro ciclo de mudanças estruturantes ambiciosas, mas coerentes e exequíveis, de actividades e projectos que, no princípio, no meio e no fim, se centraram sempre destinatários dos serviços que são prestados por estes SAS, os estudantes.

Relacionamento com o estudante

Objectivo: promover uma visão de serviço centrada nos estudantes, prestando serviços de qualidade, racionalizando os custos dessa prestação, sem perdas de proximidade.

Através dos mais diversos meios de comunicação, os SAS.IPP continuaram a apostar na relação de proximidade com o estudante, agindo no sentido de antecipar as suas necessidades de informação, estando disponível para acolher, esclarecer e encaminhar.

Continuando com o trabalho desenvolvido em 2009, em 2010 os SAS.IPP mantiveram a estruturação da sua comunicação com o estudante de acordo com as suas necessidades de informação, mais estruturada na óptica dos serviços e menos na orgânica institucional.

A estrutura de informação na página de Internet constituiu-se numa preocupação reforçada em 2010, melhorando o seu aspecto, tornando-o visualmente mais atractivo ao estudante, e melhorando os seus conteúdos, tornando-os mais fáceis de entender e de aplicar:



Na estrutura desenhada para 2010 ganhou especial destaque o **GPS – Guia Para Seguires** que se constitui num compêndio organizado e orientados de ajudas para que o estudante apresente a sua candidatura a bolsa de estudo e alojamento.

Actividades desenvolvidas em 2010 com vista ao alcance deste objectivo:

Designação: GPS (GUIA PARA SEGUIRES) – Manuais de apoio (guias)

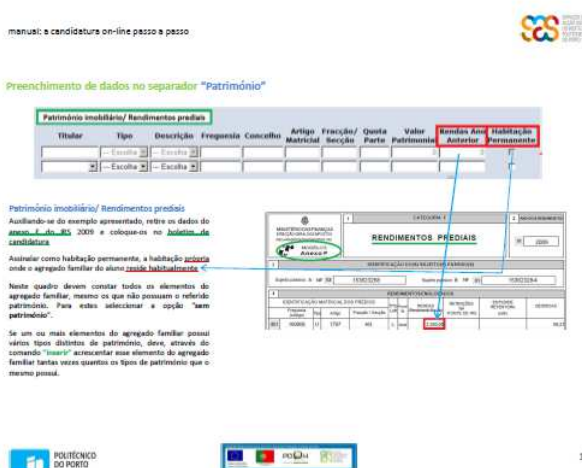
Descrição sumária da actividade: Elaboração e consolidação de documentos guia para o aluno

Objectivos associados: Simplificar e desconstruir a linguagem técnica (fiscal, contributiva e institucional) para que o estudante adquira autonomia para operacionalizar eficazmente os passos para se candidatar a bolsa de estudo e alojamento.

Resultados esperados: Minimizar as dúvidas do estudante e economizar tempo relativamente ao preenchimento da candidatura e documentos a enviar.

Imagens representativas dos Guias e dos seus conteúdos:

Manual: a candidatura on-line passo a passo



Neste guia, com desenvolvimento coincidente com o desenvolvimento da candidatura on-line e com reprodução em imagem das diferentes páginas informativas que o estudante tinha de preencher, os SAS.IPP forneciam coordenadas essenciais para que o estudante entendesse não só a estrutura informativa que tinha de declarar, como também o ajudavam a associar a informação que tinha de conseguir ler nos documentos (na declaração de IRS ou nas cadernetas prediais por exemplo) para os converter em declarações.

Em termos de estrutura, o guia integrava uma parte sobre as responsabilidades que um estudante assume ao apresentar uma candidatura a bolsa de estudo (1.º passo); orientações de base para

reunir a informação necessária à prestação das declarações (2.º passo); o acesso à candidatura (2.º passo); a prestação de declarações (3.º passo); o envio da candidatura (5.º passo) e por fim uma abordagem inicial ao envio de documentos obrigatórios de instrução da candidatura enviada.

Manual: guia para se organizar para enviar a sua candidatura



A experiência colhida nos últimos anos confirma que a atenção ao estudante repercute-se em mais-valias para a melhoria como se presta o serviço. Não basta informar é preciso comunicar.

Transformar as dúvidas dos estudantes em conteúdos de orientação, aumentando a sua autonomia face a processos de natureza burocrática, como o são as candidaturas a bolsa de estudo, foi uma aposta neste ano de 2010.

Com esse intuito os SAS.IPP elaboraram novos conteúdos, complementares àqueles que já tinham desenvolvido em 2009.

O “guia como para se organizar para enviar a sua candidatura” constitui um exemplo. Com a sua criação pretendeu-se minimizar a desorientação em que o estudante se colocava antes de proceder ao envio da sua candidatura, constituindo-se assim num guia complementar ao anteriormente referido (Guia: como enviar a sua candidatura passo a passo).

Manual: guia para actualizar a candidatura

A atenção fixada no estudante e nas suas necessidades exigiu-nos também que os conteúdos guia não fossem demasiado generalistas conduziu-nos à elaboração de conteúdos com destinatários específicos, com necessidades de informação semelhantes à generalidades dos estudantes mas que pela situação em que se encontravam precisam de conteúdos informativos ainda mais orientados.

Constitui exemplo o Guia para actualizar a candidatura, elaborado especificamente para os estudantes que já tinham apresentado candidatura a bolsa de estudo em Junho de 2010 mas que por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06, diploma de base à reforma de atribuição de bolsas de estudos, que passou a exigir outras declarações ao estudante.



Este guia centrou-se nos aspectos essenciais das alterações declarativas e nas novidades de instrução das candidaturas com o objectivo de minimizar as dúvidas que naturalmente surgem em processos de reforma, diminuir o erro das declarações e aumentar a qualidade da instrução da candidatura.

Manual: o envio dos documentos passo a passo

A primeira versão deste guia foi elaborada em 2009. Em 2010 o guia foi melhorado com o objectivo de tornar mais assertiva a mensagem que com ele se queria veicular: a importância de uma candidatura bem instruída para uma decisão mais eficiente e eficaz.

Nesse guia reforçou-se a mensagem das vantagens do envio dos documentos por UPLOAD, como meio mais rápido, eficaz e económico do estudante instruir a sua candidatura.

Imagens exemplificativas do conteúdo do guia em referência:



Manual: o envio de documentos passo a passo

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Manual – o envio de documentos passo a passo

AUTOR

Serviços de Acção Social do IPP

MORADA

Praça do Marquês, n.º 94
4000-390
www.ipp.pt

DATA DE PUBLICAÇÃO

14 de Junho de 2010



manual: o envio de documentos passo a passo

2.º Passo: Seleccionar o meio de envio dos documentos

Os documentos podem ser enviados através dos seguintes meios:

Por upload através da área de documentos na sua página pessoal para a acção social. O meio mais rápido e económico para si!

Para saber como enviar documentos através deste método consulte as páginas seguintes.

Por CTT, para os Serviços de Acção Social do IPP, Praça do Marquês, n.º 94, 4000-390, Porto, em envelope A4 e com a sua identificação completa (Nome e n.º de estudante)

Entrega presencial, na morada acima indicada, em envelope fechado e identificado com o seu nome e n.º de estudante.

Tome nota, não são aceites os documentos enviados por email.

Documentos
Faz o upload dos documentos necessários à sua candidatura.



versão 00_1

manual: o envio de documentos passo a passo

As vantagens do envio de documentos por UPLOAD (transferência)

De forma:

- * Fácil
- * Cómoda
- * Sem custos de tempo e de dinheiro
- * Rápida

Faz-nos chegar, "à velocidade de um clique", os documentos necessários para a instrução da sua candidatura!

Saiba como usar este meio através das páginas seguintes...



versão 00_re

Ajudas na candidatura on-line

Conscientes das dificuldades que atravessaríamos em 2010, ano da candidatura para o ano lectivo 2010-2011, que se insere num quadro de reforma, que em vários aspectos entrou em ruptura com normas e procedimentos passados, os SAS.IPP tiveram de reforçar os conteúdos orientadores de forma a minimizar as dúvidas sentidas pelos estudantes e o seu reflexo em candidaturas indevidamente preenchidas.

Com esse fim, de reforço da orientação, complementarmente aos guias foram disponibilizadas várias ajudas em cada um dos separadores da candidatura electrónica de bolsa de estudo e que versavam sobre os aspectos declarativos presente em cada página (separador) que a compreende.

Boletim de candidatura a apoio financeiro

The screenshot shows a web interface for the application process. At the top, there is a navigation bar with tabs: Identificação, Situação escolar, Agregado familiar, Património, Rendimentos, Encargos, Questionário, Outros apoios, and Enviar candidatura. The 'Património' tab is currently selected. Below the navigation bar, there is a section titled 'Património mobiliário'. The text in this section asks: 'O conjunto de elementos que constituem o seu agregado familiar possui, à presente data, valores depositados em contas bancárias, acções, fundos de investimento, títulos de dívida pública, certificados de aforo ou outros activos financeiros cujo montante total seja superior a 100.612,80€ ? (1) *'. There are radio buttons for 'Sim' and 'Não'. A green circle highlights a button labeled 'AJUDA' with a question mark icon in the top right corner of the form area.

Vejam-se a título de exemplo algumas imagens das ajudas que foram criadas:

AJUDA – separador 1

Dados de identificação do candidato

Este separador é de fácil preenchimento, não obstante recomendamos: Preencha correctamente os seus dados pessoais porque são essenciais ao tratamento e desenvolvimento do seu processo de candidatura!

[Ajudas que lhe podem ser úteis](#)

[De que tipo de documentos precisa para preencher este separador?](#)

[Onde pode obter o Número de Identificação da Segurança Social \(NIRS\)?](#)

[Onde pode obter o Número de Identificação Bancária \(NIB\)?](#)

[Qualidade com que reside em Portugal?](#)

Outras ajudas úteis:

GPS – Guia para Segures em [http://www.ipp.pt/IPP Social/ SAS.IPP/ Bolsas de Estudo/ GPS](http://www.ipp.pt/IPP%20Social/SAS.IPP/Bolsas%20de%20Estudo/GPS)

O GPS é, tal como o nome indica, um conjunto de informação que orienta para aspectos importantes da candidatura: candidatura passo a passo; envio de documentos passo a passo, entre outras, mas em especial o “a candidatura on-line passo a passo” e o “guia para actualizar a candidatura”.

Se não se quer perder oriente-se, pelo GPS!

Email bolsas

Se a informação que consta desta página não responde à sua dúvida, coloque a sua questão através de bolsas10-11@sas.ipp.pt.

Se usar este meio não esqueça de se identificar correctamente (nome e n.º de estudante) e identificar claramente a sua questão.

Ligações úteis:

www.seg-social.pt/consultas/sidirecta/

Portal da Segurança Social onde pode obter, **gratuitamente**, documentos como extractos de remunerações, entre outros.

Atenção: apenas para contribuintes que estejam registados no sistema para aceder às informações via internet.

Documentos que precisa consultar para preencher o separador “identificação”

Para preencher os dados constantes do separador 1, precisa dos seus pessoais, do tipo:

- n.º de identificação fiscal;
- n.º de identificação da Segurança Social
- n.º de identificação bancária (apenas para confirmar o já declarado)
- n.º de código postal (a obter em qualquer correspondência que lhe tenha sido dirigida para a sua residência oficial)

NISS – onde pesquisa

Se for titular de cartão de cidadão, o Número de Identificação da Segurança Social (NISS) consta do verso desse cartão.

O mesmo consta também dos documentos que lhe são emitidos pela Segurança Social (por ex.ª numa declaração, num officio).

O NISS é um dado de preenchimento obrigatório. Se não possuir o NISS declare o n.º 0 (zero) na sua candidatura.

AJUDA – separador 3**Agregado familiar**

A constituição do agregado familiar para efeitos de atribuição de bolsa de estudo está definida por Lei ([artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06](#)).

Ajudas que lhe podem ser úteis

[Como se define o agregado familiar?](#)

Que agregado familiar deve declarar na candidatura a bolsa de estudo?

Quem, em razão do parentesco, pode fazer parte do agregado familiar?

Um elemento meu agregado familiar faz IRS próprio. Tenho de o declarar?

Outras ajudas úteis:

GPS – Guia para Seguires em <http://www.ipp.pt>/ IPP Social/ SAS.IPP/ Bolsas de Estudo/ GPS

O GPS é, tal como o nome indica, um conjunto de informação que orienta para aspectos importantes da candidatura: candidatura passo a passo; envio de documentos passo a passo, entre outras, mas em especial o "a candidatura on-line passo a passo" e o "guia para actualizar a candidatura".

Se não se quer perder orientar-se, pelo GPS!

Email bolsas

Se a informação que consta desta página não responde à sua dúvida, coloque a sua questão através de bolsas10-11@sas.ipp.pt.

Se usar este meio não esqueça de se identificar correctamente (nome e n.º de estudante) e identificar claramente a sua questão.

Conceito de agregado familiar(artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06)

O conceito de agregado familiar para efeitos de atribuição de bolsa de estudo é o agregado familiar doméstico, ou seja as pessoas que vivam na mesma casa e com alguma relação de parentesco.

Agregado familiar a considerar

Para determinar a composição do seu agregado familiar deve considerar os elementos que vivam na mesma casa que você e que tenham alguma relação de parentesco à data da candidatura (n.º 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06).

Pessoas que, em função do parentesco, devem ser consideradas como pertencendo ao seu agregado familiar (artigo 4.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06)

Cônjuge (esposa/ marido) ou pessoa com quem viva em união de facto há mais de dois anos (companheiro/ companheira)

Parentes e afins maiores em linha recta e em linha colateral, até ao 3º grau:

Pais; Sogros; Padrasto, Madrasita, Filhos, Enteados, Genro, Nora, Avós, Netos, Irmãos, Cunhados, Tios, Sobrinhos, Bisavós, Bisnetos.

Parentes e afins menores em linha recta e linha colateral:

Não têm limite de Grau de parentesco

Adoptados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar

AJUDA – separador 4**Património**

Ajudas que lhe podem ser úteis

[Porque é que o património do agregado familiar passou a ser considerado?](#)

Que tipo de património tenho de declarar?

Quais os documentos que tenho de consultar para declarar o património?

Quais os documentos que tenho de enviar aos SAS.IPP, para prova do património que eu e o meu agregado familiar possuímos?

Um ou mais elementos do meu agregado familiar não tem qualquer património. Como o declarar esta situação?

Se eu e o meu agregado familiar não possuímos património de qualquer natureza (mobiliário ou imobiliário), tenho mesmo assim de enviar a declaração de certificação?

Outras ajudas úteis:

GPS – Guia para Seguires em <http://www.ipp.pt>/ IPP Social/ SAS.IPP/ Bolsas de Estudo/ GPS

O GPS é, tal como o nome indica, um conjunto de informação que orienta para aspectos importantes da candidatura: candidatura passo a passo; envio de documentos passo a passo, entre outras, mas em especial o "a candidatura on-line passo a passo" e o "guia para actualizar a candidatura".

Se não se quer perder orientar-se, pelo GPS!

Email bolsas

Se a informação que consta desta página não responde à sua dúvida, coloque a sua questão através de bolsas10-11@sas.ipp.pt.

Se usar este meio não esqueça de se identificar correctamente (nome e n.º de estudante) e identificar claramente a sua questão.

O património passa a ser considerado por determinação legal

Com a entrada em vigor do [Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06](#), para avaliar se um estudante, candidato a bolsa de estudo, reúne a condição de recursos (isto é, se possui ou não possui recursos bastantes para suportar as despesas que decorrem da sua frequência escolar) para beneficiar desse apoio social, **passam a considerar-se não só os rendimentos do agregado familiar** (como até então) **mas também o património, mobiliário e imobiliário**, detido por todos os elementos do agregado familiar.

A lei também determina que, se o estudante e o agregado familiar possuem um valor de **património mobiliário** igual ou superior a 100.612,80€, não pode beneficiar de qualquer apoio social, incluindo bolsa de estudo (n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06), que determina que:

4 - O direito às prestações e aos apoios sociais (...) depende ainda de o valor do património mobiliário do requerente e do seu agregado familiar, à data do requerimento ou do pedido de apoio social, não ser superior a 240 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

IAS em 2010 = 419,22 €
419,22 x 240 = 1.612,80€

Património que tem de declarar

O património a declarar é o património **mobiliário** e **imobiliário**. De seguida explicamos-lhe o que é que integra cada um destes tipos de património.



No **património mobiliário** (duas primeiras tabelas que lhe aparecem) deve declarar todos os valores de activos de natureza financeira ou afim, tais como dinheiro depositado em contas bancárias ou aplicado em fundos de investimento, certificados de aforro, títulos de tesouro, obrigações, acções ou outros, detidos por cada elemento do agregado familiar, incluindo os seus.

Os rendimentos gerados pelos bens mobiliários são designados de **rendimentos de capitais**.

Para simplificar o seu processo de declarações, neste separador vai declarar o valor de cada património e o respectivo rendimento gerado (caso tenha existido em 2009).

Exemplo 1: Se um elemento do seu agregado familiar (incluindo você) é sócio de uma empresa, então declara como património a quota de sociedade que o mesmo detém (1.º em % e depois o

AJUDA – separador 5**Rendimentos**

Ajudas que lhe podem ser úteis

Quais são os rendimentos que tenho de declarar e que são considerados para apuramento do rendimento global do meu agregado familiar?

A que ano respeitam os rendimentos que tenho de declarar?

Ao ano de 2009.

Devo declarar os rendimentos brutos ou líquidos?Quais os documentos que tenho de consultar para declarar os rendimentos?Um ou mais elementos do meu agregado familiar não tem qualquer rendimento. Como o declarar esta situação?Quais os documentos que tenho de enviar aos SAS.IPP, para prova dos rendimentos que eu e o meu agregado familiar possuímos?**Outras ajudas úteis:**GPS – Guia para Seguires em <http://www.ipp.pt/>, IPP Social/ SAS.IPP/ Bolsas de Estudo/ GPS

O GPS é, tal como o nome indica, um conjunto de informação que orienta para aspectos importantes da candidatura: candidatura passo a passo; envio de documentos passo a passo, entre outras, mas em especial o "a candidatura on-line passo a passo" e o "guia para actualizar a candidatura".

Se não se quer perder oriente-se, pelo GPS!

Email bolsasSe a informação que consta desta página não responde à sua dúvida, coloque a sua questão através de bolsas10-11@sas.ipp.pt.

Se usar este meio não esqueça de se identificar correctamente (nome e n.º de estudante) e identificar claramente a sua questão

Documentos a consultar para declarar os rendimentos**Se depende financeiramente de outros** (pais por exemplo) **deve sempre pedir ajuda e partilhar com eles a necessidade de informação e de provas que vai precisar.****Os rendimentos que cada elemento do agregado familiar possui** são do conhecimento de cada elemento do agregado familiar que possui esses bens. **Esta deve ser sempre a sua fonte de informação de partida.****Os documentos de prova dos rendimentos** estão na posse do seu agregado familiar:

- Declarações de IRS;
- Contratos de trabalho ou de formação;
- Notificações das entidades que pagam o rendimento.
- Registo de vendas ou prestações de serviço, etc...

Para conhecer fontes mais concretas de rendimentos em função do tipo de rendimento, consulte o **guia de actualização da candidatura**, [GPS \(Guia para Seguires\)](#), Bolsas de Estudo, IPP Social, www.ipp.pt.**Um ou mais elementos do meu agregado familiar não tem qualquer rendimento. Como o declarar esta situação?**

Todos os elementos do agregado familiar devem ser declarado no separador rendimentos e caso não possuam qualquer tipo de rendimento, deve, obrigatoriamente, declará-lo como sem rendimentos.

Documentos que tenho de enviar aos SAS.IPP, para prova dos rendimentos que eu e o meu agregado familiar possuímos

Os documentos que tem de enviar aos SAS.IPP serão aqueles que lhe são notificados na sua página pessoal, área de Documentos e que são determinados em função das declarações que presta.

Se existirem documentos que já entregou na 1.ª fase de candidaturas, não tem de os

Comunicação formal

Descrição sumária da actividade: Elaboração de notícias e comunicados que integre o estudante no desenvolvimento que sustenta a atribuição de bolsas de estudo e alojamento

Objectivos associados: Cumprir o direito à informação dos interessados nos serviços prestados pelos SAS.IPP

Resultados esperados: Contribuir para que os estudantes conheçam os seus direitos e deveres no âmbito dos procedimentos que desencadeiam junto dos SAS.IPP

Notícias, comunicados e legislação

Num ano de grandes mudanças a publicação de notícias e comunicados na página de Internet constitui-se numa actividade com grande importância em 2010 porque permitiram partilhar com os estudantes os desenvolvimentos que foram sendo alcançados ao longo do tempo em matéria da nova regulamentação que foi sendo aprovada para sustentar a atribuição de bolsas de estudo e dos novos procedimentos que com ela se formularam.

Exemplos de publicações:

Requerimento de bolsa de estudo, 2.ª fase
até 29 de Outubro de 2010

LEIA COM ATENÇÃO:

Quem pode requerer bolsa de estudo nesta fase?

Como deve proceder para requerer bolsa de estudo?

Quem pode requerer bolsa de estudo?

De acordo com o Despacho do Senhor Director Geral do Ensino Superior, comunicado a 16 de Setembro, nesta fase podem requerer bolsa de estudo os estudantes, economicamente carenciados, que no presente ano lectivo (2010-2011) se encontrem em uma das seguintes situações:

1. Ingressaram pela 1.ª vez no ensino superior (concurso nacional ou concurso para maiores de 23 anos)
2. Mudaram de curso ou ingressaram no IPP por reingresso ou transferência
3. Se inscrevem este ano pela 1.ª vez em curso de mestrado e não apresentaram candidatura na 1.ª fase (Maio/ Junho de 2010)
4. Ingressaram no IPP por regime especial de acesso (acesso reservado aos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira); atletas de alta competição, titulares de curso médio ou superior (*), descendentes de portugueses, representantes diplomáticos no estrangeiro)
5. Ingressaram pela 1.ª vez em CET (curso médio, de especialização tecnológica)

(* Se ingressou na qualidade de "titular de curso superior" apenas se pode candidatar se estiver inscrito em curso de Licenciatura e não possuir esse grau ou se inscrever em curso de mestrado e não possuir esse grau.

Como deve proceder para requerer bolsa de estudo?

1. Deve ler o guia: COMO SE ORGANIZAR para enviar a sua candidatura a bolsa, disponível em GPS (Guia Para Seguir).

Neste documento encontra informação sobre os documentos que vai precisar, onde os pode obter, os que vai ter de enviar aos SAS.IPP depois de enviar o seu requerimento.

2. Deve ler o manual: a candidatura on-line passo a passo, disponível em GPS (Guia Para Seguir).

Este documento é um espelho do que vai encontrar no seu requerimento on-line: o que vai ter de declarar, como vai ter de preencher e como o envia. Se o ler quando chegar o momento de apresentar a sua candidatura fá-lo-á com "uma perna às costas".

3. Consciente dos procedimentos que tem de cumprir, deve então formalizar o seu requerimento on-line de bolsa de estudo (atenção! este é o único meio autorizado).

POLITÉCNICO DO PORTO

- Bolsa de Emprego
- Bolsa de Estudos por Mérito
- Candidaturas
- Estudar no IPP
- Empresas, Inovação e Empreendedorismo
- Escolas
- EU,IPP,PT
- SICANT
- R&D
- IPP Cultura
- IPP Internacional
- IPP Social
- Links Externos
- Recursos Humanos

.ogin

Username	Unidade
<input type="text"/>	IPP
Password	
<input type="text"/>	<input type="button" value="OK"/>

Politécnico do Porto

Rua Dr. Roberto Frias
4200 - 465 Porto
Tel. 22 557 1000
Fax. 22 502 07 72

http://www.ipp.pt

Instalação do Certificado
Digital do IPP



Segunda, 2 de Maio de 2011 13:59:45

VISITANTE

BOLSAS: COMUNICADOS

Bolsas de estudo cofinanciadas pela União Europeia no âmbito do FSE
E pelo Estado Português no âmbito do POPH



ano lectivo 2010-2011

Através desta página é notificado/informado sobre comunicações que se lhe dirigem e que relevam para o seu processo de candidatura a bolsa de estudo

Novidades

Despacho Orientador do Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, de 15/02/2011 (ver área de Legislação)

Data da última actualização: 28/02/2011

BOLSA DE ESTUDO 2010-2011 > 3.ª FASE CANDIDATURAS: ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2010

Aprovada por Despacho do Senhor Director Geral do Ensino Superior de 20 de Outubro, divulgado em 05-11-2010, destinada a estudantes cujo inscrição no ciclo de estudos tenha sido efectuada até 19 de Outubro de 2010 (antes da data da entrada em vigor das Normas Técnicas Nacionais). >>> [clique aqui para aceder ao despacho](#)

Data de divulgação: 08/11/2010

Bolsas de Estudo

Comunicado da Secretaria de Estado do Ensino Superior >>> [clique aqui para aceder ao comunicado](#)

Data de divulgação: 18 de Outubro de 2010

Estudantes do IPP que se matriculam em 2010-2011 numa das suas Escolas ao abrigo do regime geral de acesso, regimes especiais, concursos especiais ou concursos institucionais

Comunicado 003/BE/2010

Abrange estudantes que em 2010-2011 ingressaram numa Escola do IPP no decurso de colocação ao abrigo do regime geral de acesso; por mudança de curso, reingresso ou transferência; por concurso de acesso de maiores de 23 anos; por concurso de acesso aos cursos CET e de MESTRADO; por regime especial de acesso reservado aos residentes nas Regiões Autónomas, atletas de alta competição, descendentes de representantes diplomáticos no estrangeiro e titulares de cursos médios ou superiores desde que, neste caso, se inscrevem em curso ou grau académico superior ao que detenham

De acordo com o Despacho do Senhor Director Geral do Ensino Superior, comunicado a 16 de Setembro, os estudantes supra referidos poderão, excepcionalmente, apresentar requerimento de bolsa de estudo para presente ano lectivo entre a data da matrícula e o dia 29 de Outubro, inclusive.

Para cumprimento deste despacho, informam-se os interessados que deverão estar atentos à área de NOTÍCIAS e COMUNICADOS da área de informação dos SAS IPP, nesta página de Internet, local onde divulgaremos a data a partir da qual ficará acessível, na Página Pessoal, o REQUERIMENTO electrónico DE BOLSA DE ESTUDO (único meio permitido para o envio de requerimento/ candidatura).

O acesso à Página Pessoal é feito através das credenciais de acesso (n.º de estudante, Escola e password) fornecidas no acto de matrícula.

Legislação, prazos e procedimentos

POLITÉCNICO DO PORTO

- Bolsa de Emprego
- Bolsa de Estudos por Mérito
- Candidaturas
- Estudar no IPP
- Empresas, Inovação e Empreendedorismo
- Escolas
- EU,IPP,PT
- SICANT
- R&D
- IPP Cultura
- IPP Internacional
- IPP Social
- Links Externos
- Recursos Humanos

ogin

Username	Unidade
<input type="text"/>	IPP
Password	
<input type="text"/>	<input type="button" value="OK"/>

Politécnico do Porto

Rua Dr. Roberto Frias
4200 - 465 Porto
Tel. 22 557 1000
Fax. 22 502 07 72

http://www.ipp.pt

Instalação do Certificado
Digital do IPP

Segunda, 2 de Maio de 2011 14:01:27

VISITANTE

BOLSAS: LEGISLAÇÃO, PRAZOS E PROCEDIMENTOS

Novidades

Despacho Orientador do Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, de 15/02/2011 (no final desta página)

Data da última actualização: 28/02/2011

Prazos

Prazo para actualização das candidaturas a bolsa de estudo, ano 2010-2011: Exclusivamente para estudantes do IPP que apresentaram candidatura a bolsa de estudo na 1.ª fase (Maio/ Junho de 2010)

[Ler comunicado: 001/BE/2010](#)

NOVOS ALUNOS_Prazo de candidatura a bolsa de estudo da 2.ª fase - Exclusivamente para estudantes que se matriculam/ inscrevem pela primeira vez no ano lectivo 2010-2010.

[Ler comunicado: 002/BE/2010](#) - o prazo foi adiado por orientação da DGES

Legislação

- Constituição da República Portuguesa - [Extracto de artigos](#)
- Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - Lei n.º 62/2007 - [Extractos de artigos](#)
- Financiamento do Ensino Superior - [Lei n.º 37/2003 - extracto de artigos](#)
- Princípios da política de acção social no ensino superior - [Decreto-Lei n.º 128/99](#), alterado pela Lei n.º 62/2007 (altera artigos 12.º a 17.º do DL 129/93) e pelo [Decreto-Lei n.º 304/2008](#) (altera o art. 3.º do DL 129/2009)
- Novo enquadramento para atribuição de bolsas de estudo no ensino superior - [Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06](#)
- Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - [Despacho n.º 14474/2010, publicado no DR 2.ª série de 16/09](#)
- Normas Técnicas Nacionais que aplicam o Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior - [Aviso n.º 20805-A/2010, publicado no DR, 2.ª série, de 19/10](#)
- [Despacho Orientador - Despacho do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 15/02/2011](#)
- [Clarificação da aplicação da alínea b\) - condições a aplicar aos estudantes que mudaram de curso - Esclarecimento proferido pela DGES](#)

Bolsas de estudo cofinanciadas pela União Europeia no âmbito do FSE
E pelo Estado Português no âmbito do POPH



A evolução do sistema transaccional de prestação de serviços

Objectivo: Aumentar a interacção entre o estudante e os SAS.IPP via Internet

Os conteúdos relacionais permitem ao estudante a possibilidade de interagir com os SAS.IPP via Internet. Desta forma, a informação disponibilizada engloba um certo envolvimento com o destinatário, existindo um maior dinamismo, no sentido em que há uma preocupação em responder a eventuais perguntas e em fornecer-lhe informação de acordo com as suas necessidades.

Conscientes que a evolução da plataforma de candidatura a bolsa de estudo (iniciada em 2007) para um portal do estudante para a acção social (implementado) em 2009 não se podia constituir num fim em si mesmo, os SAS.IPP implementaram novas melhorias de forma a aumentar a eficácia e eficiência das acções dos estudantes, essenciais ao bom desenvolvimento das decisões.

Analisadas as fases que constituem a apresentação de uma candidatura, os SAS.IPP elegeram como fase ou acto crítico a que corresponde à instrução da candidatura.

A capacidade de decidir mais rápido sobre um apoio que se presume essencial para quem o requer também depende da qualidade com que o estudante faz prova das declarações que presta. Nesta matéria é comum o desconhecimento ou dificuldade em identificar numa mega estrutura como a Administração Pública quais são os Serviços Públicos que a integram e que se constituem como fornecedores da informação de validação dessas declarações.

Saber que se pode obter uma declaração de IRS numa Repartição de Finanças ou através do portal das Finanças ou um extracto de remunerações junto dos Serviços da Segurança Social ou junto da Segurança Social on-line pode parecer tratar-se de um conhecimento de senso comum mas não o é para a generalidade dos estudantes principalmente para aqueles que apresentam candidatura pela primeira vez, que as mais das vezes entram pela primeira vez em contacto com as entidades fornecedoras dessas informações aquando do acto de apresentação de uma candidatura a bolsa de estudo.

Conscientes destas dificuldades, aferíveis pelas solicitações que os estudantes nos têm vindo a dirigir ao longo dos processos sobre “onde posso obter o documento” e que “tipo de documento em concreto

devo solicitar”, os SAS.IPP desenvolveram um conjunto integrado de acções que tiveram por fim minimizar as dificuldades na instrução das candidaturas e aumentar a sua qualidade em benefício do estudante. De entre elas refira-se a minuta electrónica de identificação dos documentos de base à instrução da candidatura.

Minuta automática de identificação dos documentos de instrução da candidatura

Descrição sumária da actividade: Criação da minuta electrónica (processo automático após submissão da candidatura)

Objectivos associados: Simplificar o processo de recolha e organização documental dos meios de prova das declarações prestadas na candidatura.

Resultados esperados: Minimizar o erro no envio de documentos errados por parte do aluno, condição essencial a uma mais célere análise da candidatura.

A minuta electrónica, que tem na base um conceito simples de troca de informação, substitui numa primeira fase um procedimento que até à sua implementação exigia sempre intervenção humana.

Antes da implementação da minuta automática

Depois de recebida a candidatura e de analisadas as declarações prestadas pelo candidato o técnico responsável pela análise da candidatura é que se identificava os documentos considerados essenciais e imprescindíveis para prova das declarações apresentadas pelo estudante.

Após a implementação da minuta automática

Com a introdução da minuta de electrónica dos documentos a entregar esse processo tornou-se num processo automático em que o sistema, com base nos dados declarados pelo estudante, processa, por analogia ao que faz o técnico, a identificação de um conjunto de documentos que se identificam como necessários àquele processo.

Como se operacionalizou esta funcionalidade?

Seguindo a estrutura de declarações prestadas pelo estudante ao longo da candidatura identificou-se, campo a campo, o documento que se associa às várias hipóteses declarativas. Feito o processamento dessa informação, cruzada com uma tabela geral de documentos, o sistema de suporte à recepção e tratamento das candidaturas elabora automaticamente uma lista dos documentos que o

estudante tem de enviar e que fica disponível no segundo após o envio da sua candidatura na área de Documentos da sua página pessoal.

Veja-se, a título de exemplo o que o sistema produz:

Gestão de documentos
Documentos em falta
Documentos que anexei

Caro(a) Estudante, Fica notificado para proceder à entrega dos documentos que a seguir se identificam e que são essenciais e imprescindíveis para a análise da sua candidatura a bolsa de estudo. Em caso de ultrapassar em tempo útil, use outro meio de envio de documentos (CTT ou entrega nos SAS.IPP).

Procedimento:

- Os documentos iniciais (de entrega obrigatória) devem ser entregues até .
- Após essa data apenas será notificado para, caso necessário, entregar documentos complementares.

Tome nota:

- Os documentos obrigatórios que não sejam entregues até conduzirão ao indeferimento da sua candidatura, salvo se fizer prova que os solicitou mas por motivo que não é da sua responsabilidade não o
- De igual forma, os documentos complementares que lhe venham a ser solicitados e não sejam entregues dentro do prazo também constituirão motivo de indeferimento.

Por tal, trate com responsabilidade um assunto que é do seu inteiro interesse.

Para melhor orientação do que lhe está a ser pedido leia atentamente o descritivo associado a cada documento e as observações, quando existam. Também pode consultar o [manual de envio de documentos](#)

Depois de enviar o documento pode consultar a actualização da sua lista de documentos entregues, no separador "DOCUMENTOS QUE ANEXEI".

Muito importante:

Caso precise de anexar vários ficheiros para um mesmo documento, deve anexar o primeiro ficheiro neste separador, "DOCUMENTOS EM FALTA" e utilizar o separador "GESTÃO DE DOCUMENTOS QUE ANEXEI".

- 01 - Requerimento de bolsa de estudo (candidatura) assinado (rubrica cada página e assina última conforme documento de identificação)
- 02 - Documento de identificação pessoal do estudante (B.I., cartão de cidadão ou, sendo estudante estrangeiro, doc de prova que reúne uma das condições do DL 129/93, artigo 3.º, alínea b) e seguintes)
- 03 - NIF (Número de Identificação Fiscal) do próprio e de todos os elementos do agregado familiar que não possuam cartão de cidadão
- 04 - NISS (Número de Identificação da Segurança Social) do próprio e de todos os elementos do agregado familiar que não possuam cartão de cidadão
- 05 - NIB - Número de Identificação Bancária do estudante
- 06 - Declaração do aproveitamento escolar
- 09 - Documento de identificação pessoal dos elementos do agregado familiar do estudante (B.I., cartão de cidadão ou passaporte, no caso de cidadãos estrangeiros)
- 10 - Requerimento de complemento de alojamento exclusivo para estudantes deslocados que frequenta a ESTGF - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

A minuta, mais do que uma lista, constitui-se também numa check-list que permite ao estudante a gestão dos documentos entregues. Há medida que o estudante vai fazendo upload de cada documento em falta, o sistema elimina o documento da lista dos documentos a entregar no separador documentos em falta e identifica-os como entregues no separador “documentos que anexei” funcionando este último como uma espécie de recibo, em permanente actualização, em função das próprias actualizações feitas pelo estudante.

A identificação de outros documentos necessários para além dos identificados automaticamente passou a ser feita ao nível da análise socioeconómica.

Redes de colaboração

Objectivo: ir ao encontro de novas formas de trabalhar potenciando a partilha de informação, de conhecimento e recursos através da criação de parcerias internas para o desenvolvimento de projectos que resultem em ganhos pluri-laterais, com o objectivo de prestar serviços de qualidade e racionalizar os custos dessa prestação, sem perdas de proximidade.

A criação de redes de colaboração constitui-se num importante objectivo estratégico para uma Instituição como os SAS.IPP tendo em conta a sua actuação de transversalidade ao nível de todo o Instituto Politécnico do Porto. Será nestes Serviços que o termo “estudante do IPP” ganha o seu mais relevante sentido porque apesar de cada um ser um estudante de uma das Unidades de Ensino que compõem este Politécnico, na sua essência e perante estes SAS o seu denominador comum é ser “estudante do IPP”.

O ano de 2009 foi, no essencial, o ano embrionário, o ano em que se deram os primeiros passos, se estabeleceram os primeiros contactos e compromissos em áreas específicas mas que a concretização deste objectivo estratégico.

Das actividades que mais relevam para o alcance desse objectivo referiremos duas:

A prestação de informação académica do estudante IPP, candidato a bolsa de estudo, através do sistema informático de apoio à gestão académica das Escolas;

A criação dum sistema informático de apoio à gestão das unidades alimentares sob a gestão dos SAS.IPP.

A prestação de informação académica: apuramento do aproveitamento escolar do estudante

Os desenvolvimentos atingidos em 2010, ano lectivo 2010-2011, foram de extrema importância para as actividades desenvolvidas por estes SAS e num dos seus domínios de actuação mais significativos em termos de volume de trabalho: a atribuição de bolsas de estudo.

O aproveitamento escolar constitui a par da carência económica um dos requisitos que tem de ser demonstrado pelo estudante para que possa beneficiar de bolsa de estudo.

Nos termos das normas aplicáveis à atribuição de bolsa de estudo, a análise do aproveitamento escolar de um estudante candidato a bolsa de estudo tem de ser analisado numa tripla perspectiva:

- a) O aproveitamento escolar ao longo do seu percurso académico no ensino superior, qualquer que tenha sido o curso e instituição onde tenha ingressado;
- b) O aproveitamento escolar obtido no ano lectivo imediatamente anterior;
- c) A projecção do aproveitamento escolar com base no desempenho alcançado.

Para chegar à conclusão se o estudante reúne ou não a condição de aproveitamento escolar (naquela tripla perspectiva) são necessárias várias e sucessivas comparações de diferentes variáveis de informação que só depois de devidamente conjugadas respondem às questões que permitem chegar àquela conclusão.

O nível de desagregação da informação necessária é densa e a sua conjugação é de natureza morosa, complexa e mais permeável ao erro quando suportada em mecanismos de tratamento e análise rudimentares e muito suportados no trabalho humano.

Foi com o objectivo de reduzir significativamente os custos associados ao tratamento da informação do aproveitamento escolar que em 2010 se deu mais um passo significativo nesta matéria: da emissão de um conjunto denso de dados que careciam de ser tratados, com recurso ao tratamento de dados em formato Excel, passamos, com a colaboração estreita da Divisão de Sistemas e Infra-estruturas de Informação e Comunicação dos Serviços da Presidência do IPP, a ter disponível no portal académico a informação em formato de relatório, com todas as questões respondidas para cada estudante e pronta a ser integrada na análise da candidatura a bolsa de estudo.

Só para se ter uma noção da importância da evolução atingida, para obter resposta a 4 questões chave os SAS.IPP tinham de tratar, para cada estudante, cerca de 28 variáveis diferentes de informação, conjugando-as a diferentes níveis de informação até chegar às conclusões necessárias.

O tratamento antes da implementação do sistema de informação do aproveitamento escolar

The image shows a Microsoft Excel spreadsheet with a complex data layout. The spreadsheet is titled 'AP ESCOLAR_EXEMPLO [Só de leitura] - Microsoft Excel'. The interface includes the standard Excel ribbon with tabs for 'Ficheiro', 'Base', 'Inserir', 'Esquema de Página', 'Fórmulas', 'Dados', 'Rever', and 'Ver'. The ribbon is set to the 'Formatar' tab, showing options for font, alignment, and styles. The spreadsheet itself is a large grid with columns and rows, many of which are highlighted in different colors (blue, green, yellow, red). The data appears to be organized into sections, possibly representing different stages or categories of the school system's operation before implementation.

O pós implementação do sistema de informação do aproveitamento escolar

The image shows a web browser window displaying the ISCAP On-Line portal. The browser address bar shows 'https://online.iscap.ipp.pt/iscap/java/ServLogin'. The page has a navigation menu on the left with options like 'Escola', 'Ficha de Utilizador', 'Página institucional', 'Dados Pessoais', 'Inscrições', 'Plano de Curso', 'Horário', 'Histórico', 'Calendário de Exames', 'Conta-Corrente', 'Propinas', 'Contactar por SMS', 'SAS', 'Aproveitamento Escolar', 'Secretariado', 'Sistema', 'Listagens', 'Mensagens', and 'Sair'. The main content area displays 'Aproveitamento Escolar - Serviço de Acção Social do IPP' and a list of questions and answers related to the 2010/2011 academic year. The questions are numbered Q.1 through Q.10, and the answers are provided in a list format. The page also shows the date 'Segunda, 9 de Maio de 2011 11'.

Pensamos que as imagens falam por si. De uma fase de tratamento intensivo e denso de dados feito com base em intervenção humana passamos para ter, em questão de segundos, todas as respostas

necessárias para obter a informação se o estudante reúne ou não o requisito de aproveitamento escolar. Uma informação que passou a ser obtida sem qualquer custo de tratamento de dados pelos SAS.IPP, que é dinâmica e passível de ser extraída em qualquer momento do ano, para qualquer ano lectivo e para todos os estudantes das Escolas do IPP, excepto para o ISEP.

Este constituiu-se no projecto/ actividade com maior impacto positivo nas actividades de back-office dos SAS.IPP no ano de 2010 e que permitiu um reaproveitamento do tempo que deixou de despende com esta actividade (de tratamento de dados) para outras mais importantes e de maior valor acrescentado.

Administração Electrónica

Para uma organização como os SAS.IPP, caracterizada por um grande número de clientes, geradores de volumes diários consideráveis de solicitações, e com recursos escassos (materiais e humanos) para atender, em qualidade tempo e resposta, o recurso a soluções de Administração Electrónica são-lhe essenciais.

De facto o recurso a soluções com base nas tecnologias de informação e comunicação foram de primordial importância para melhorar os nossos processos e serviços públicos e fazer muito com pouco.

Consciente desta importância em 2010 foi criado um sistema de extrema importância para a gestão e controlo de uma área de dimensão considerável para os SAS.IPP: a prestação de serviços de alimentação.



Uma moderna ferramenta tecnológica que visa flexibilizar e otimizar o sistema de gestão dos refeitórios e cantinas escolares, passando do papel para formato unicamente digital.

Os SAS.ipp, constatando a ineficiência e falta de fiabilidade do actual sistema de marcação e aquisição de senhas de refeição pelos estudantes e demais utentes das unidades alimentares, desencadearam, com a colaboração do Gabinete de Sistemas de Informação e Apoio à Decisão do Instituto Politécnico do Porto, o desenvolvimento de um projecto, interno ao IPP, tendo em vista a simplificação de procedimentos, a garantia de mecanismos de controlo e a diminuição de custos operacionais.

Nasceu assim o projecto GICANT (Sistema de gestão integrada de cantinas), que envolve a possibilidade de os utentes das unidades alimentares marcarem as refeições através da internet, procedendo ao pagamento através de uma conta corrente, com carregamento através do sistema Multibanco, validação de utilizadores através do sistema de autenticação LDAP existente na rede IPP e interfaces de gestão para os SAS.ipp e para cada uma das unidades alimentares.

O sistema permite introduzir uma melhoria significativa na óptica dos utentes das cantinas, bem como garantir o controlo do acesso às mesmas, uma vez que procede:

à validação do utente, na qualidade de estudante ou trabalhador da instituição

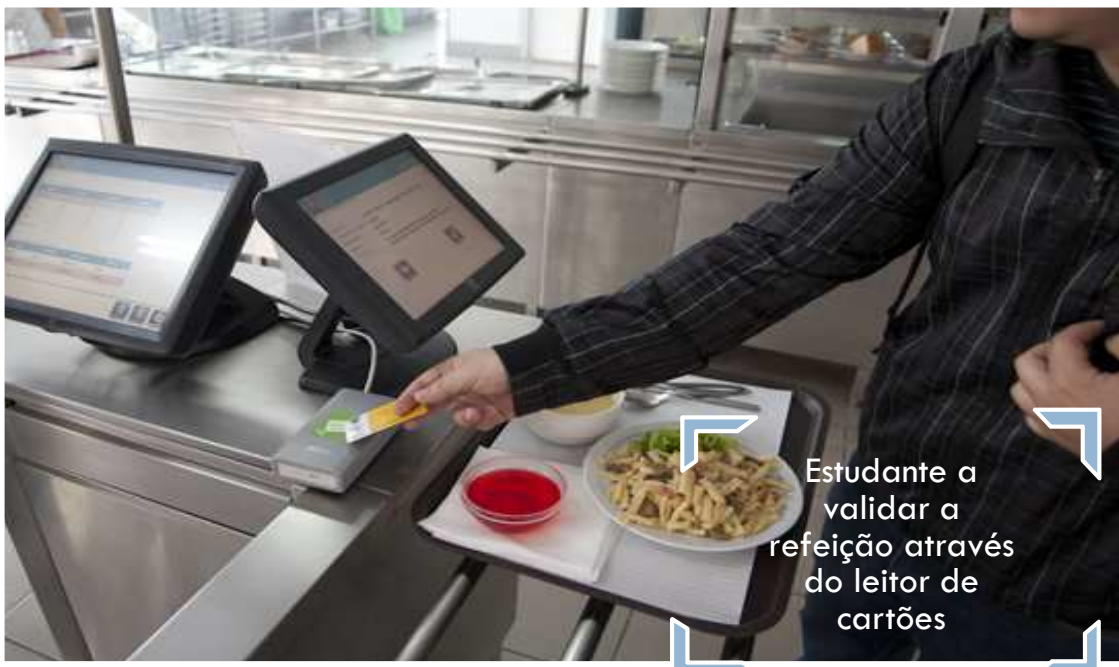
evita o manuseamento e controle de dinheiro

garante mecanismos de gestão muito mais eficazes, menos dependentes do trabalho humano

permite uma significativa redução dos custos operacionais

Este projecto tem assim como principais objectivos:

- Facilitar a marcação e pagamento de refeições;
- Desactivar as máquinas de emissão de senhas, fonte constante de problemas e constrangimentos para os utentes e para os SAS.IPP;
- Reduzir os dos custos operacionais;
- Evitar o manuseamento e controlo de dinheiro;
- Implementar mecanismos de controlo e de acompanhamento do processo;
- Controlar o acesso dos utentes às cantinas, na qualidade de estudantes, funcionários e visitantes.



O GiCANT está acessível em <http://gicant.sas.ipp.pt> e tem disponível o endereço de correio electrónico gicant@sas.ipp.pt para contacto.

O sistema permite:

- **Aos utentes:**

- Marcar refeições, sem necessidade de deslocação à Cantina para aquisição da senha sendo que apenas é necessário acesso à Internet;
- Anular as marcações até ao horário da Última Hora;
- Obter dados para carregamento da conta-corrente (pagamento efectuado através da Rede de Caixas Automáticas Multibanco);
- Consultar as ementas disponíveis;
- Consultar o histórico das marcações;
- Consultar os movimentos da conta-corrente;
- Solicitar reembolsos;
- Extrair as Vendas a Dinheiro.

- **Às Unidades Alimentares:**

- Administração das ementas e dos recursos a utilizar na elaboração das refeições de forma mais rápida e produtiva;
- Extração de listagens de acompanhamento;
- Gestão mais eficiente das refeições servidas/por servir durante as refeições.

- **Aos SAS.IPP:**

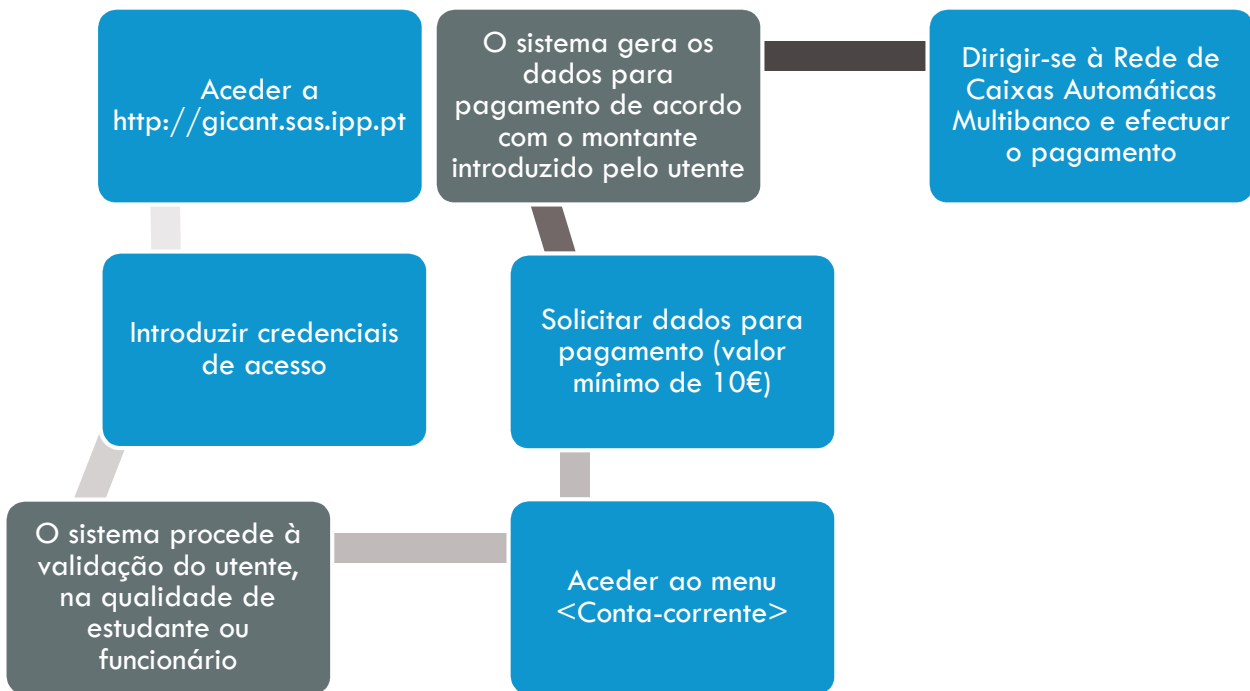
- Aceder à informação de gestão de forma integrada;
- Gerir carregamentos (por multibanco ou em numerário) das contas-correntes dos utentes;
- Gerir pedidos de reembolso;
- Emitir folhas de caixa;
- Consultar valores consumidos;
- Consultar histórico de marcações por utente;
- Consultar pedidos de dados para pagamento;
- Consultar informação de cartões de identificação.

O sistema é simples e prático e apenas exige que os utentes tenham:

- Cartão de identificação que valida a identificação e marcação de refeições através de um leitor de cartões;
- Credenciais de acesso ao sistema de autenticação LDAP;
- Conta-corrente carregada, através do sistema Multibanco.

Após pagamento, tendo por base os dados gerados pelo sistema, o saldo do utente é actualizado no prazo máximo de dois dias úteis.

Esquema simplificado do GICANT



Para facilitar a utilização do sistema foram distribuídos pelas diferentes unidades alimentares, distribuídas pelas sete Escolas do IPP, quiosques multimédia que, para além de permitirem o acesso à Internet, permitem aceder ao portal GICANT para através dele efectuarem marcações de refeições e verificar a conta corrente.

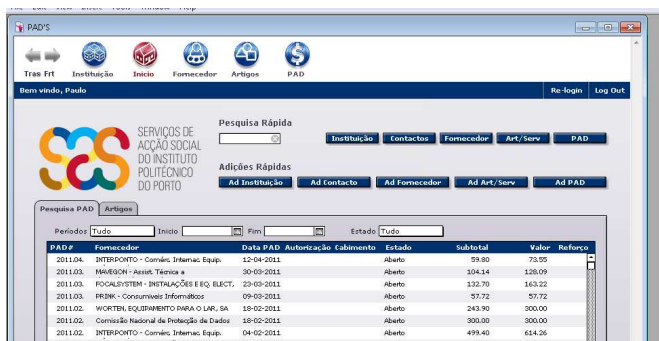
Outras acções de base tecnológica

A agilização do processo de tratamento e conferência de dados é fundamental para melhorar o funcionamento interno dos serviços. Por esse motivo, implementaram-se novos serviços de base tecnológicas que melhoraram o sistema informático de apoio ao acompanhamento e controlo das actividades dos SAS.IPP.

Os projectos desenvolvidos inserem-se na política de modernização dos serviços levada a cabo pelos SAS.IPP desde 2007 (2.º semestre) e objectivam a criação de soluções eficientes e a redução, de forma substancial, da burocracia e dos custos de tramitação dos documentos, o que permite ainda uma redução significativa do uso do papel.

Neste âmbito foram desenvolvidos e implementados em 2010 os seguintes projectos:

Sistema de gestão de Pedidos de Autorização de Despesa (PADs)



Período	Tudo	Início	Fim	Estado	Tudo				
PAD #	Fornecedor	Data PAD	Autorização	Cabimento	Estado	Subtotal	Valor	Reforço	
2011.04	INTERPONTO - Comércio Informac. Equip.	12-04-2011		Aberto	59,80	73,55			
2011.03	MARSON - assist. Técnica *	30-03-2011		Aberto	304,14	126,09			
2011.03	FOCALSYSTEM - INSTALAÇÃO E EQ. ELECT.	23-03-2011		Aberto	132,70	143,22			
2011.03	FRANK - Consumíveis Informáticos	09-03-2011		Aberto	57,72	57,72			
2011.02	WORTEN EQUIPAMENTO PARA O LAR, SA	18-02-2011		Aberto	243,90	300,00			
2011.02	Comissão Nacional de Protecção de Dados	18-02-2011		Aberto	300,00	300,00			
2011.02	INTERPONTO - Comércio Informac. Equip.	04-02-2011		Aberto	499,40	624,26			

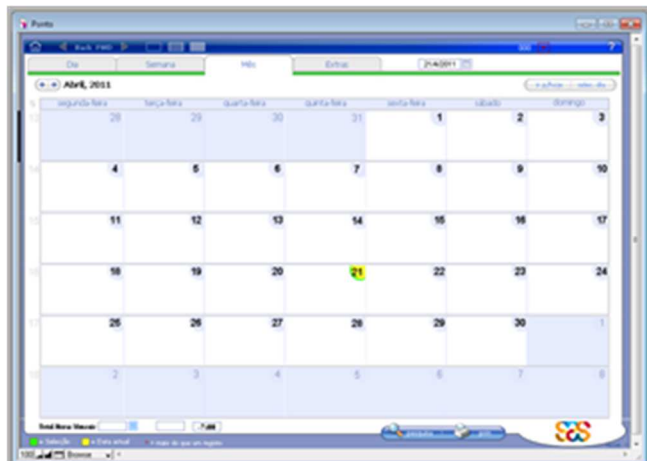
A criação da aplicação de PAD (Pedidos de Autorização de Despesa), teve por objectivo a centralização da informação relativa aos procedimentos de despesa com vista a uma mais eficaz cumprimento dos procedimentos e de uma maior eficiência do seu controlo

A aplicação porque desenhada com mecanismos de *workflow* permitiu dinamizar o processo de autorização de despesa, nomeadamente permite que os interessados acompanhem o estado do pedido após a sua apresentação.

Sistema de gestão de controlo da assiduidade

A autenticação e registo no sistema é efectuada através da intranet e o acesso está disponível em cada posto de trabalho.

A aplicação possibilita a visualização de uma forma simples dos registos com as respectivas horas (diário, semanal, mensal). Está preparada para efectuar um controlo automático e completo relativo ao trabalho extraordinário com base na legislação em vigor, desde a Proposta de trabalho até o seu Resumo (diário) conforme modelo das finanças.



Outras acções de suporte à Administração Electrónica

Constitui-se numa evidência o investimento feito no último quadriénio para modernizar os SAS.IPP pela via de projectos na área da administração electrónica. Estamos hoje muito mais dependentes das soluções de base tecnológica para prestarmos os nossos serviços, facto que nos exige melhorar o sistema que a suporta.

Com este fim, em 2010, foram privilegiados as seguintes domínios de melhoria e investimento:

Instalação e controlo de sistema de segurança

Em parceria com o IPP foi adquirida uma plataforma de sistema de segurança (Symantec), com o objectivo de aumentar a eficácia na protecção de intrusões externas e códigos maliciosos. Esta plataforma é dividida em 3 softwares.

- Exchange Mail Security: protecção do Exchange 2003 (Servidor de email). Actualmente estes SAS.ipp recebem uma média diária de 1000 a 1200 email's de spam, e em média 50 email's com código e software malicioso, que é verificado e são tomadas as devidas acções pelos serviços e informática.
- Symantec Security: Servidor de anti-virus, firewall e malware.

Software é instalado no computador dos colaboradores dos SAS.ipp, e totalmente gerido pelo Núcleo de informática.

- Symantec Backup: Software destinado a Backup de servidores e computadores cliente, um sistema de segurança adicional em caso de uma avaria/desastre grave. Estas cópias são efectuadas para discos externos e independentes dos servidores para uma correcta protecção dos dados.

Aquisição de Servidores

Foram adquiridos dois servidores, com duplo processador, discos de alta capacidade e desempenho, com memória de ultima geração, destinados à virtualização de sistemas (versão opensource da CITRIX "XENSERVER").

Estes servidores constituem-se essenciais para a reestruturação e desenvolvimento de todos os sistemas em uso nestes serviços, tais como:

- Isolar os Servidores de Controlo de Domínio dos restantes;
- Utilização da arquitectura de 64Bits
- Separação de sistemas e serviços (ex: separar serviços informáticos afectos ao Núcleo de Apoios Directos do Núcleo Financeiro), aumentando a segurança e o desempenho dos mesmos;
- Actualização de Servidor Exchange 2003 para Exchange Server 2010 com nova arquitectura, que contem funcionalidades mais recentes e interage com um grande leque de outras estruturas do mundo da informação;
- Criação/desenvolvimento de um Portal de colaboração "**SASDOC**", portal desenhado na estrutura tecnológica **Sharepoint Server 2010 (64Bits)**.

Reestruturação do bastidor de rede dos SAS.ipp:

- Ligações deste bastidor foram todas revistas
- Aquisição do Switch DELL Power Connect 5448 com um forwarding rate de 71.2 Mpps, preparado com iSCSI storage. Este switch vai potencializar e dinamizar a circulação de dados.

Aquisição de equipamento para as residências dos SAS.ipp

- Computadores
- Impressoras

Contratação de serviços de internet com velocidades superiores, aumentando as condições de estudo dos nossos alunos

A comunicação com o estudante

A comunicação com o estudante manteve-se em 2010 como até aqui, suportada em três principais canais de comunicação:

1 o atendimento electrónico, via email, através dos seguintes endereços temáticos:

bolsas10-11@sas.ipp.pt

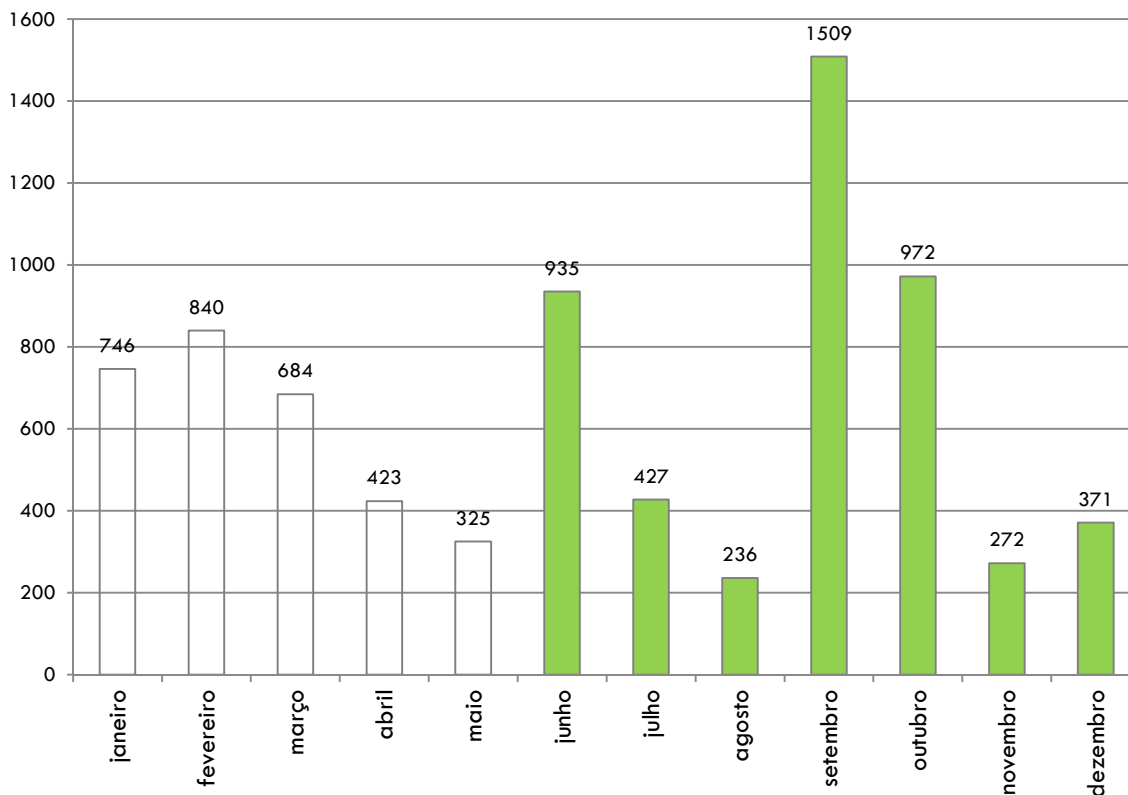
alojamento@SAS.IPP.pt

alimentacao@sas.ipp.pt

info@sas.ipp.pt

Neste tipo específico de comunicação, os SAS.IPP responderam no ano de 2010 **7.740 pedidos** de esclarecimento ou encaminhamento, dos quais **2.719** ainda relativos a processos de 2009-2010 e **5.021** relativos a do ano lectivo 2010-2011.

Figura 2 – a dimensão do atendimento electrónico (via email) em 2010

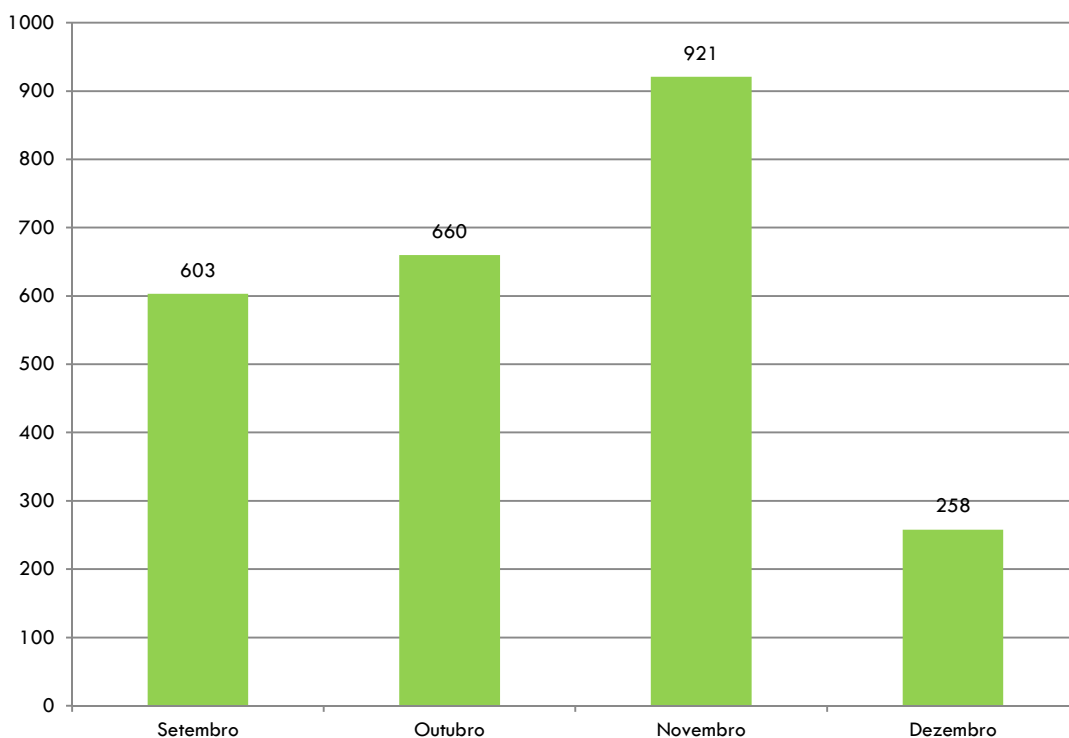


2 O atendimento telefónico

Constituindo-se ainda no meio de comunicação menos eficaz, por força da inexistência de recursos humanos bastantes para comunicar com o estudante com recurso a todos os canais de comunicação disponíveis, houve no entanto uma melhoria relativa nesse meio de comunicação com a entrada em funcionamento do **número azul**, que permite ao estudante ser atendido por um profissional capaz de o esclarecer ou encaminhar, sem custos e sem se sujeitar aos encaminhamentos sucessivos entre extensões internas.

Ainda que não disponhamos de um sistema de gestão de chamadas telefónicas, no último quadrimestre do ano de 2010 foi iniciado um registo do número diário de atendimentos telefónicos pelo que, pela primeira vez, podemos representar a dimensão desta modalidade de comunicação nestes SAS nesse período.

Figura 2 – a dimensão do atendimento telefónico no último quadrimestre de 2010



3 O atendimento presencial

Do conjunto das três modalidades de atendimento, o atendimento presencial constitui-se naquele que para estes SAS se constitui mais gratificante e mais exigente. Mais gratificante porque permite uma interação em tempo real e presencial com os estudantes que procuram os nossos serviços e mais exigente não só pela representatividade que tem mas também, se não mais importante, porque é o atendimento que exige maior competência e aptidões de quem o assegura. Atender significa acolher, ser empático, integrar, orientar, saber ouvir e saber comunicar técnica e emocionalmente.

Quer em termos médios, quer em termos absolutos, o atendimento presencial continua a ser a modalidade de atendimento mais representativa para os SAS.IPP. De seguida descrevemos essa actividade.

Tabela 3 – a dimensão do atendimento presencial nos SAS.IPP: análise comparativa (anos de 2009 e 2010)

Mês	ANO DE 2009	ANO DE 2010
Janeiro	682	558
Fevereiro	787	930
Março	1 475	732
Abril	1 055	417
Maió	523	255
Junho	1 080	1 660
Julho	1 053	374
Agosto	94	153
Setembro	1 078	2 339
Outubro	863	1 382
Novembro	1 276	304
Dezembro	437	460
Total ano (1)	10 403	9 564
alunos IPP (2)	15 896	17 121
% de atendimentos = 1: 2	65%	56%

Fonte: Sistema de gestão de atendimento presencial dos SAS.IPP, dados recolhidos entre 05 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 (ano de 2009) e entre 04 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010 (ano de 2010)

Figura 4 – a dimensão do atendimento presencial nos SAS.IPP: análise comparativa (anos de 2009 e 2010)

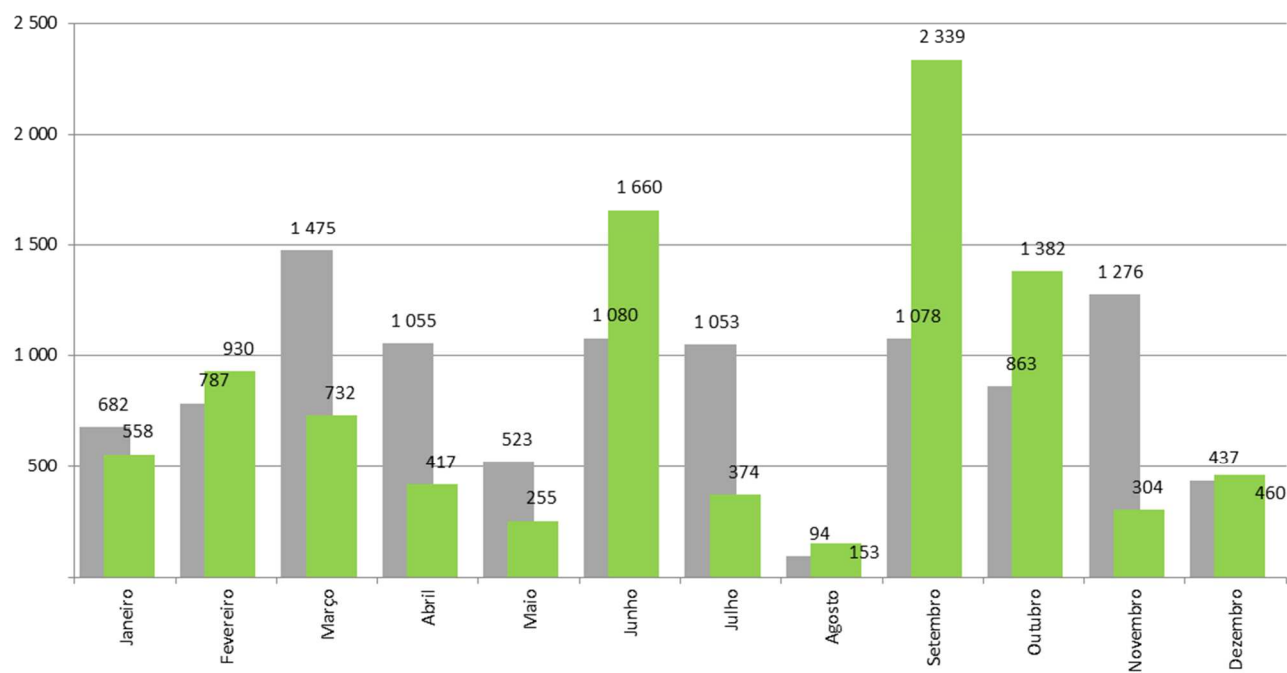
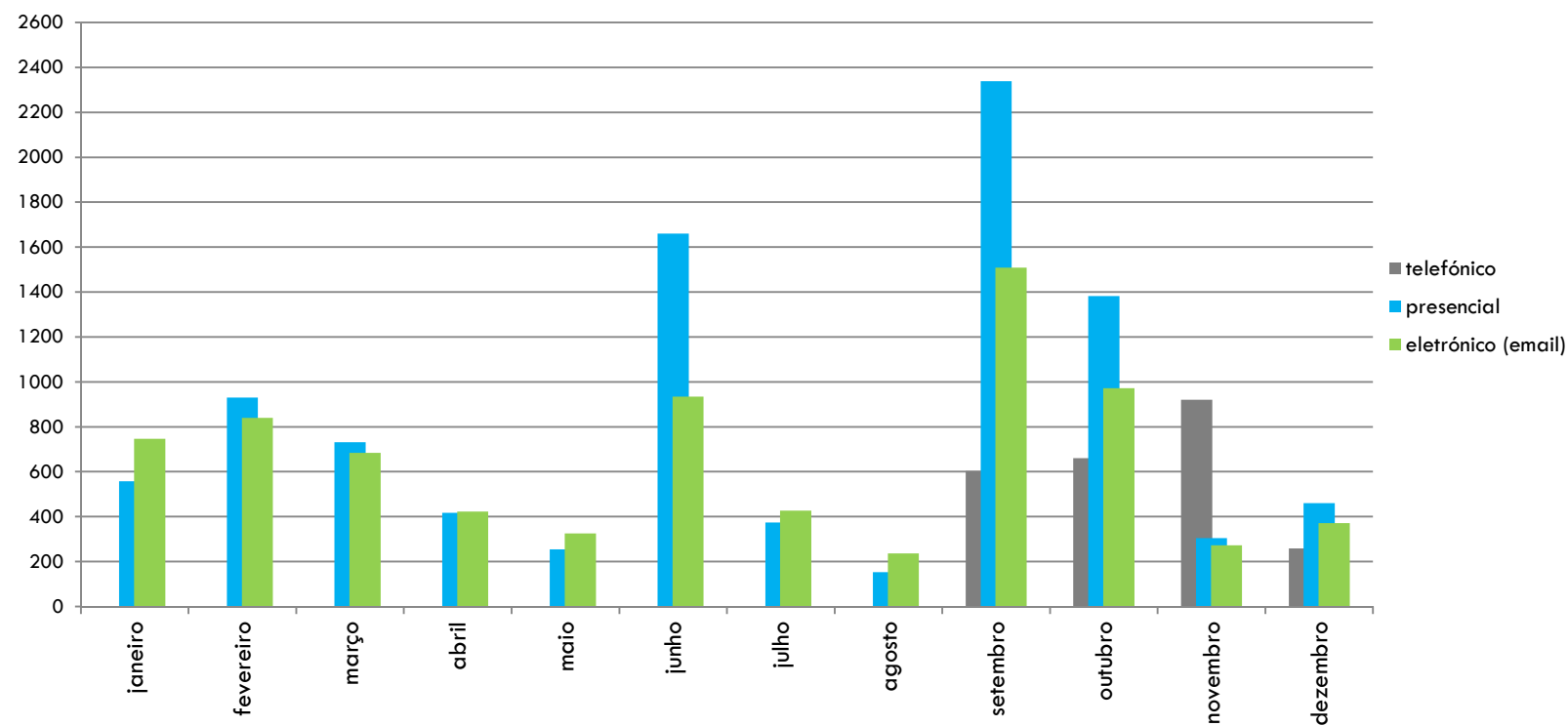


Tabela 3 – a dimensão das diferentes modalidades de atendimento no ano de 2010

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
telefónico									603	660	921	258	2.442
presencial	558	930	732	417	255	1660	374	153	2339	1382	304	460	9.564
eletrónico (email)	746	840	684	423	325	935	427	236	1509	972	272	371	7.740
total	1.304	1.770	1.416	840	580	2.595	801	389	4.451	2.354	576	831	19.746



A análise conjunta da actividade de atendimento nas suas diferentes modalidades apresentada na página anterior ganha uma dimensão diferente, mais representativa da sua importância no quadro das actividades dos SAS.IPP.

O número de atendimentos gerado num ano civil cremos ser suficientemente representativo do esforço que nos é exigido, de conciliação constante das actividades de back-office com as de front-office. Uma tarefa difícil quando os recursos são escassos mas que para organizações aprendentes como consideramos ser os SAS.IPP se constitui de primordial importância para conhecermos aqueles a quem servimos, as suas principais dificuldades e dúvidas, as suas reais expectativas de como devemos prestar-lhes os nossos serviços.

O atendimento para estes SAS mais do que um dever constitui-se numa oportunidade de continuamente revermos e melhorarmos o que fazemos e como fazemos, aumentando a satisfação daqueles que aos nossos serviços recorrem. Desta actividade surgem ao longo do ano reformulações de como comunicar, de como tornar a nossa informação mais atractiva, mais simples e perceptível. Saber ao ouvir e saber interpretar é para nós essencial para melhorarmos continuamente a nossa actuação, por isso agradecemos as críticas construtivas que nos dirigiram e confortou-nos os elogios que nos reconheceram. Bem hajam todos quantos não ficaram indiferentes à nossa actuação porque foi com base nessa atitude que também tivemos capacidade de questionar e reinventar os nossos procedimentos.



PARTE 3 – estrutura de recursos humanos SAS.IPP

Mais importante?
as pessoas.

São elas o mais valioso recurso que qualquer organização pode ter

As pessoas são as protagonistas das organizações. Uma equipa motivada, envolvida com a organização, aquela que veste a camisola nos bons e nos maus momentos, é factor decisivo para o sucesso das organizações. É assim que se caracteriza a pequena, mas coesa e comprometida, Equipa de pessoas ao serviço dos SAS.IPP. Uma Equipa permitiu atingir as metas a que nos propusemos, as mais das vezes em condições adversas, e que nos permite afirmar: encerramos mais um ano de actividades com a convicção de termos cumprido da melhor forma possível a missão dos SAS.IPP

Se com orçamentos adequados é fácil motivar, com a escassez de recursos financeiros com que estes SAS se defrontam desde 2007, a motivação foi, essencialmente, conseguida com palavras de incentivo, com as típicas frases “estamos juntos nisto” ou “conto contigo” e com um trabalho e uma atenção contínua aos e com os colaboradores.

A caracterização das pessoas

Tabela 4 – evolução dos recursos humanos no último quadriénio (2007 a 2010)

	2 007	2 008	2 009	2 010
Dirigente	1	2	3	3
Técnico Superior	4	3	7	8
Técnico Informática		1	1	1
Assistente Técnico	2	2	2	3
Assistente Operacional	6	6	6	5
total	13	14	19	19
Avençados	5	3	2	
total geral	18	17	21	19

Fonte: Aplicação de suporte à gestão de recursos humanos, SAS.IPP, 31-12-2010.

Figura 3 – distribuição por modalidades de vinculação em 2010

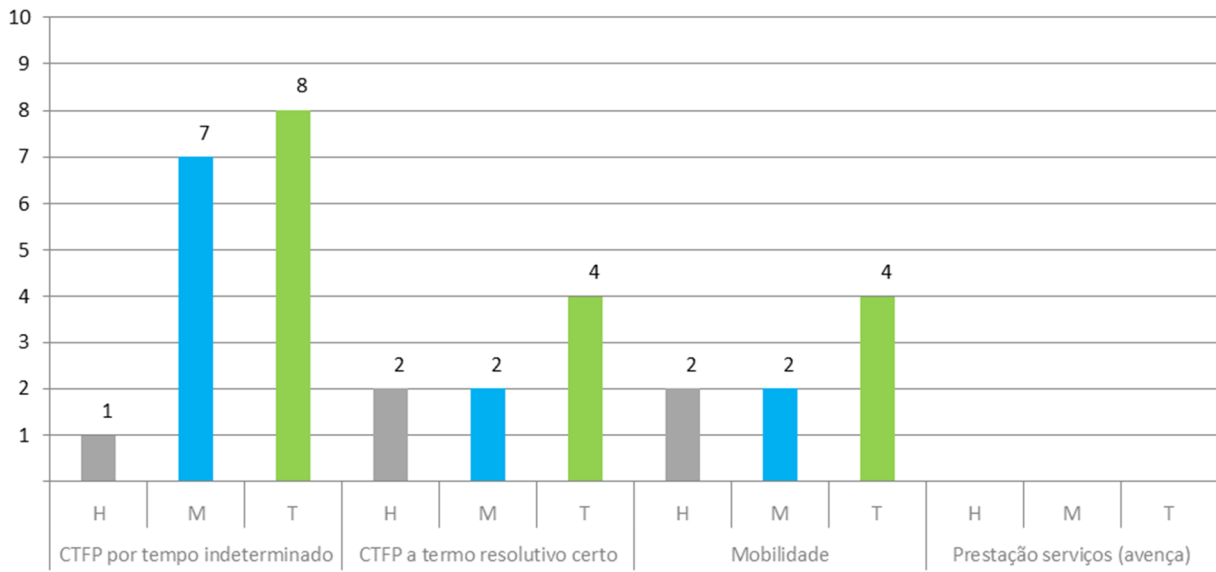


Figura 4 – distribuição por modalidades de vinculação em 2010

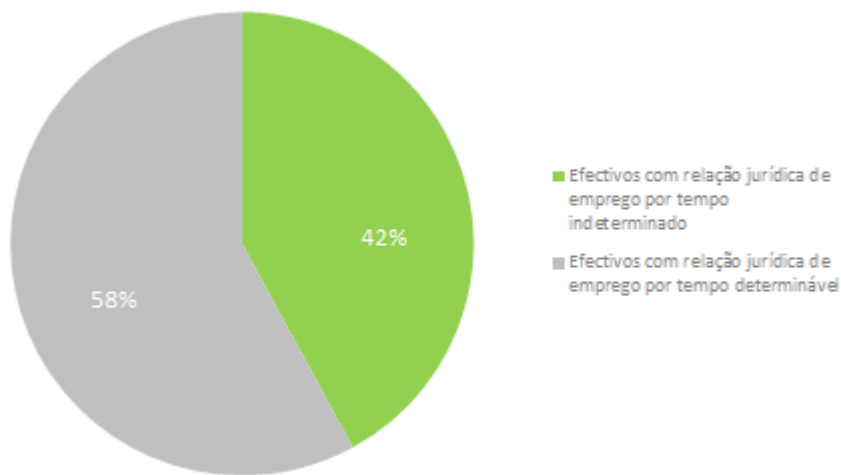


Figura 5 – distribuição dos recursos humanos por faixas etárias em 2010

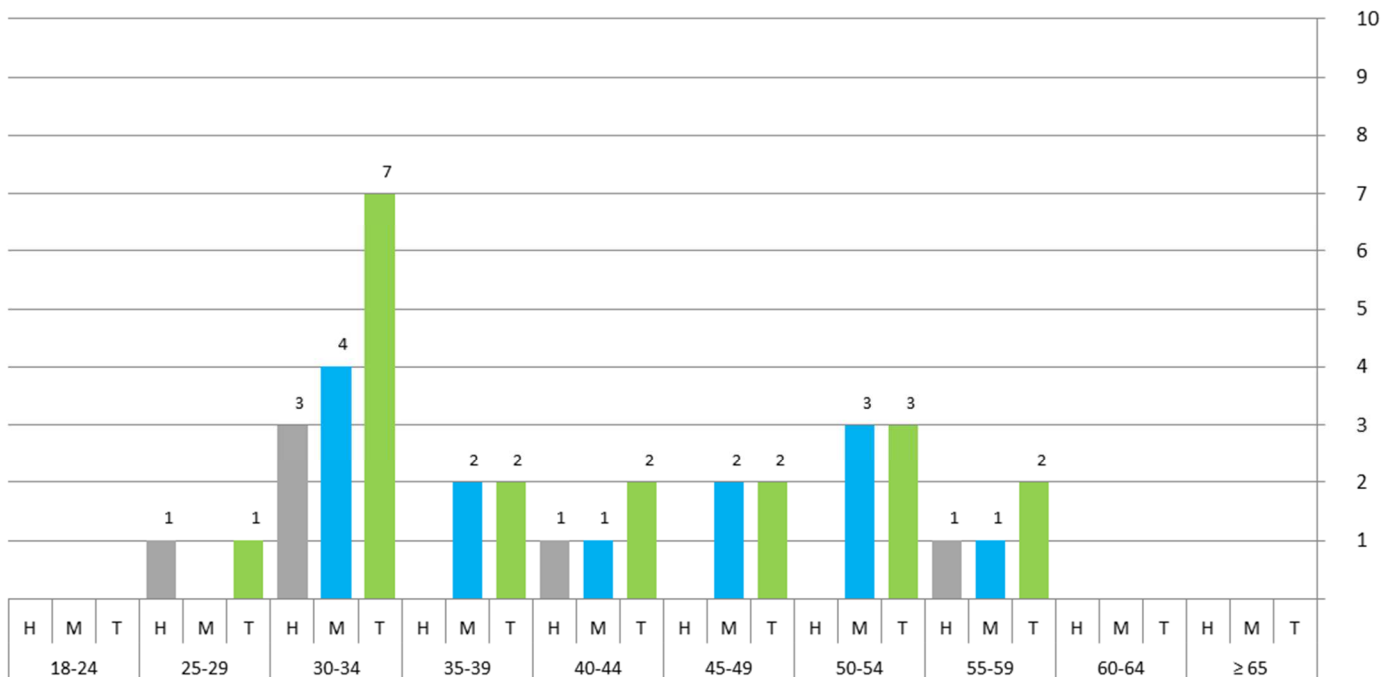


Figura 6 – distribuição dos recursos humanos por faixas etárias em 2010

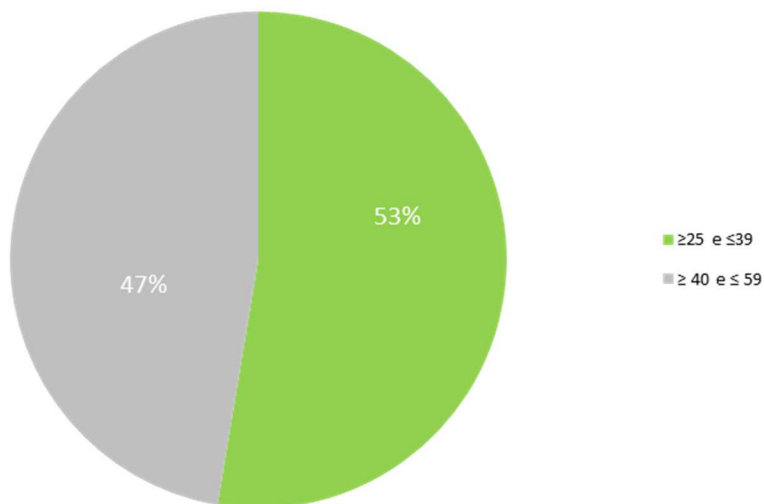


Figura 7 – distribuição dos recursos humanos por antiguidade na Administração Pública em 2010

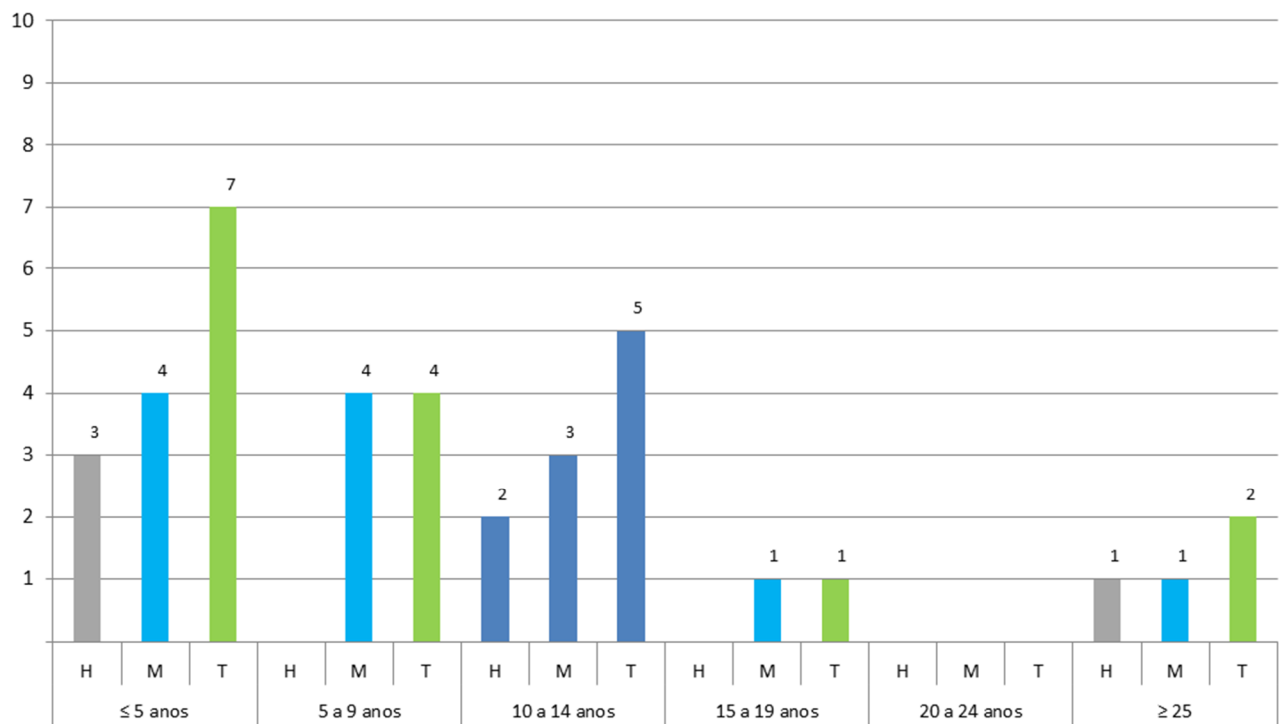


Figura 8 – Distribuição dos recursos humanos por habilitações literárias em 2010

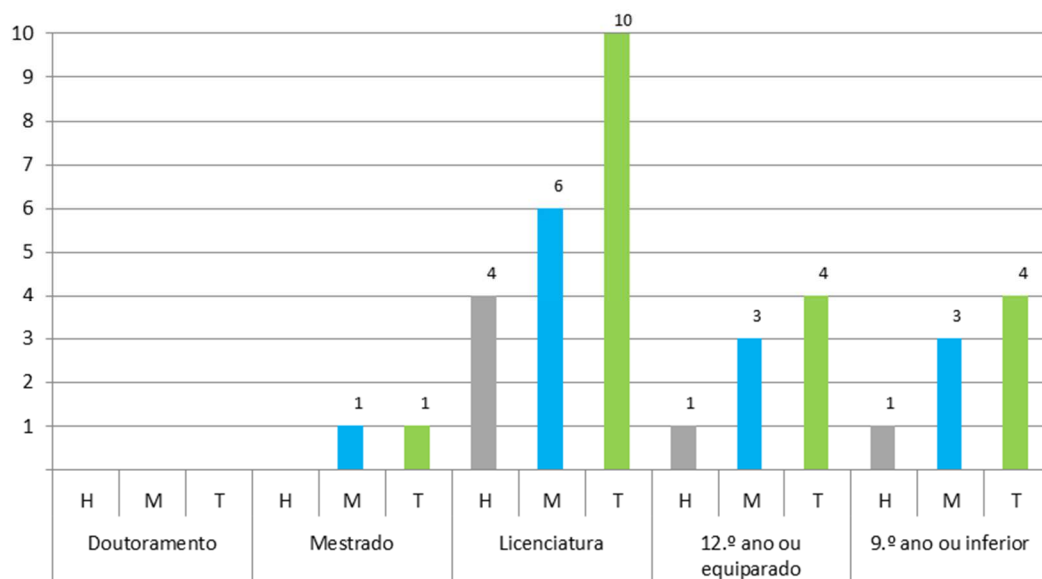
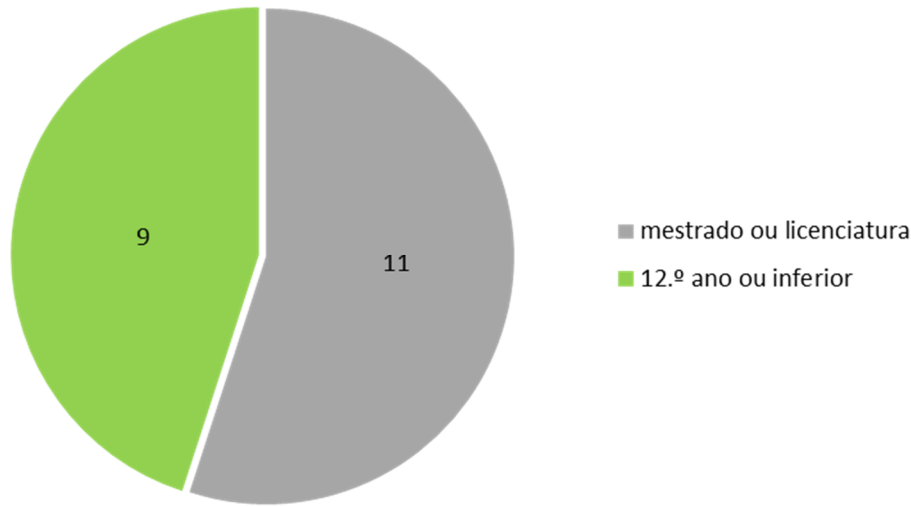


Figura 8 – Distribuição dos recursos humanos por habilitações literárias em 2010



A diminuição de efectivos em 2010

A variação negativa do número de efectivos de 2009 para 2010 explica-se pela cessação de um contrato em funções públicas por tempo indeterminado e pela cessação dos contratos de tarefa e avença, um ocorrido no final do ano de 2009 e outro no decurso de 2010.

Esta diminuição foi minimizada com a entrada em funções de um novo colaborador, na modalidade interna na categoria.

Ainda neste ano foram autorizados a abertura de três procedimentos concursais, com vista à ocupação de vagas previstas no mapa de pessoal de 2010. Dois desses procedimentos, com ao preenchimento de duas vagas, na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado, (uma vaga para a área de apoio informático, carreira de técnico de informática, e outra para a área de gestão das unidades alimentares, carreira de técnico superior) foram desencadeados no final de 2010 e prolongar-se-ão durante o ano de 2011.

O terceiro procedimento concursal autorizado, com vista ao preenchimento de quatro vagas, na contratação na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado, área de atribuição de apoios sociais, carreira de técnico de superior, foi publicado no início de 2011.

A conclusão destes procedimentos não implicará um aumento dos efectivos face aos apurados em 31/12/2010. Todas as vagas colocadas a concurso, com vista à satisfação de necessidades permanentes de serviço, têm vindo a ser asseguradas quer por trabalhadores em situação de mobilidade (dois), quer por trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo certo (quatro).

Desenvolvimento de competências

Improve ... satisfaction



A formação é um dos domínios determinantes para a melhoria do desempenho organizacional, para o alcance de níveis crescentes de polivalência, melhoria das competências, das qualificações e dos comportamentos, entre outros.

Todavia, os SAS.IPP, fruto da subdimensão da sua estrutura humana, vivenciaram durante o ano de 2010, muito marcado pelas políticas de reforma na área social, um dilema resultante da consciência de terem de fazer a formação contínua dos seus colaboradores e, ao mesmo tempo, não poderem disponibilizar o tempo necessário para a sua realização, sem afectarem fortemente a rendibilidade dos processos, de natureza marcadamente social.

Para obviar esta situação, a opção passou por apostar em metodologias alternativas, de formação “*on the job*”, vocacionadas para articular a transmissão de novos conhecimentos, nomeadamente técnicos, ou competências, com a sua aplicação prática no terreno a projectos concretos.

Essa formação foi, no essencial, suportada na metodologia de “*coaching*”, desencadeada pelas lideranças institucionais, que teve por fim ajudar as equipas a trilharem o seu próprio caminho de autodesenvolvimento com o objectivo de as acções e as soluções a implementar para cada caso dependessem menos de quem coordena e mais se constituem como agentes activos da melhoria do desempenho institucional e da adaptação às, cada vez mais frequentes, mudanças: cada membro da equipa.

Tratou-se afinal de uma escolha que assentou na ideia de que o desenvolvimento e a aquisição de competências são processos contínuos e da responsabilidade de todos, e não apenas episódios limitados no tempo e despoletados pela hierarquia. A escolha desta metodologia está, pensamos, muito relacionada com a personalidade institucional dos SAS.IPP, que consideramos ser uma organização aprendente, que aposta na responsabilidade pelo desenvolvimento, que o entende pessoal, embora apoiada e enquadrada pela organização.

A metodologia de formação do tipo *coaching* foi ainda articulada com outra que a complementou: o método de “*inside training*”. Este método, que se caracteriza como um método de formação informal, sustentou a orientação para a divulgação dos objectivos, valores, resultados, estratégias e para o

apoio especializado em tempo real à transmissão de práticas, técnicas ou metodologias, a aplicar na resolução de problemas, ou na melhoria de métodos de trabalho ou dos modelos de organização e de gestão.

Um conjunto de metodologias das quais resultaram iniciativas muito interessantes e que foram de primordial importância para a diferenciação da nossa actuação e para a evidência, em mais um ano, que o estudante é para estes SAS o seu foco de interesse e preocupação.

O quadro seguinte apresenta exemplos de iniciativas que resultaram do desenvolvimento de competências, algumas das quais extravasaram a natureza de acções e evoluíram para projectos.

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
Elaboração/consolidação de documentos guia para o aluno	<ul style="list-style-type: none"> - Simplificar e desconstruir a linguagem técnica (fiscal, contributiva e institucional) de forma ao aluno operacionalizar eficazmente os passos para se candidatar a bolsa de estudo e alojamento. 	<p>Minimizar as dúvidas do estudante e economizar tempo relativamente ao preenchimento da candidatura e documentos a enviar.</p>
Atendimento: telefónico; presencial; electrónico	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar o estudante para o alcance das novas reformas nomeadamente o Dec.-Lei nº 70/2010; RABE-EES; Normas técnicas nacionais; - Promover a proximidade com os estudantes. 	<p>Minimizar as alterações provocadas pelo novo paradigma de atribuição de bolsas de estudo.</p> <p>Aumentar o grau de eficácia da comunicação com o estudante</p>
Recolha de informação junto de entidades externas (Segurança social; Repartição de Finanças; Instituto dos Registos e do Notariado... entre outros)	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o descritivo dos documentos a solicitar ao candidato; - Minorar os aspectos burocráticos; - Orientar o estudante para os locais correctos de obtenção dos documentos; - Promover a interoperabilidade entre instituições; - Rentabilizar os instrumentos/ recurso existentes nas outras instituições. 	<p>Minimizar o envio de documentos errados por parte do aluno;</p> <p>Tornar menos oneroso temporal e financeiramente o processo de candidatura a bolsa de estudo.</p>

<u>ACTIVIDADES</u>	<u>OBJECTIVOS</u>	<u>RESULTADOS ESPERADOS</u>
Criação da minuta electrónica (processo automático após submissão da candidatura)	- Facilitar a organização do processo documental do estudante com base nas declarações prestadas pelo próprio.	Minimizar o erro e tornar célere a instrução do processo do estudante.
Aperfeiçoamento da plataforma da candidatura on-line	- Optimizar a plataforma que somente servia para submeter a candidatura à bolsa de estudo (SAS.BE simple), num portal do estudante com acesso a múltipla informação e funções; - Permitir o contacto permanente entre o candidato e os SAS em tempo real;	Tornar menos oneroso temporal e financeiramente o processo de candidatura a bolsa de estudo; Aumentar o grau de eficácia da comunicação com o estudante; Concentrar num instrumento único todos os passos necessários ao processo de candidatura tornando-o mais transparente.
Realização de reuniões formais e informais, intra e interinstitucionais	-Desenvolver competências com vista a enfrentar as dificuldades do novo processo. -Promover a responsabilidade partilhada colhendo, para o efeito, o contributo individual dos vários elementos da(s) equipa(s). -Promover a coesão da equipa na aplicação dos novos procedimentos inerentes à reforma. -Sustentar a actuação da equipa nos princípios e valores fomentados por estes serviços.	Minimizar o erro e tornar célere a instrução do processo do estudante. Aplicar as normas e regras técnicas de forma rigorosa, justa e imparcial, assinaladas no decreto-lei 70/2010.
Verificação de aproveitamento escolar	-Extrair, de forma autónoma e automática, a informação académica do percurso escolar ao invés de anos anteriores cuja informação carecia de tratamento. -Formalizar a colaboração/ parceria com as várias Escolas e Institutos do Instituto Politécnico do Porto.	Minimizar o erro e tornar célere a instrução do processo do estudante.

PARTE 4 – apoio sociais directos

2010: O fim de um ciclo e o início de outro/ a reforma

As organizações são também caracterizadas por ciclos de vida, uns que se iniciam por proacção e outros por reacção. Uns que nascem por vontade interna e outros por vontade externa. Uns e outros convivem em ambientes mais ou menos harmónicos, outros sucedem-se, outros ainda representam rupturas em prol do desenvolvimento.

Numa retrospectiva sumária dos últimos desta administração, que tomou posse em Junho de 2007, cada ano, que extravasa o ano civil (o ano lectivo integra dois anos civis) é caracterizado por um conjunto de elementos que o caracterizam:

O ano de 2007 constitui-se o ano da ruptura com práticas do passado e um início de funções difícil, desafiante, penoso mas, no final, gratificante.

Em 2007 inicia-se uma gestão onde tudo faltava: as mais básicas ferramentas de comunicação (email e conteúdos electrónicos); aplicações de suporte à gestão nomeadamente de gestão dos processos que

são mais críticos nestes ambientes institucionais como sejam aplicações de gestão de atribuição de bolsas de estudo e alojamento. Os procedimentos de trabalho eram rudimentares, inexistiam plataformas de candidatura a apoios sociais, os recursos humanos eram criticamente insuficientes; o orçamento manifestamente reduzido para uma gestão de mínima qualidade, a insatisfação dos estudantes era elevada e a das entidades tutelares também.

O ano de 2007, pelo estado em que se encontravam estes SAS, para além de um ano de ruptura foi também um ano de reconstrução. Reconstruir foi mais difícil do que seria construir. A construção faz-se do zero. A reconstrução exigiu resolver problemas do passado, responder por eles e cumulativamente, erigir um novo edifício norteado por princípios de boa gestão.

O ano de 2007 e parte significativa do ano de 2008 constituíram-se assim anos em que tivemos de conviver com o passado, em que tivemos de fazer esforços suplementares para demonstrar que dele nos tínhamos desvinculado em prol de uma gestão que teve como principal preocupação ganhar a confiança daqueles a quem presta os seus serviços e em nome de quem os presta.

Conscientes da exigência que nos era fixada os SAS.IPP criaram, aplicaram, acolheram de forma massiva, em vários dos seus documentos

de gestão estratégicos, os que passariam a ser os seus princípios activos de actuação e que originalmente se definiram como:

Princípio da atenção centrada no estudante – os SAS.ipp estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades actuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas;

Princípio da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS.ipp actuam de forma a garantir objectividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes;

Princípio da boa-fé – os SAS.ipp e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento;

Princípio da proporcionalidade – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta;

Princípio da informação e da qualidade – os SAS.ipp devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

Princípio da melhoria contínua – a melhoria contínua do desempenho pelo qual cumprem a sua missão é um objectivo permanente dos SAS.ipp.

Foram estes princípios que estiveram presentes à actuação do início de um novo ciclo de gestão, que suportaram a actuação da

organização aos seus diferentes níveis, que embrionaram as estratégias a seguir pela Administração, que sustentaram cada trabalhador na sua actuação diária e que se constituíram como o compromisso perante os estudantes do caminho que queríamos trilhar, num ano que também caracterizado pelo ano da aprendizagem.

Fruto da política de abertura e gestão de proximidade os SAS.IPP assistiram a um aumento substancial das candidaturas a bolsa de estudo e alojamento quando comparados com os valores atingidos em anos lectivos anteriores e que cresceram até 2010.

O ano de 2008 (ano lectivo 2008-2009) foi o ano da avaliação, da reflexão e também da evolução.

Da avaliação porque nos sujeitamos a uma intensiva actividade de auditoria aos nossos resultados, às nossas práticas e procedimentos, o ano em que usamos a nossa curta experiência, as críticas construtivas que nos chegaram e aquelas que soubemos interpretar, como motor de alavancagem para novos estados de desenvolvimento, onde arriscamos e nos desafiamos ainda mais que no ano anterior, num quadro de reflexão intensivo e responsável.

Nesse ano (2008) e parte significativa do ano de 2009 vivenciamos experiências que nos remetem a caracterizar esse período como o

período da accountability: fomos sujeitos a duas auditorias externas (uma da Direcção-Geral do Ensino Superior, de carácter mais sumário, e outra da Inspeção Geral do Ensino Superior, de carácter mais denso). No ano de 2009, fruto das exigências comunitárias, tivemos de reconstruir três anos lectivos de atribuição de apoios sociais directos (bolsas de estudo e auxílios de emergência) à luz de novos critérios de demonstração e prestação de contas. Também nesse ano fomos auditados novamente pela Direcção-Geral do Ensino Superior e pela primeira vez pela Comissão Europeia.

Foram actividades que constrangeram a nossa capacidade de actuação mas que não nos impediram de reflectir, rever, adaptar, melhorar e inovar.

Foi também neste período, em que as circunstâncias nos exigiram um desdobrar de atenção superior ao que em condições normais é suportável, que conseguimos implementar projectos de desenvolvimento da plataforma de apoio ao estudante, que se iniciou como uma plataforma de candidatura, para uma plataforma transaccional, através da qual o estudante obtém, com a máxima transparência, acesso a todos os estados de desenvolvimento dos seus processos (candidatura, análise, decisão, pagamentos, envio de documentos).

O ano de 2009 e parte do ano de 2010 classificamo-los como anos de consolidação. Os anos em que sem nos prendermos ao passado recente, mas aprendendo com ele, demos passos significativos no domínio da consolidação de práticas e procedimentos, onde atingimos um estado mais maduro de aprendizagem e de capacidade de análise crítica, em que nos sentimos orgulhosos pelo que conseguimos atingir num tão curto espaço de tempo sem nos acomodarmos aos resultados atingidos.

Nesse período conseguimos antecipar mudanças que já se adivinhavam mas estavam longe, muito longe, de poderem ser desenhadas (estamo-nos a referir ao processo de reforma da atribuição de bolsas de estudo que teve início em meados de 2010, para ser aplicada ao ano lectivo 2010-2011).

Estudamos de forma mais intensiva os processos prestacionais e fiscais, olhando com um olhar aprendente para os sistemas da Segurança Social e da Administração Fiscal, acolhendo deles orientações, práticas e concepções que, interpretadas com sentido crítico foram adaptadas ao nosso sistema de atribuição de bolsas de estudo em estrito respeito pelas normas gerais que enquadram este tipo de actividade.

Neste processo, que consideramos ser o mais desenvolvido nos últimos anos desta Administração, seguimos o modelo de

apuramento de rendimentos de acordo com o critério fiscal como critério regra e como critério excepcional ou supletivo método de actualização de rendimentos para sustentar análise de contextos económicos e sociais mais específicos, atípicos ou disfuncionais.

A par com esta reestruturação, consolidamos a noção do familiar do estudante que o entendemos como mais do que agregado familiar fiscal e constituindo-se como o agregado familiar doméstico (conjunto de pessoas que vivem em economia comum).

Também neste ano (processo 2009-2010) consolidamos práticas de minimização dos custos de tempo de análise das candidaturas (processos muito materializados na prova o que lhes confere uma forte componente burocrática), reinterpretando a atribuição de bolsas provisórias (atribuídas quando o processo foi analisado com base em documentos essenciais e imprescindíveis ainda que faltem outros para a sua completa instrução), que tinham como valor máximo o valor da bolsa mínima a rever, por atribuição do valor da bolsa de estudo efectivamente devida ao bolseiro, após este completar a instrução com todos os documentos que lhe foram determinados. Uma opção de actuação que concluímos como conciliadora da responsabilidade nas ópticas social e pessoal (responsabilização do estudante pelo cumprimento dos seus deveres no âmbito de processos em que é o principal interessado).

Também neste processo demos outros passos significativos na educação administrativa dos estudantes que concorrem apoios sociais, que se viriam a demonstrar muito importantes para um processo de reforma que se aproximava, ao integrar na análise socioeconómica a avaliação do património imobiliário detido pelos elementos do agregado familiar. Uma integração que nos permitiu despistar situações de falsa carência económica, situação de existência de outros rendimentos não declarados e ainda de apuramento de outros elementos pertencentes ao agregado familiar doméstico do estudante e não declarados no acto da candidatura.

Não se constituindo este num modelo de ruptura com modelos de atribuição de apoios sociais antes aprovados, constitui-se num modelo mais sólido e sustentado quer em termos de enquadramento, quer em termos de procedimentos. Muitas das práticas que se institucionalizaram constituem práticas que vinham sendo adoptadas desde 2007, factor que contribuiu para a minimização da resistência daqueles a quem eram dirigidas (os estudantes).

Num cenário de continuidade, este ter-se-ia constituído o ano da consolidação. O ano no qual, tal como já referido, se iniciaria um processo de criação de rotinas procedimentais, essenciais à estabilização dos processos, do conhecimento e de um desenvolvimento mais

eficaz. Neste cenário, as energias de reflexão, reinvenção e reestruturação procedimental seriam dirigidas para aspectos mais críticos da análise das candidaturas a apoios sociais. Um cenário em que nos seria possível despende menos tempo com as situações regra e dedicarmo-nos mais às situações especiais e excepcionais em prol de uma actuação maior justiça social e proporcional.

Mas não foi esse o cenário verificado.

Em 2010, fruto das políticas de reforma na atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior fomos, tal como todas as Instituições congéneres, sujeitos um processo de reaprendizagem na forma interpretar e gerir a atribuição de bolsas de estudo.

Encerrar o processo de atribuição de bolsas de estudo do ano lectivo 2009-2010, lançar o processo de candidatura a bolsa de estudo do ano lectivo 2010-2011 e adaptar as novas práticas de gestão da atribuição de bolsa de estudo à do novo paradigma normativo de atribuição de bolsas de estudo que decorrem do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06 e do novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e das Normas Técnicas que o aplicam constituíram-se nas actividades mais representativas do ano civil de 2010 e que se prolongariam até finais de Fevereiro de 2011.

Em traços gerais e sumários identificaremos de seguida as principais alterações que decorrem do novo quadro de reforma na atribuição de

bolsas de estudo. Os resultados finais deste processo e os seus impactos serão representados através de dados e da sua representação gráfica ficando as conclusões à descrição do leitor deste relatório.

Principais alterações que decorrem da reforma do processo de atribuição de bolsa de estudo quando comparado com o regime vigente até ao ano lectivo anterior

Até 2009-2010 a atribuição de bolsas de estudo sustentava-se no essencial em dois normativos: o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Público, aprovado pela Tutela, e as Regras Técnicas para aplicação daquele Regulamento, aprovado pelo Conselho de Acção Social do IPP sob proposta dos Serviços de Acção Social desta Instituição.

A partir de 2010, mais precisamente a partir de 01 de Agosto, por força da aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2010, publicado em 16 de Junho, inicia-se a formação do quadro normativo da reforma. Mais tarde, a 16 de Setembro do mesmo ano surge publicado o novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, público ou não público (publicado na forma de Despacho n.º 14474/2010, na 2.ª série do Diário da República) seguido da publicação, a 19 de Outubro, das Normas Técnicas Nacionais para aplicação daquele Regulamento

(publicado sobre a forma de Aviso n.º 20906, na 2.ª série do Diário da República).

Numa perspectiva da tipologia do normativo legal

A primeira novidade trazida por esta reforma é que a atribuição de bolsa de estudo, nomeadamente a determinação se o estudante do ensino superior reúne a condição de recursos para poder beneficiar de bolsa de estudo passa a achar-se no âmbito do mesmo quadro normativo base que o aplicado à atribuição de prestações sociais no âmbito da Segurança Social. A segunda é que o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior que até aqui era diferente para o Ensino Superior Público e para o Ensino Superior Privado passa a ser um normativo único e aplicado de forma indiferenciada aos dois subsistemas de ensino. A terceira e última diferença é que as Normas Técnicas Nacionais substituem as Regras Técnicas Institucionais passando, desta forma, a existir um quadro único para atribuição de bolsas de estudo no Ensino Superior em Portugal.

Numa perspectiva das medidas de reforma

Como até aqui, a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior sustenta-se numa dupla perspectiva: a **perspectiva do desempenho académico**, ou aquilo a que poderemos designar de desempenho académico mínimo para que um

estudante possa beneficiar de um apoio do Estado, pago a fundo perdido, para o ajudar a custear as despesas com a sua frequência escolar e, por outro lado, a **perspectiva da economia familiar**, no sentido que esse apoio financeiro apenas é garantido a quem, analisados os rendimentos e património à disposição da família (agregado familiar), detém uma distribuição média anual (per capita) compreendido num limite máximo de um determinado valor, valor este calculado com base num determinado indexante.

Analisemos cada uma destas perspectivas para aferir das principais diferenças encontradas entre o sistema substituído e o que passou a vigorar a partir de 2010-2011.

A perspectiva do desempenho académico

Esta matéria apenas é regulada na especialidade pelo Regulamento e Normas Técnicas para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior.

As principais alterações a este nível prendem-se com um aumento da exigência do desempenho escolar do estudante que pretende beneficiar de bolsa de estudo e ocorre a dois níveis: ao nível do designado aproveitamento mínimo a atingir no ano lectivo anterior e ao nível das mudanças de curso.

De acordo com o modelo revogado (anterior Regulamento), o estudante para poder

beneficiar de bolsa de estudo apenas tinha de ter obtido aproveitamento a 30% dos ECTS a que esteve inscrito no último ano lectivo. Com a nova norma, tal como referido, aumenta-se o nível do desempenho passando a ser exigido que o estudante tenha obtido aproveitamento a pelo menos 50% dos ECTS a que esteve inscrito no ano lectivo anterior (uma alteração com forte impacto nos resultados atingidos conforme pode ser analisado nos quadros que se dedicam a esta análise comparativa).

Ao nível das mudanças de curso a principal alteração decorre do facto de mesmos nestas circunstâncias passar a ser exigido ao estudante aquele aproveitamento mínimo, exigência que não se colocava no anterior quadro normativo que, no limite, admitia que o estudante que mudasse de curso pudesse obter bolsa de estudo ainda que tivesse obtido zero ECTS de aproveitamento no curso do qual mudou.

A perspectiva da economia familiar: a condição de recursos

A verificação da condição de recursos passou a ser regulada pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho decorrendo deste diploma que essa verificação se acha pela análise conjugada e ponderada de três esferas de análise:

Esfera 1 – Agregado familiar

Esfera 2 – Rendimentos a considerar

Esfera 3 – Capitação

A condição de recursos, determinada de acordo com este modelo tríptico, corresponde ao limite de rendimentos e de valor dos bens do agregado familiar de quem pretende obter um apoio social, até ao qual a lei condiciona a possibilidade da sua atribuição ou a partir do qual a lei impossibilita a sua atribuição.

Analisemos cada uma destas esferas.

Esfera 1 – O Agregado familiar

Na óptica do diploma vigente o agregado familiar passa a ser considerado como agregado familiar doméstico, constituído por todos os elementos que vivem em economia comum e estabelecem entre si uma vivência comum de entajuda e partilha de recursos, afastando-se do agregado familiar fiscal.

Esta noção de agregado familiar não traz novidades para os SAS.IPP porquanto era esta a interpretação que davam da disposição do anterior Regulamento quanto a esta matéria e era de acordo com ela que o estudante do IPP tinha de apresentar a sua candidatura.

Esfera 2 – Rendimentos a considerar

Os rendimentos do agregado familiar a considerar para a determinação da condição de recursos com vista à atribuição de apoios sociais passam por regra a ser os rendimentos reportados ao ano civil anterior ao ano do requerimento, critério que faz convergir o modelo regra preconizado pelo DL 70/2010 com o modelo de determinação de

rendimentos para efeitos fiscais (cada artigo dedicado a uma tipologia de rendimentos faz referência expressa à correspondente disposição do CIRS).

Na generalidade e ao nível desta esfera também não encontramos alterações significativas porquanto, tal como já expresso neste relatório, este modelo já tinha sido implementado no ano lectivo anterior. Um modelo que apenas é aparentemente simples porque na prática é mais exigente do ponto de vista técnico, menos confortável do ponto de vista da sua aplicação porque afasta liminarmente a regra da presunção de rendimentos, se centra nos rendimentos efectivamente recebidos e exige, complementarmente, a aplicação de factores de correcção. Um modelo que exige a reinvenção de práticas e procedimentos mais exigentes porque tem de ser acompanhado de processos de aprendizagem tecnicamente mais complexos.

Com base na experiência colhida este não é um modelo que sirva para retratar todas as condições sociofamiliares dado que se adequa bem a situações de inalternância de rendimentos e de situação profissional dos elementos do agregado familiar (serve para realidades socioeconómicas relativamente estáveis). Todavia em situações de alternância e de instabilidade dos rendimentos e da situação profissional perde o seu propósito.

As situações de estabilidade ainda se constituem as mais comuns mas têm vindo a

dar, de ano para ano, a um número maior de casos de economias familiares que se alteram significativamente em períodos temporais curtos. Uma realidade que é especialmente sentida pelo IPP, cujos candidatos a bolsa de estudo são na sua grande maioria oriundos do distrito do Porto e distritos limítrofes do Norte do País, muito assolados pela crise económica local e reflexamente pelo desemprego, em muitos casos de longa duração.

Se na generalidade não encontramos, como afirmado, grandes dificuldades de aplicação deste modelo regra na especialidade houve algumas dificuldades enfrentadas. Falamos em especial dos rendimentos novidade, no quadro dos rendimentos que passam a ser considerados, nomeadamente os rendimentos de capitais e os rendimentos prediais. As dificuldades, mais sentidas no primeiro tipo (rendimentos de capitais) que no se segundo tipo (prediais) enfrentaram-se a dois níveis: ao nível da informação a prestar ao estudante, através da qual foi necessário alertar para esse dever declarativo e para desconstruir a linguagem técnica que se lhe associa e posteriormente ao nível do seu tratamento (nomeadamente da prova).

Importa referir que o Decreto-Lei n.º 129/93 já preconizava que para a avaliação da condição de recursos devia ser considerado quer os rendimentos, quer o património detido pelo agregado familiar todavia quanto a este último o Regulamento de Atribuição de Bolsas

de Estudo nunca concretizou a forma de o ter em conta nessa avaliação.

Para além destes rendimentos, o referido diploma determinou ainda uma outra tipologia de rendimentos que passou a ser considerada e que pelo impacto que teve no contexto dos candidatos a bolsa de estudo merece ser referida. Falamos do rendimento do tipo bolsa de estudo. Como seria de antecipar a sua consideração resultou em perda de bolsa de estudo para alguns elementos estudantes do mesmo agregado familiar. Situações críticas também se geraram ao nível da atribuição de outras prestações sociais, nomeadamente ao nível de agregados familiares beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) que por força da consideração do valor da bolsa de estudo do(s) elemento(s) estudantes, habitualmente mais elevada do que na generalidade dos casos, conduziu a uma diminuição significativa do valor daquela pensão social e até a sua perda.

Estas serão as novidades com maior evidência ao nível da tipologia dos rendimentos.

A outros níveis as alterações fixaram-se ao nível da percentagem a ser considerada relativamente a cada tipologia, que para a generalidade se fixou nos 100% com excepção dos rendimentos empresarias (vendas de mercadorias e prestação de serviços), que de acordo com aquele diploma são calculados de acordo com o critério fiscal.

Esta norma viria a ser mais tarde adaptada no quadro do sistema de atribuição de bolsas de estudo, através das Normas Técnicas Nacionais, ao determinar que os rendimentos de trabalho (dependente e empresarias) passassem a ser considerados a 85% (no primeiro calculado sobre o rendimento bruto e no segundo caso calculado sobre o rendimento apurado após a aplicação do coeficiente fiscal).

A par destas alterações surge outra com forte impacto na atribuição de bolsas de estudo. Falamos da impossibilidade de aplicar quaisquer deduções ou abatimentos aos rendimentos apurados. Uma alteração com maior impacto nas famílias com encargos com habitação ou saúde significativos e que por força dessa impossibilidade vêm o rendimento considerado a ser aumentado sem que ele represente um aumento do percebido por elas. Neste domínio o modelo não convergiu com o modelo fiscal, que admite a dedução daqueles encargos ainda que dentro de limites máximos previstos.

Esfera 3 - Capitação do rendimento do agregado familiar

Ao nível desta esfera que encontramos também uma alteração com impacto significativo ao nível da atribuição de bolsas de estudo. Falamos do apuramento da capitação de rendimentos que passa a ser efectuada com base numa escala de equivalência, que

converte um número real (absoluto) de elementos de um agregado familiar num número ponderado, determinado pela idade dos seus elementos.

Este método, que tem por fonte uma das escalas de equivalência usadas pela OCDE, também conhecida por escala de Oxford, sustenta-se no pressuposto da existência de economias de escala no consumo, i.e. o crescimento das necessidades das famílias não é proporcional ao seu crescimento/ tamanho real.

Com base neste método determina-se que apenas o candidato valha 1, os elementos adultos (de idade igual ou superior a 18 anos) valham 0,7 e cada elemento menor valha 0,5.

Deste modelo decorre um aumento da capitação média do agregado familiar (divisão dos rendimentos apurados pelo número de elementos ponderado desse agregado) por força não de um aumento real dos rendimentos gerados num dado económico mas por força da diminuição do denominador (o número ponderado de elementos do agregado familiar).

A determinação da condição de recursos fica no essencial fechado com o modelo extraído do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, todavia o seu limiar é fixado pelas Normas Técnicas Nacionais para atribuição de bolsas de estudo.

Ao nível do cálculo deste limiar também encontramos diferenças relativamente ao

passado recente porque a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) que até à presente reforma serviu como indexante quer para a determinação da condição de recursos, quer para o cálculo da bolsa de estudo, passa a ser substituído pelo Indexante dos Apoios Sociais, vulgarmente conhecido por IAS e de valor relativamente inferior àquele (ex.º a RMMG em 2010 era de 475 euros e o IAS no mesmo ano era de 419,22 euros).

Se ao nível da condição de recursos cremos ter esgotado os aspectos essenciais que mereciam ser referidos, resta falar de outros nomeadamente do cálculo das bolsas de estudo.

O cálculo da bolsa de estudo

Esta matéria é regulada na especialidade pelo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, que fixa os critérios gerais que devem estar subjacentes ao cálculo e atribuição desses apoios sociais e nas Normas Técnicas Nacionais, que aplicam aquele Regulamento.

A este nível e de entre outros aspectos que poderiam ser mencionados fazemos referência ao sistema de cálculo das bolsas de estudo, que abandonou o sistema de escalões e passou a sustentar-se numa fórmula única e universal para qualquer valor de capitação apurado.

Ainda neste quadro, merecem referência a criação de cálculos específicos de bolsa de estudo para estudantes com necessidades especiais, para estudantes com regime de

frequência a tempo parcial e para estudantes de Cursos de Especialização Tecnológica. Em qualquer destes domínios os SAS.IPP também já haviam colhido experiência nos últimos anos. As Regras Técnicas previram ao longo destes anos cálculos específicos para os estudantes nestas condições.

No quadro das alterações fazemos um última referência a uma alteração que teve um importante e negativo impacto no processo de atribuição de bolsas de estudos aos estudantes carenciados do IPP: o revogar da possibilidade de atribuir complementos de transporte aos estudantes não deslocados (estudantes que residem em tempo de aulas na mesma residência do agregado familiar e que assumem, pela distância fixada entre a sua residência e a Escola que frequentam encargos acrescidos de transporte com vista às suas deslocações diárias.

A aplicação do modelo

Se é um facto que em alguns aspectos da reforma tínhamos alguma experiência colhida que facilitou a sua aplicação tal não significa que a mesma foi facilitada. Não, foi apenas amenizada por algum conhecimento já colhido.

Na prática foram enfrentadas as que poderíamos classificar de habituais dificuldades na implementação de processos de reforma, normalmente associados à falta de procedimentos para as implementar.

É impensável objectivar-se a convergência de actuações pela via da norma. A ela tem de

estar associada a convergência de procedimentos que se divergirem podem perigar um dos objectivos que esteve subjacente à reforma: a diferença de valores de bolsa de estudo em função da instituição de ensino que o estudante frequenta.

As reformas para serem eficazes e serem aplicadas sem desvios e sobressaltos precisam de se sustentar em actuações sólidas, alinhadas e consistentes pela via da fixação de procedimentos convergentes.

Esta terá sido a maior fragilidade da primeira experiência colhida na aplicação deste quadro normativo, a quase ausência de procedimentos fixados com vista à aplicação dos novos normativos.

Não obstante as dificuldades sentidas, foi neste processo, do ano lectivo 2010-2011, que os SAS.IPP atingiram o seu melhor resultado temporal de conclusão do processo. A 24 de Fevereiro de 2011, data limite para a conclusão do processo pela Tutela, e em condições adversas davam a conhecer a conclusão do seu processo, um pouco mais de 6.000 candidaturas tinham sido analisadas e decididas.

A partir dessa data entramos numa nova etapa: o início do recálculo de cerca de 2.900 candidaturas a bolsa de estudo (cerca de 48% do total) por força da aplicação do Despacho Orientador do Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior que, consciente dos impactos que algumas medidas de reforma tiveram no processo de atribuição de bolsas de estudo e

de fixação do seu montante, determinou que todas as candidaturas que tivessem rendimentos de pensões e prestações sociais, inicialmente considerados a 100%, fossem recalculados a 85%. Uma medida positiva para os estudantes, para qual a Equipa SAS.IPP se desdobrou em esforços para implementar no mais curto espaço de tempo, para que exigiu energias e dedicação extra suplementar.

Para além do recálculo dos rendimentos seguiram-se a reanálise das candidaturas de candidatos cuja candidatura tinha sido indeferida por não reunirem o requisito de

aproveitamento escolar mínimo e que por força do referido despacho passaram a reuni-lo se no ano lectivo anterior estiveram inscritos a 60 ou mais ECTS e nesse ano obtiveram a aproveitamento a pelo menos 50% desses.

Encerrada essa fase de reavaliação, a Equipa SAS.IPP dedicou-se a outra tarefa em dimensão inferior às actividades mas não menos importante. Os recursos apresentados pelos estudantes candidatos a bolsa de estudo, no essencial daqueles que por força da reforma viram a sua bolsa de estudo diminuir ou ser negada porque deixaram de reunir os requisitos para dela beneficiar.

Apoios sociais directos: resultados

Tabela 8 – evolução das candidaturas a bolsa de estudo

anos lectivos	N.º de estudantes IPP (1)	N.º de candidatos (2)	% de estudantes IPP que apresentaram candidatura	aumento % de candidatos em cada dois anos lectivos
2004-2005	15 395	3 150	20%	
2005-2006	15 044	3 147	21%	
2006-2007	14 988	3 517	23%	12%
2007-2008	15 188	4 086	27%	30%
2008-2009	14 591	5 201	36%	48%
2009-2010	15 896	6 210	39%	41%
2010-2011	17 121	6 041	35%	21%

(1) 2007-2008 até 2009-2010, Fonte: RAIDES, GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos
2010-2011: Fonte IPP, GPPD - Gabinete de Planeamento, Projectos e Desenvolvimento, "RAIDES 2010", Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos no IPP em 2010-11

(2) Fonte: SAS.beSIMPLE, aplicação de suporte à gestão e atribuição de apoios sociais dos SAS.IPP. O n.º de candidatos no ano de 2010-11 reporta-se a Abril de 2011.

Figura 7 – Evolução das candidaturas (% de estudantes IPP candidatos a bolsa de estudo)

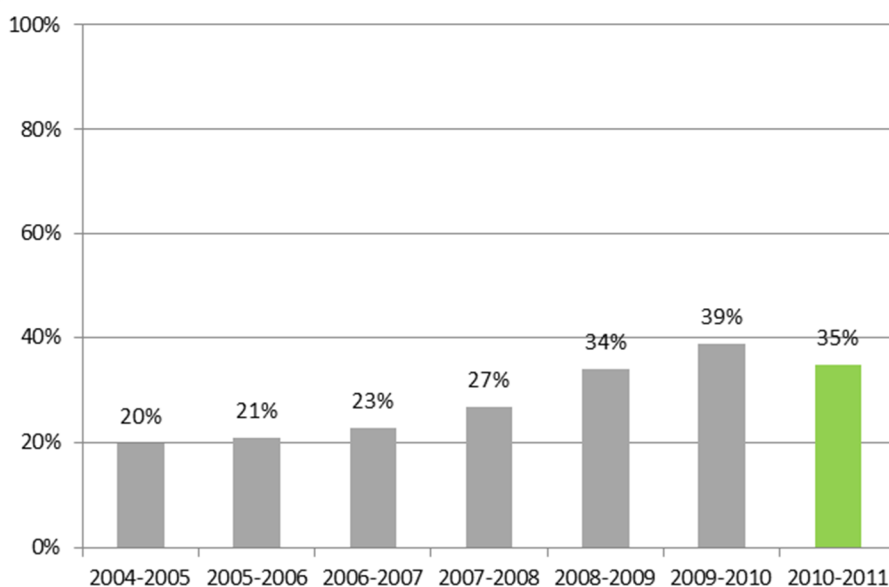


Figura 8 – Distribuição dos candidatos por origem geográfica: análise comparativa

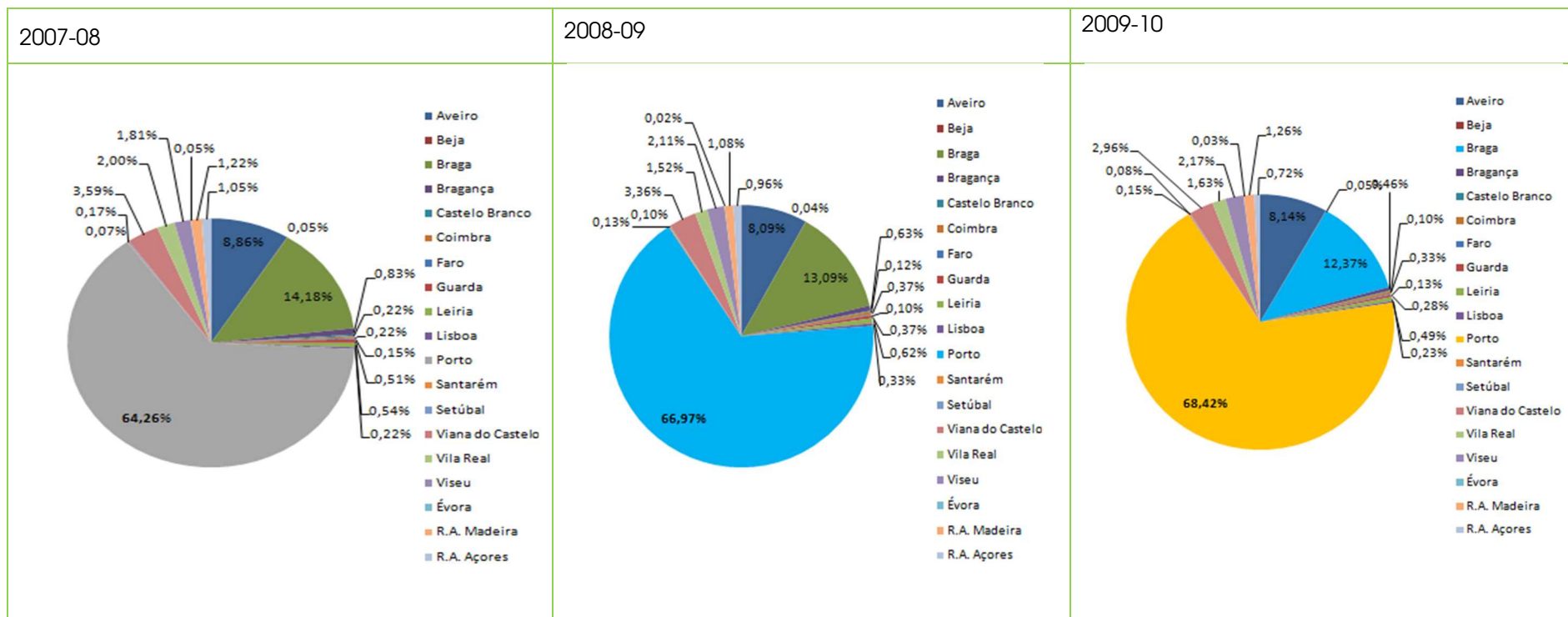


Figura 9 – Distribuição dos candidatos por origem geográfica: análise comparativa

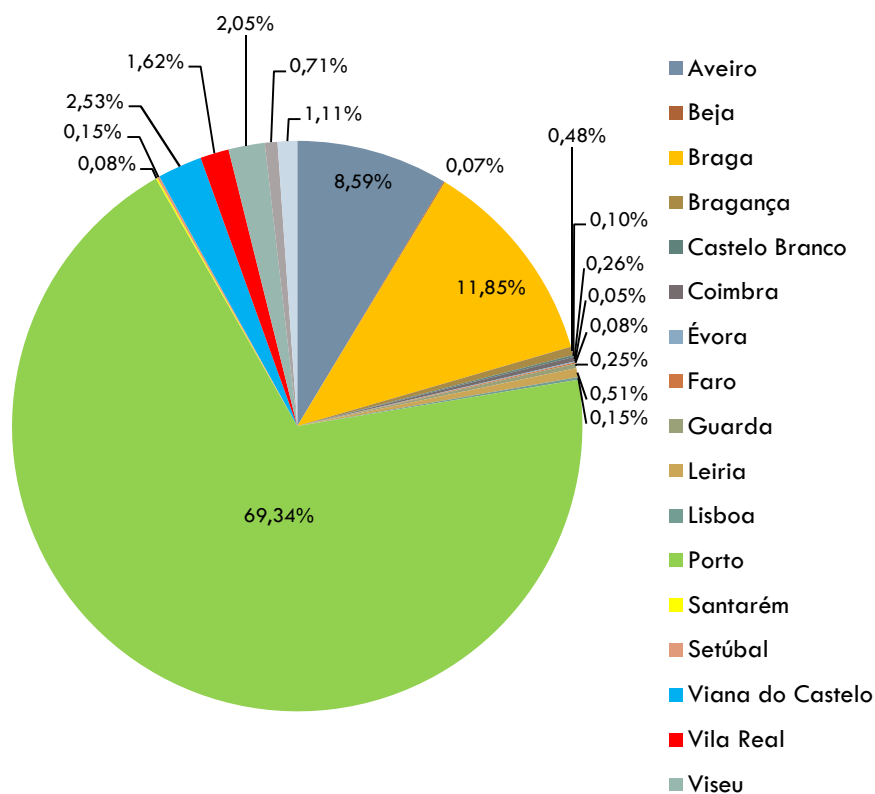


Tabela 9 – evolução da conclusão do processo: 2007-2008 a 2010-2011

Candidaturas	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-11
analisados	3.495	3.069	4.106	6.041
por analisar	601	2.132	2.104	0
total	4.096	5.201	6.210	6.041

Fonte: SAS.beSIMPLE, aplicação de suporte à gestão e atribuição de apoios sociais dos SAS.IPP, tendo como data de referência o final do mês de Fevereiro do 2.º ano civil que compreende cada ano lectivo

Figura 10 – evolução da conclusão do processo no último quadriênio

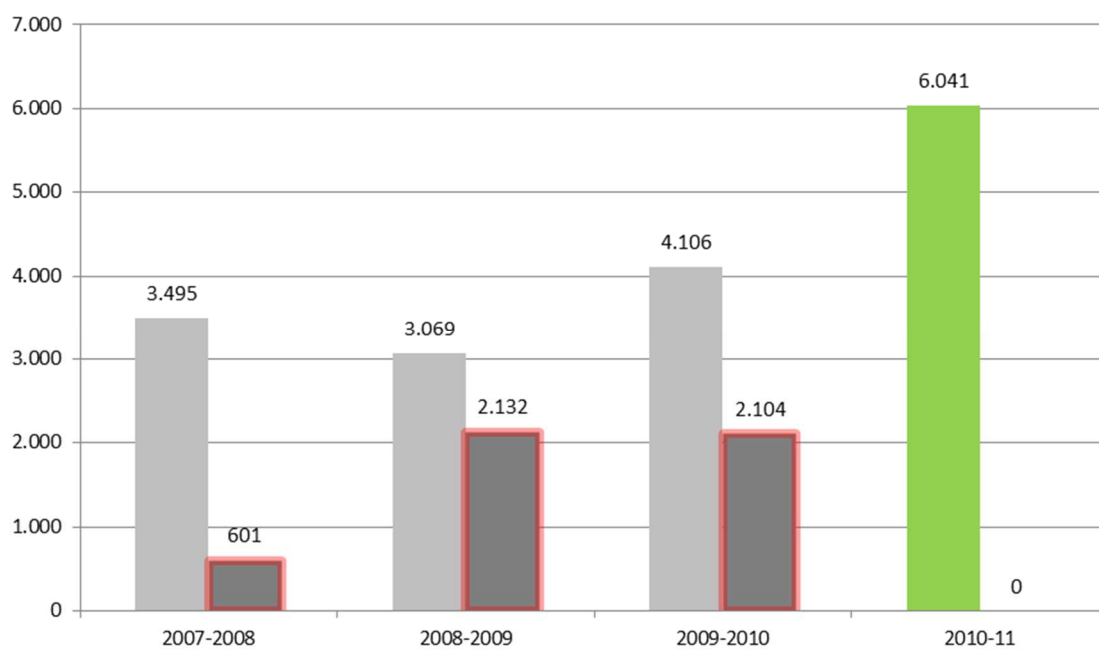


Tabela 10 – A importância da acção social escolar no IPP medida pela distribuição do número de candidatos: estudo: 2007-2008 a 2010-2011

Escola	2007-08					2008-09					2009-10					2010-11				
	N.º de estudantes (1)	N.º de candidatos (2)	N.º de bolseiros (2)	% de alunos candidatos a bolsa de estudo	% de alunos bolseiros	N.º de estudantes (1)	N.º de candidatos (2)	N.º de bolseiros (2)	% de alunos candidatos a bolsa de estudo	% de alunos bolseiros	N.º de estudantes (1)	N.º de candidatos (2)	N.º de bolseiros (2)	% de alunos candidatos a bolsa de estudo	% de alunos bolseiros	N.º de estudantes (1)	N.º de candidatos (2)	N.º de bolseiros (2)	% de alunos candidatos a bolsa de estudo	% de alunos bolseiros
ESE	1 332	586	526	44%	39%	1 227	698	535	57%	44%	1 553	799	632	51%	41%	1 631	790	569	48%	35%
ESMAE	589	103	84	17%	14%	561	128	77	23%	14%	551	184	116	33%	21%	729	179	121	25%	17%
ESEIG	1 212	425	380	35%	31%	1 065	437	319	41%	30%	1 113	527	383	47%	34%	1 204	533	357	44%	30%
ESTGF	776	331	293	43%	38%	882	494	352	56%	40%	1 117	681	456	61%	41%	1 333	658	391	49%	29%
ESTSP	1 769	734	668	41%	38%	1 827	907	708	50%	39%	2 055	1 088	906	53%	44%	2 004	1 052	817	52%	41%
ISCAP	3 607	939	768	26%	21%	3 297	1 172	774	36%	23%	3 349	1 336	826	40%	25%	3 680	1 294	749	35%	20%
ISEP	5 788	957	746	17%	13%	5 619	1 326	911	24%	16%	6 059	1 580	1 043	26%	17%	6 540	1 535	874	23%	13%
IPP-TCAV	115	21	15	18%	13%	113	39	23	35%	20%	99	15	11	15%	11%	---	---	---	---	---
	15 188	4 096	3 480			14 591	5 201	3 699			15 896	6 210	4 373			17 121	6 041	3 878		

(1) Fonte: 2007-2008 até 2009-2010: RAIDES, GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos
2010-2011: Fonte IPP, GPPD - Gabinete de Planeamento, Projectos e Desenvolvimento, "RAIDES 2010", Estatísticas > Ensino Super

(2) Fonte: SAS.beSIMPLE, aplicação de suporte à gestão e atribuição de apoios sociais dos SAS.IPP. O n.º de candidatos no ano de 2009-10 reporta-se a 20.Mai.10.

Figura 11 – Evolução da % de alunos candidatos a bolsa de estudo

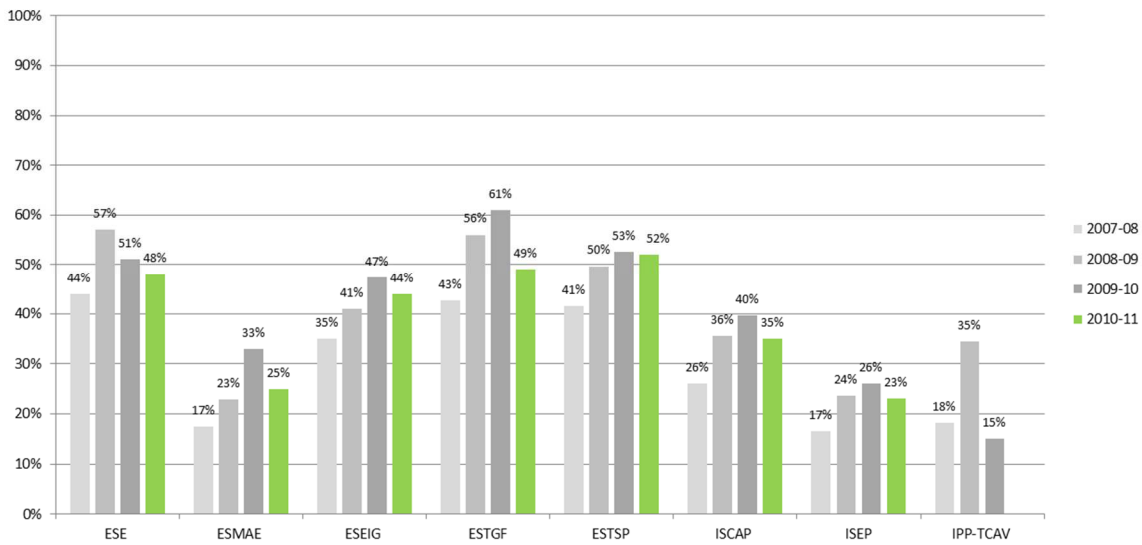


Figura 12 – Evolução da % de bolsеiros

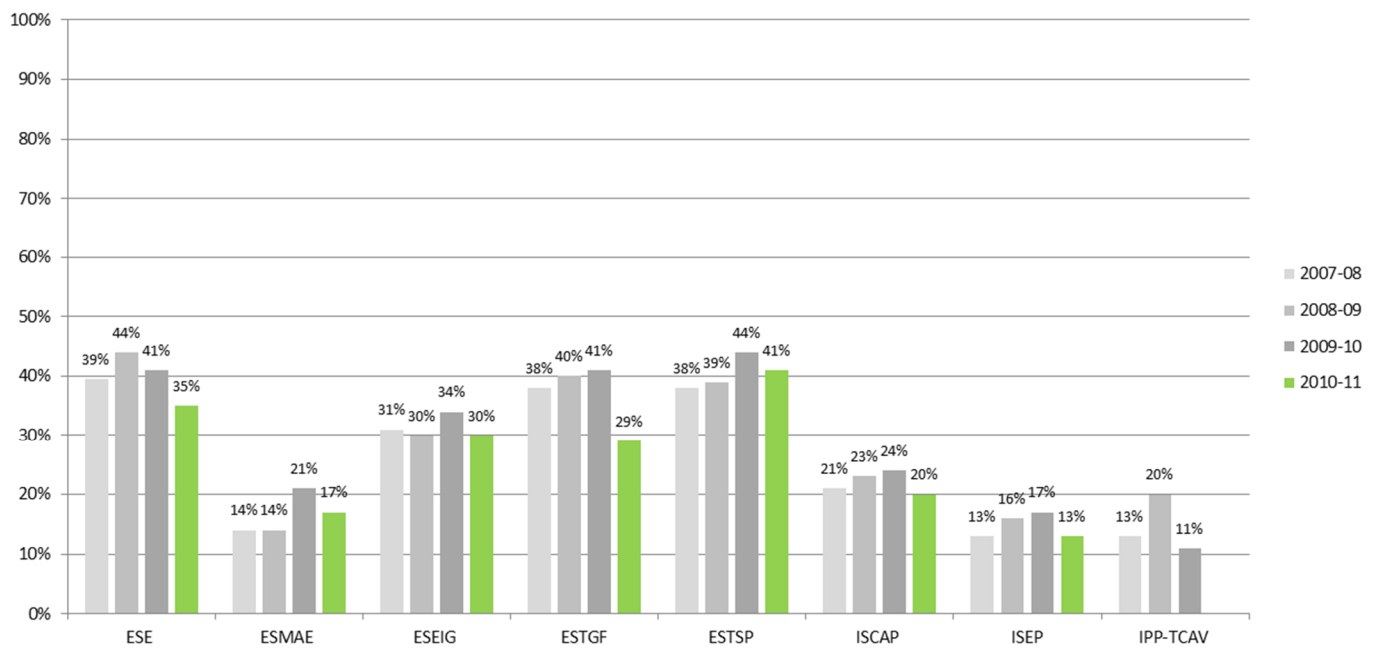


Tabela 10 – evolução dos encargos com pagamento de bolsas de estudo: 2007-2008 a 2010-2011

anos lectivos	n.º de estudantes (1)	n.º de candidatos (2)	%	n.º de bolseiros (2)	%	encargos com bolsas e auxílios	bolsa média	RMMG no ano da candidatura	%
2004-05	15 395	3 150	20%	2 264	72%	1.428.909,91 €	63,11 €	365,60 €	17%
2005-06	15 044	3 147	21%	2 264	72%	1.770.646,69 €	78,21 €	373,64 €	21%
2006-07	14 988	3 517	23%	2 566	73%	2.884.161,32 €	112,40 €	385,90 €	29%
2007-08	15 188	4 096	27%	3 480	85%	6.837.659,80 €	196,48 €	406,00 €	48%
2008-09	14 591	5 201	36%	3 700	71%	5.568.772,30 €	150,51 €	423,00 €	36%
2009-10	15 896	6 210	39%	4 373	70%	8.161.791,20 €	186,64 €	450,00 €	41%
2010-11	17 121	6 041	35%	3 878	64%	5.195.215,12 €	167,46 €	475,00 €	35%

2010-11 (C)	17 121	6 041	35%	3 878	64%	6.494.018,90 €	167,46 €	475,00 €	35%
-------------	--------	-------	-----	-------	-----	----------------	----------	----------	-----

(1) Fonte: IPP, GPPD - Gabinete de Planeamento, Projectos e Desenvolvimento, "RAIDES 2010", Estatísticas > Ensino Superior > Inscritos no IPP em 2010-11

Os inscritos APNOR não entram na estatística RAIDES. A fonte de dados destes estudantes foram os IPP, SIC - Sistemas de Informática e Comunicação

(2) Fonte: SAS.beSIMPLE, aplicação de suporte à gestão e atribuição de apoios sociais dos SAS.IPP. O número de candidatos em 2010-11 reporta-se a Abril de 2011.

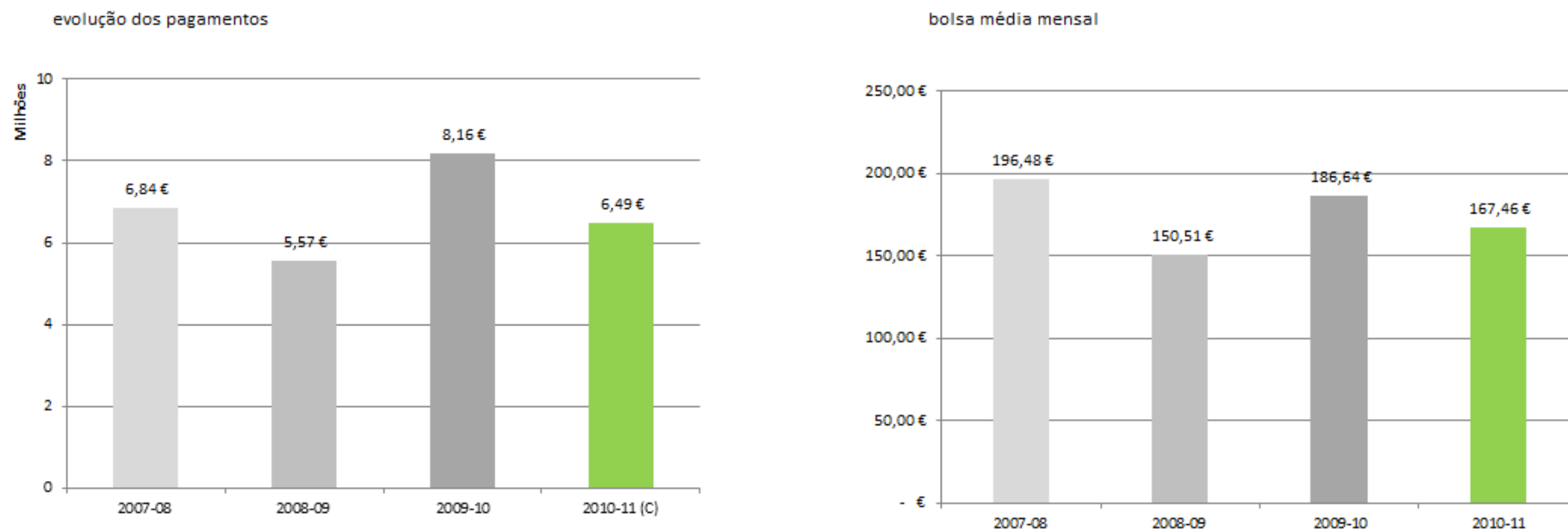
(A) O encargo do ano 2007-08 está corrigido com os valores devolvidos à DGES, decorrentes de reposições de valores de bolsa de estudo efectuados pelos bolseiros.

(B) O n.º de bolseiros no ano 2010-11 reportam-se a Abril de 2011. Os encargos reportam-se a Maio de 2011 (processados em Abril).

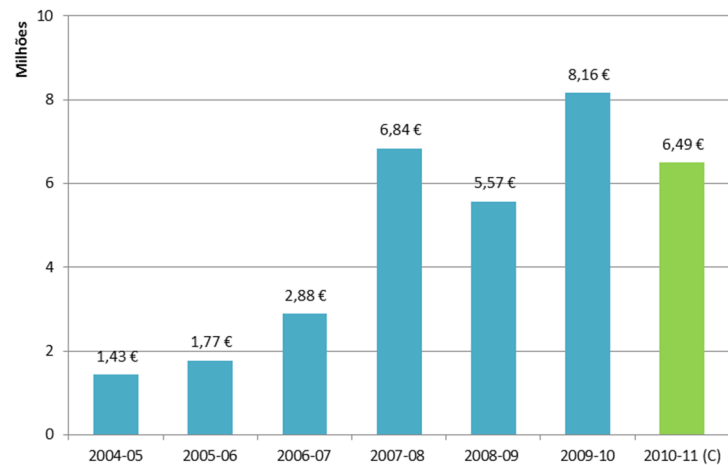
(C) O n.º de bolseiros e o valor dos encargos no ano 2010-11 (linha identificada a tracejado) resultam da projecção de valores que se estimam atingir no final do processo. Para tal projecção presumiu-se que 100% dos bolseiros manterão bolsa de estudo até ao final do ano lectivo. Para a determinação do valor a projectar multiplicou-se a bolsa média mensal apurada em Abril pelo n.º de bolseiros e pelo n.º de meses que ainda faltam processar até ao final do ano lectivo (2). Ao resultado desta operação somaram-se os encargos já assumidos.

(D) Em 2010-11 a RMMG (Remuneração Mínima Mensal Garantida) deixa de ser considerada como valor de referência para o cálculo do valor da bolsa de estudo, passando a ser substituída pelo IAS (indexante de Apoios Sociais). Não obstante mantivemos o critério para este ano dado que é o que melhor concorre para a comparabilidade histórica dos dados.

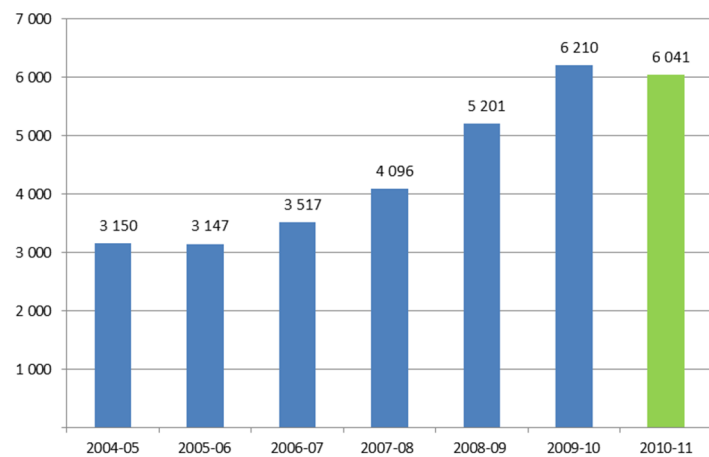
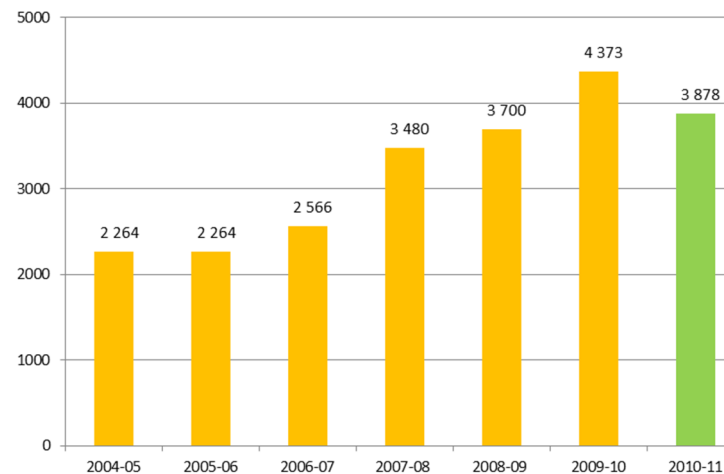
Figura 13 – evolução dos encargos com pagamento de bolsas de estudo: estudo: 2007-2008 a 2010-2011



Encargos



Bolsseiros



Candidatos

Tabela 11 – O impacto da reforma nos resultados da atribuição de bolsas de estudo: comparação de dados de 2009-2010 com 2010-2011

(1) total de candidaturas recebidas em 2010-11	6.041
(1.1) sub total de candidaturas apresentadas pelos estudantes bolseiros em 2009-2010	3.379
(1.2) sub total de candidaturas apresentadas pelos estudantes candidatos pela 1.ª vez	2.662
Número de candidaturas apresentadas pelos estudantes que ingressaram no ES pela 1.ª vez	1.785
Dados em relação aos estudantes bolseiros em 2009-2010 (1.1)	3.379
(2) Número de bolsas concedidas ao abrigo do regime regra	1.952
% de bolsas concedidas em relação a 1.1	58%
(3) Número de bolsas concedidas ao abrigo do regime transitório	678
% de bolsas concedidas em relação a 1.1	20%
(4) Número de bolsas indeferidas	749
% de bolsas indeferidas em relação a 1.1	22%
(5) Número de bolsas atribuídas ao abrigo do regime transitório + número de bolsas indeferidas	1.427
% de bolsas atribuídas ao abrigo do regime transitório em relação a 1.1	42%
Dados em relação aos estudantes candidatos a bolsa de estudo pela 1.ª vez (1.2)	2.662
(6) Número de bolsas concedidas	1.249
% de bolsas concedidas em relação a 1.2	47%
(7) Número de bolsas indeferidas	1.413
% de bolsas indeferidas em relação a 1.2	53%
Dados em relação ao número de bolsas concedidas aos estudantes bolseiros em 2009-2010 (2 + 3)	
bolseiros que já tinham bolsa de estudo em 2009-2010	2.630
Número de bolseiros que aumentaram a bolsa de estudo em relação a 2009-2010	540
Valor médio do aumento da bolsa de estudo	62,83 €
Número de bolseiros que diminuíram a bolsa de estudo em relação a 2009-2010	2.090
Valor médio da diminuição da bolsa de estudo	76,46 €
Número de processos indeferidos , por motivo de indeferimento (4 + 7)	2.162
Sem aproveitamento escolar a 50% ou mais dos ECTS	623
Não consegue concluir o curso em n+x	158
Inscrito a menos de 30 ECTS	8
Sem matrícula/inscrição	125
Titular de grau académico igual ou superior	5
Sem actualização de dados (1.ª fase)	283
Instrução incompleta	212
Património mobiliário > 240 IAS	33
Sem carência económica	635
Situação contributiva irregular	18
Sem requisito de nacionalidade	18
Outros (desistência ou transferência)	44

Figura 14 – candidaturas recebidas em 2010-2011: tipologia de candidatos

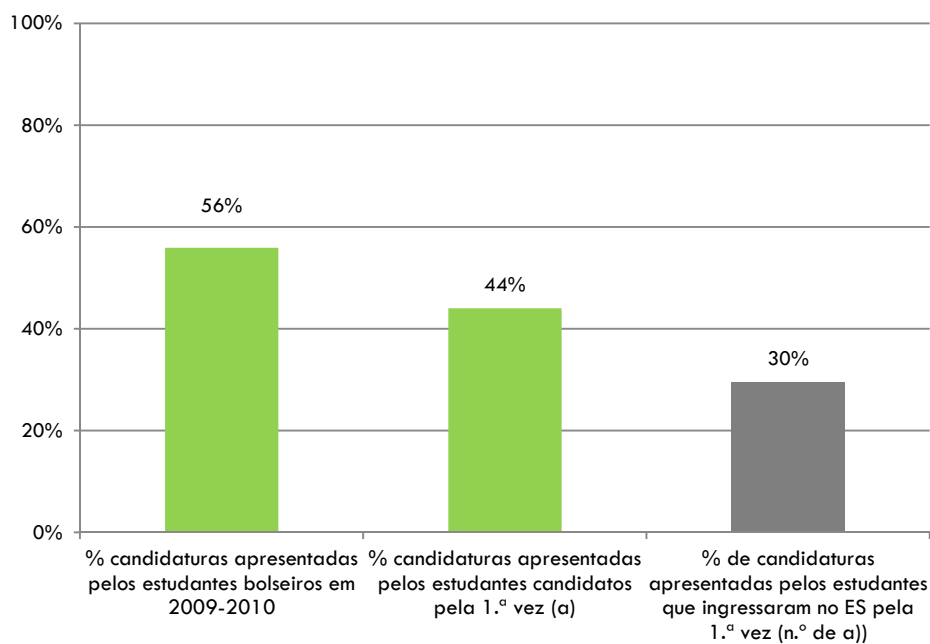


Figura 15 – Tipologia de bolsas de estudo atribuídas no ano lectivo 2010-11 aos estudantes que foram bolsheiros em 2009-2010

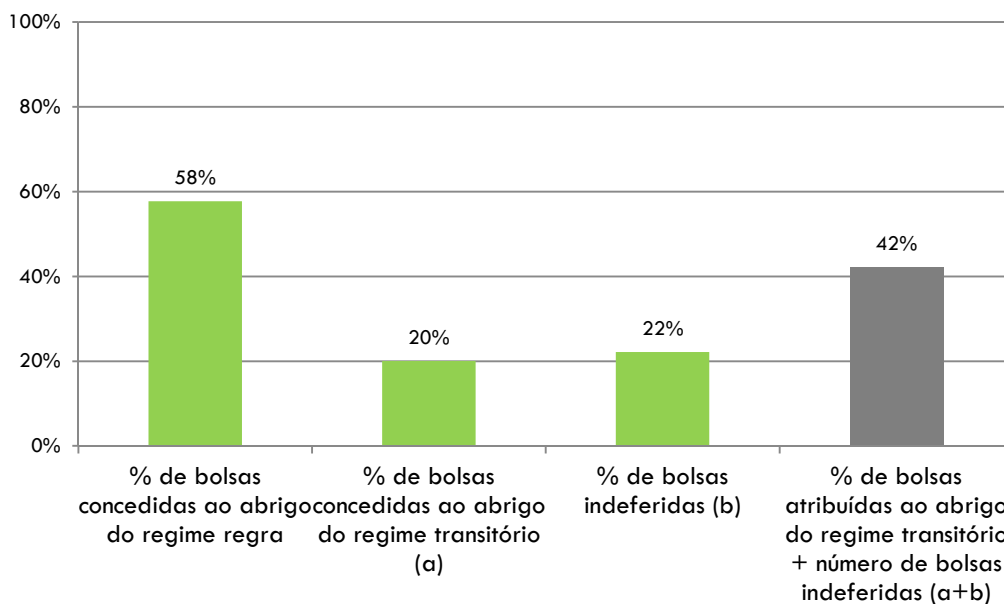


Figura 16 – Caracterização da decisão que recaiu sobre as candidaturas apresentadas pelos estudantes candidatos a bolsa de estudo pela primeira vez

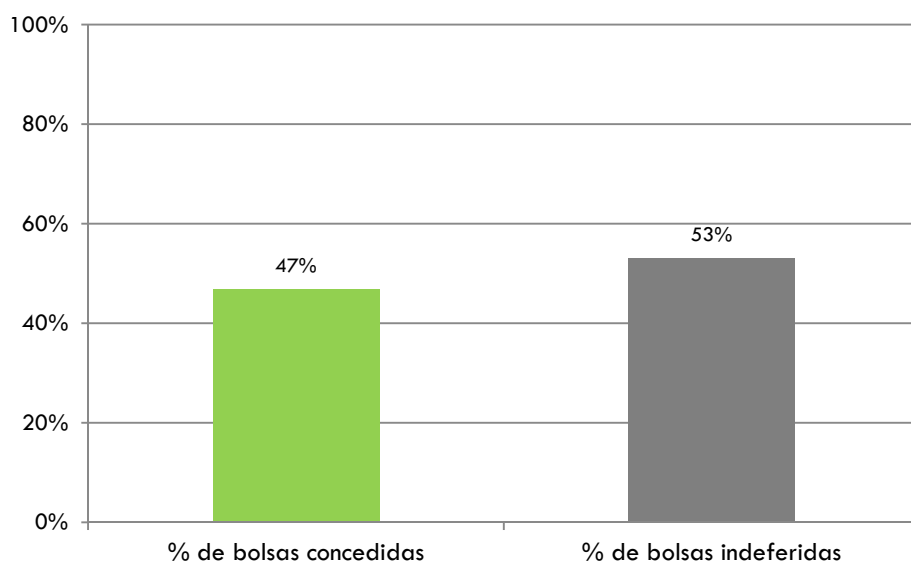


Figura 17 – Impacto da reforma na variação da bolsa de estudo atribuída a estudantes bolseiros em 2010-2011 e que foram bolseiros em 2009-2010

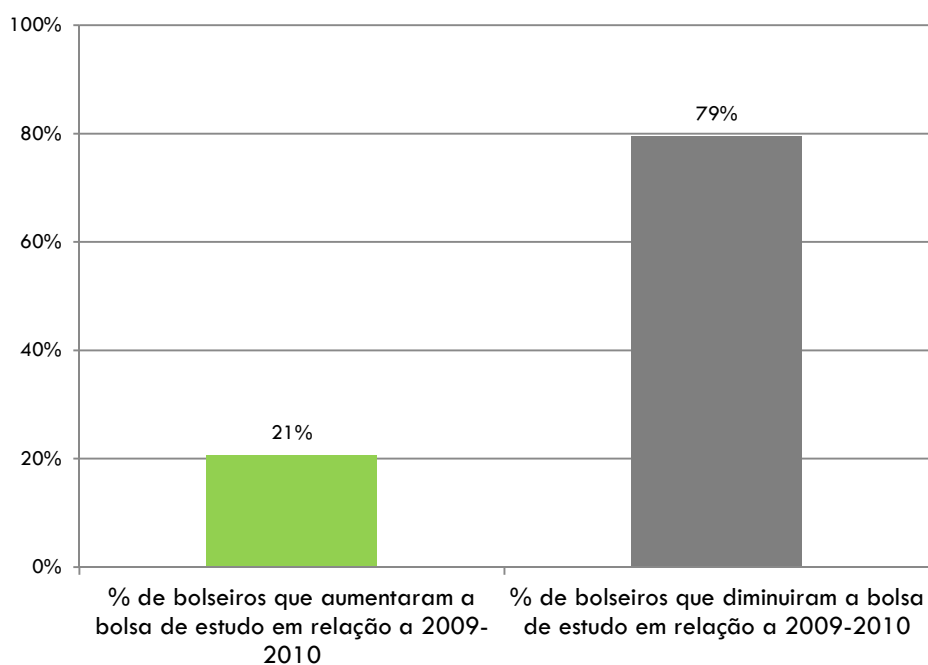


Figura 18 – Caracterização das candidaturas indeferidas por motivo de indeferimento

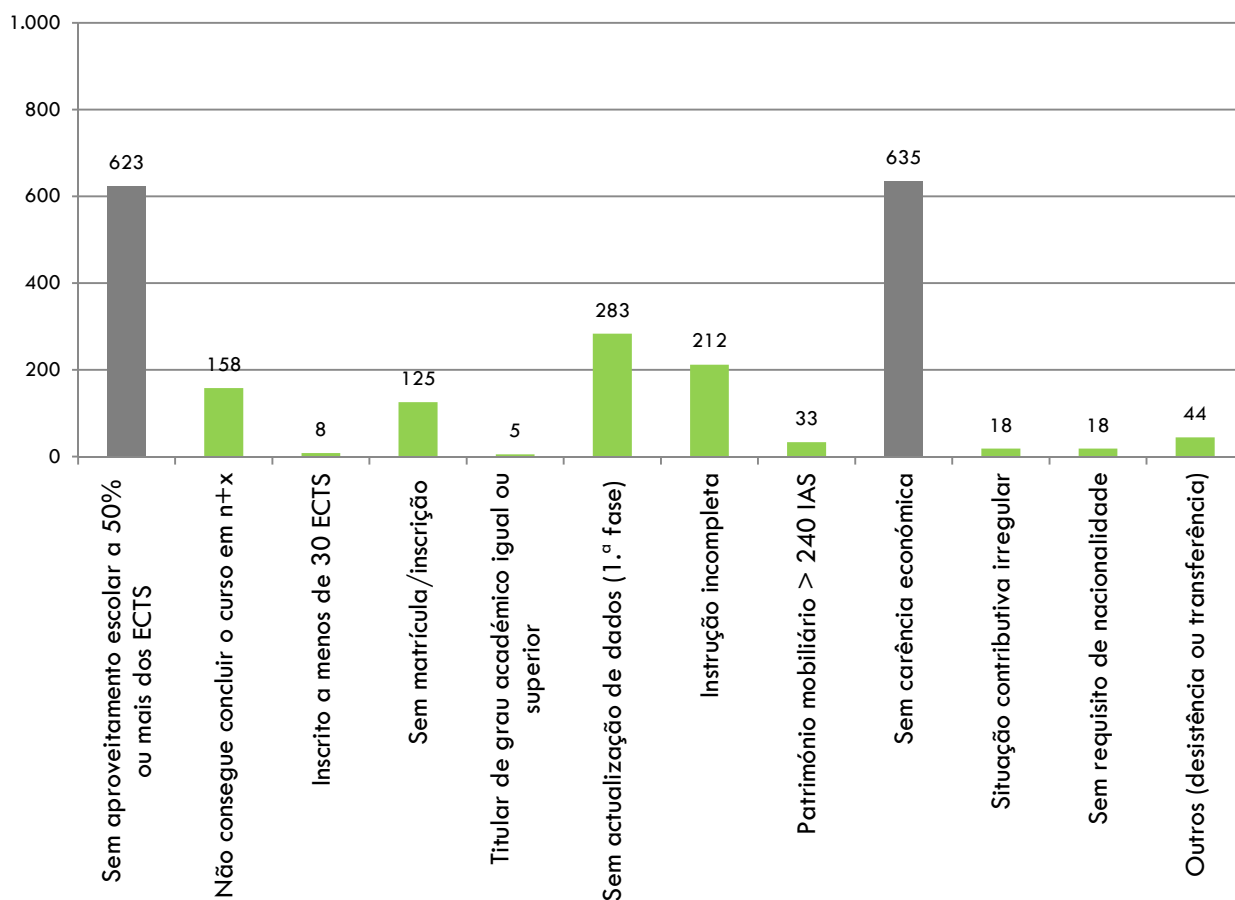


Tabela 12 – caracterização das reclamações ou pedidos de reanálise apresentadas e decididas em 2009-10

Decisão inicial	Deferidos: Reclamação		indeferidos: Reclamação ou pedido de reanálise		Total 2009-2010	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Decisão após análise do contradório						
Arquivados	-	0	-	0%	-	0%
Mantida a decisão inicial	17	44%	138	67%	155	63%
Alterada a decisão	22	56%	69	33%	91	37%
total	39		207		246	

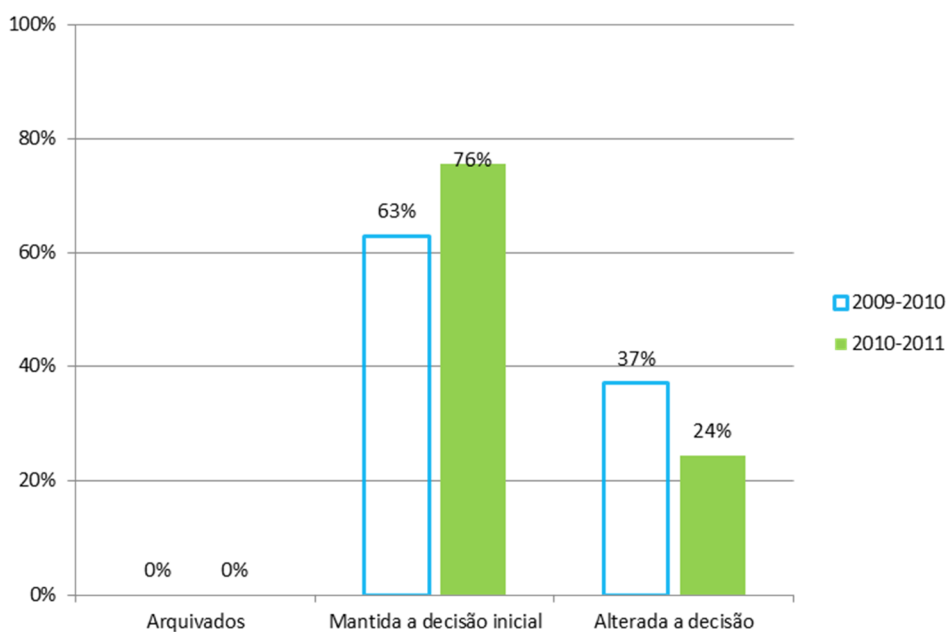
Fonte: Ficheiro de suporte à gestão do tratamento das reclamações em 2009-2010

Tabela 12 – caracterização das reclamações ou pedidos de reanálise apresentadas e decididas em 2010-11

Decisão inicial	Deferidos: Reclamação ou pedido de reanálise		indeferidos: Reclamação ou pedido de reanálise		Total 2010-2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arquivados	-	0	-	0%	-	0%
Mantida a decisão inicial	102	72%	203	77%	305	76%
Alterada a decisão	39	28%	59	23%	98	24%
total	141		262		403	

Fonte: Ficheiro de suporte à gestão do tratamento das reclamações em 2010-2011 em 30-04-2011

Figura 19 – caracterização das decisões recaídas sobre as reclamações: análise comparativa



PARTE 5 – apoio social indirecto: alojamento

No âmbito dos objectivos que prosseguem, os SAS.ipp promovem o acolhimento aos estudantes que frequentam as escolas do IPP e os seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico, que pelas suas condições socioeconómicas, pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano lectivo e necessitem, por isso, de alojamento para prosseguir os seus estudos.

Como se referirá a seguir, a oferta de alojamento é muito limitada, quando comparada com as demais instituições: instituições de ensino superior públicas (ver quadro a seguir).

Sem prejuízo dessa limitação, os SAS.IPP têm procurado qualificar os espaços de alojamento existentes, com melhor apetrechamento e mais funcionais, sem prejuízo dos esforços no sentido do aumento da oferta.

Todo o trabalho desenvolvido nesta área tem com objectivo facilitar o dia-a-dia do estudante e contribuir para o seu desenvolvimento e integração na comunidade académica.

Actualmente os SAS.IPP têm consciência que a oferta de alojamento é muito limitada, fruto de opções do passado agora difícil de corrigir. Nesse quadro, para além da construção da Residência de José Régio (a abrir em 2011), estão em curso estudos para a construção de uma nova residência no Porto e outra em Felgueiras, como se referirá a seguir.

Considerando a necessidade de integração dos estudantes alojados nas residências, foram promovidas duas iniciativas de convívio geral:

- A designada “Festa de S. Pedro”, em Junho, nos jardins do ISCAP;
- O “Magusto” de S. Martinho, em Novembro, nas instalações do Café-concerto, da ESMAE.

Foram também organizadas acções de sensibilização dos residentes para a área alimentar / nutricional, através da colaboração do Gabinete de Apoio ao Estudante e de uma nutricionista.

Os SAS.IPP alojam, ainda nas residências, quando existem vagas, estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o IPP e outras instituições ou participem em actividades promovidas pelo IPP e suas escolas, bem como visitantes.

Em 2010 estiveram em pleno funcionamento seis residências de estudantes, a seguir referenciadas.

Dados Comparativos da Acção Social no Ensino Superior

Oferta de alojamento para estudantes 2009/2010

Instituição	Alunos (2009-2010)	Números de camas 31-12-2009	Rácio alunos/cama
SAS Instituto Politécnico da Guarda	2.916	394	7
SAS Universidade da Beira Interior	5.960	800	7
SAS Instituto Politécnico de Portalegre	2.612	347	8
SAS Instituto Politécnico de Viana do Castelo	3.633	430	8
SAS Instituto Politécnico de Beja	2.779	310	9
SAS Instituto Politécnico de Castelo Branco	4.374	424	10
SAS Universidade do Minho	16.057	1401	11
SAS Universidade dos Açores	3.681	300	12
SAS Instituto Politécnico de Tomar	3.132	254	12
SAS Instituto Politécnico de Santarém	3.863	281	14
SAS Instituto Politécnico de Leiria	9.477	688	14
SAS Universidade de Évora	8.119	574	14
SAS Universidade do Algarve	8.644	610	14
SAS Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	7.709	523	15
SAS Universidade da Madeira	3.111	209	15
SAS Universidade de Coimbra	20.868	1354	15
SAS Universidade de Aveiro	12.419	802	15
SAS Instituto Politécnico de Bragança	6.609	348	19
SAS Instituto Politécnico de Viseu	6.138	320	19
SAS Instituto Politécnico de Setúbal	6.173	294	21
SAS Universidade do Porto	28.628	1216	24
SAS Instituto Politécnico de Coimbra	10.253	348	29
SAS Universidade de Lisboa	20.830	660	32
SAS Universidade Nova de Lisboa	16.720	452	37
SAS Universidade Técnica de Lisboa	22.970	465	49
SAS Instituto Politécnico do Porto	15.819	259	61
SAS Instituto Politécnico de Lisboa	13.639	200	68
SAS Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2.643	0	

Fonte: Nos IPs dados solicitados directamente. Nas universidades dados recolhidos dos respectivos sites, pois não existem dados oficiais publicados.

Caracterização das residências

Residência de Almeida Valente

Localização: Rua Coronel Almeida Valente n.º 330, Porto

Capacidade: 104 camas

Tipo: mista



Principais características

2 quartos individuais para deficientes
 49 quartos duplos
 1 quarto quadruplo
 quarto de banho privativo para cada 2 quartos
 aquecimento central
 1 cozinha em cada piso equipadas com frigorífico, microondas, fogão e tv
 lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
 sala de convívio equipada com plasma
 rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçam em cerca de 35.000€ e envolveram:

- a) Obras de conservação, incluindo isolamento (humidades) e pinturas;
- b) Instalação de torneiras temporizadas;
- c) Reparações na caixilharia exterior;
- d) Outras pequenas reparações, no sistema de combate a incêndios, aquecimento central, bomba de circulação de águas quentes sanitárias, electrodomésticos, etc...



Residência de Azenha

Localização: Rua da Azenha n.º 245/247, Porto

Capacidade: 42 camas Tipo: feminina

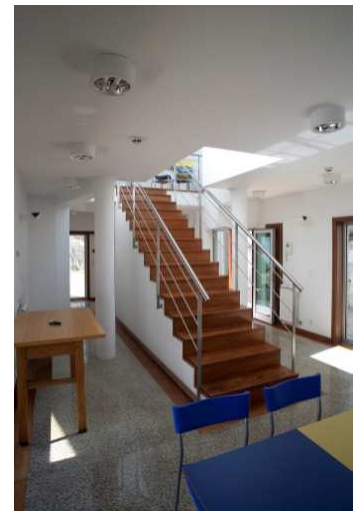


Principais características

21 quartos duplos distribuídos por 6 apartamentos
 quarto de banho privativo
 quarto de banho privativo
 1 cozinha por apartamento equipadas com frigorífico, microondas, fogão e tv
 lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
 tábua e ferro de engomar
 sala de convívio equipada com tv
 rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçam em cerca de 18.000€ e envolveram:

- a) Obras de conservação, incluindo isolamento de humidades na cobertura e nos quartos;
- b) Instalação de torneiras temporizadas;
- c) Reparações na caixilharia exterior;
- d) Reparações diversas no sistema de combate a incêndios, na rede de gás, máquinas, aquecimento central, etc...



Residência de Coelho Neto

Localização: Rua Coelho Neto n.º 78, Porto

Capacidade: 19 camas

Tipo: mista



Principais características

7 quartos individuais
 4 quartos duplos
 1 quarto quadruplo
 2 quartos de banho colectivos
 1 cozinha equipada com frigorífico, microondas e fogão
 lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
 tábua e ferro de engomar
 sala de convívio equipada com tv
 rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçaram em cerca de 14.000€ e envolveram:

- Reparação da instalação eléctrica, incluindo substituição do quadro eléctrico geral e sistema de aquecimento;
- Reparações diversas (pichelaria, etc...);
- Equipamento diverso.



Residência de Bainharia

Localização: Travessa da Bainharia n.º 16, Porto

Capacidade: 18 camas Tipo: masculina



Principais características

6 quartos duplos
 2 quartos triplos
 1 quartos de banho por piso
 1 cozinha equipada com frigorífico, microondas e fogão
 lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
 sala de convívio equipada com tv
 rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçam em cerca de 8.000€ e envolveram:

- a) Intervenções no saguão, remoção e reparação de tubagens de saneamento;
- b) Reparação de pavimento;
- c) Reparação de máquinas, pichelaria e electricidade.



Residência de S. Roque

Localização: Rua do Lidador n.º 131, Vila do Conde

Capacidade: 40 camas Tipo: mista

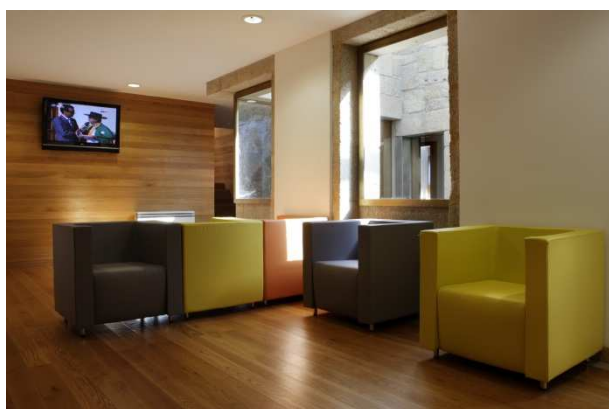


Principais características

11 quartos duplos
6 quartos triplos
2 quartos de banho colectivos
1 cozinha equipada com frigorífico, microondas e fogão
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
sala de convívio equipada com tv
rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçam em cerca de 5.000€ e envolveram:

- Obras de conservação para isolamento de humidades nos quartos;
- Reparações diversas de electricidade e carpintaria;
- Mobiliário diverso.



Residência de Riobom

Localização: Avenida Rodrigues de Freitas n.º 14, Porto

Capacidade: 36 camas Tipo: mista



Principais
características

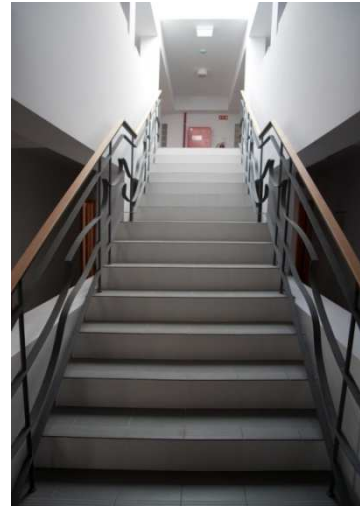
9 quartos duplos
6 quartos triplos
2 quartos de banho colectivos
1 cozinha equipada com frigorífico, microondas e fogão
lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
tábua e ferro de engomar
sala de convívio equipada com tv
rede wireless em toda a residência

Em 2010 as principais intervenções nesta residência orçam em cerca de 18.000€ e envolveram:

- a) Instalação de torneiras temporizadas;
- b) Aquisição de equipamento;
- c) Reparação de humidades e pintura de paredes e cobertura, bem como de azulejos e pavimentos de WC's;
- d) Reparações na caixilharia exterior;
- e) Outras reparações de electricidade, pichelaria, máquinas e sistema de aquecimento.



Residência de José Régio



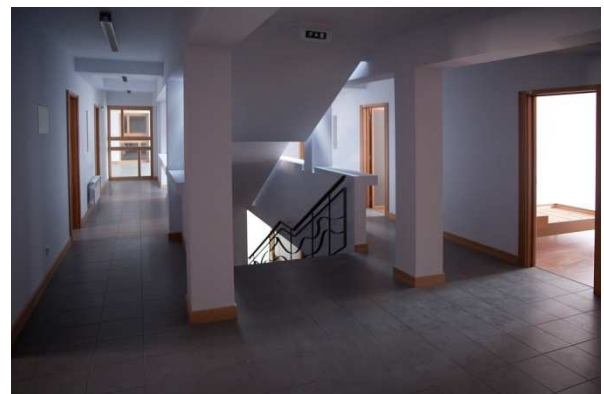
A Residência de José Régio, instalada na praça com o mesmo nome, em Vila do Conde, resultou de uma parceria entre o IPP e a Autarquia (Protocolo de 1997), tendo beneficiado de um financiamento no âmbito do QREN.

Foi concluída em 2010, sendo o financiamento e o projecto gerido centralmente pelo IPP, como um investimento global de 1.525.348,32€ (+IVA).

Aos SAS coube a aquisição de algum equipamento, adquirido também em 2010, com um investimento de cerca de 23.00€ (mobiliário, equipamento de cozinha, lavandaria, colchões, etc...). Carece apenas de algum equipamento complementar e vistorias para iniciar o seu funcionamento.

Dispõe de 47 quartos, sendo 31 individuais e 16 duplos, num total de 63 camas (incluindo dois quartos para deficientes).

Deverá entrar em funcionamento em 2011.



Projectos de novas Residências

Residência de Gil Vicente

Partindo da necessidade de aumentar a oferta de alojamento aos estudantes do IPP, conforme se evidencia no quadro comparativo que antecede, os SAS.ipp desenvolveram o estudo com vista à construção de uma nova Residência no Porto, na zona central da cidade: junto à Praça do Marquês de Pombal, junto das actuais instalações da sua sede.

A proposta obteve o acolhimento generalizado, quer da Presidência do IPP e do seu Conselho de Gestão, quer do Conselho de Acção Social do Conselho Geral.

Assim, foi adquirido pelo IPP em 2010 um terreno, com área de cerca de 1.800 m², por 500.000€, com frente de rua livre de construção para a Rua Gil Vicente.

Sobre este terreno foi já efectuado um primeiro estudo de implantação que poderá viabilizar a construção de uma residência com cerca de 100 quartos ou mais. Naturalmente que as condições actuais de financiamento público podem condicionar a concretização imediata deste projecto.

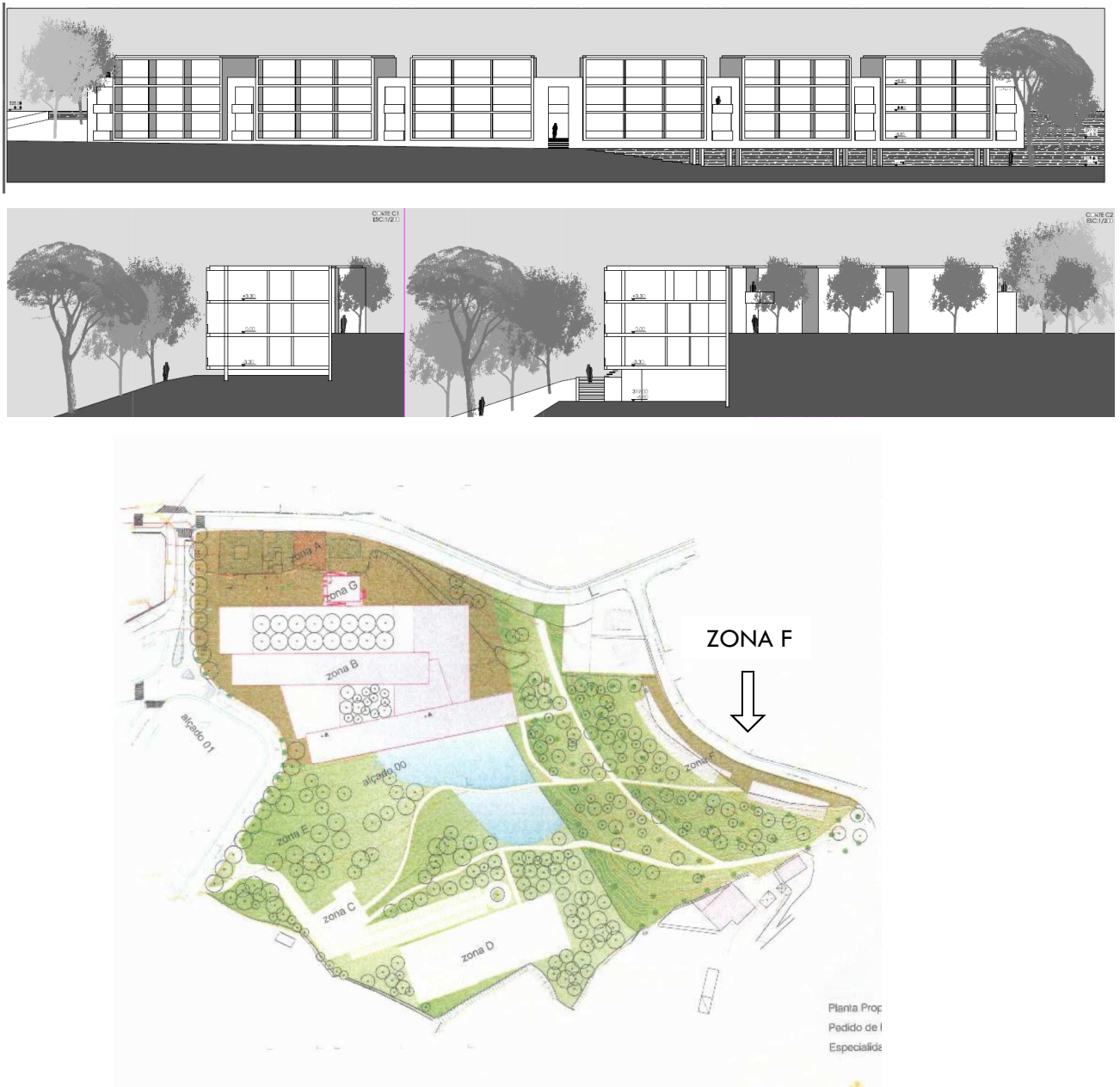


Residência da Casa do Curral

Este projecto tem como pressuposto o facto de o IPP não dispor em Felgueiras de qualquer alojamento para os cerca de 1.300 alunos que frequentam a ESTGF.

Está efectuada um estudo-prévio, pelo gabinete do Arquitecto Virgínio Moutinho, a partir de um estudo de implantação na Zona F do Plano Geral desenvolvido pelo Arq. João Machado, do IP de Portalegre.

Os constrangimentos de financiamento público têm atrasado o evoluir deste projecto, que permite obter uma capacidade superior a 100 camas.



Plano Geral proposto para a Quinta do Curral

Os preços de alojamento social em 2009/10 e 2010/11 são os indicados nas tabelas seguintes.

Tabela de preços de alojamento 2009-2010

Tipo	Preço-base			Taxa complementar
	Estudantes do IPP Bolseiros	Outros Estudantes incluindo ERASMUS	Docentes Convidados	
Mensal – quarto individual	63,90 €	107,00 €	187,00 €	13,00 €
Mensal – quarto duplo	63,90 €	92,00 €	117,00 €	13,00 €
Mensal – quarto triplo/quádruplo	63,90 €	77,00 €	112,00€	13,00 €
Semanal	40,00 €	50,00 €	60,00 €	----
Diária	10,00 €	15,00 €	15,00 €	----

Tabela de preços de alojamento 2010-2011

Tipo	Preço-base			Taxa complementar
	Estudantes do IPP Bolseiros	Outros Estudantes incluindo ERASMUS	Docentes Convidados	
Mensal – quarto individual	86,25 €	107,00 €	187,00 €	13,00 €
Mensal – quarto duplo	71,25 €	92,00 €	117,00 €	13,00 €
Mensal – quarto triplo/quádruplo	71,25 €	77,00 €	112,00€	13,00 €
Semanal	40,00 €	50,00 €	60,00 €	----
Diária	10,00 €	15,00 €	15,00 €	----

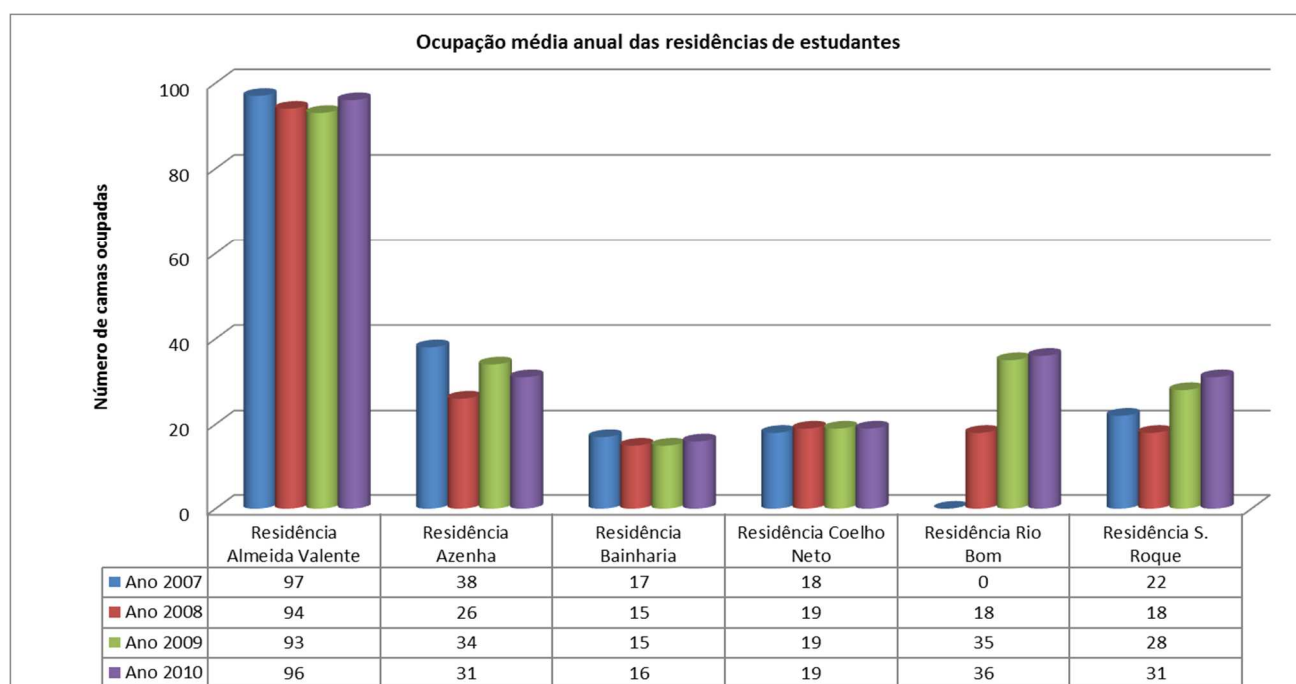
Para se candidatar a alojamento, o estudante preenche um boletim de candidatura, disponível no site www.ipp.pt, link Acção Social do IPP, no prazo fixado e publicado no mesmo site.

Têm prioridade de alojamento os estudantes deslocados que recebem bolsa de estudo. No entanto, a política de alojamento seguida pelos SAS.IPP permite que não só os bolseiros tenham assegurado o alojamento, possibilitando que os alunos PALOPS, Erasmus e não bolseiros possam usufruir, embora a preços diferenciados, de alojamento nas residências de estudantes.

Tabela XXX – Ocupação média anual das residências de estudantes

Unidade de alojamento	Total camas	Ano 2007				Ano 2008				Ano 2009				Ano 2010			
		Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação	Bolseiros	Não bolseiros	Total	Ocupação
Residência Almeida Valente	104	92	5	97	93%	63	31	94	90%	66	27	93	89%	56	40	96	92%
Residência Azenha	42	30	8	38	90%	18	8	26	62%	20	14	34	81%	23	8	31	74%
Residência Bainharia	18	17	0	17	94%	12	3	15	83%	8	7	15	83%	9	7	16	89%
Residência Coelho Neto	19	16	2	18	95%	15	4	19	100%	17	2	19	100%	14	5	19	100%
Residência Rio Bom	36	0	0	0	0%	12	6	18	50%	26	9	35	97%	26	10	36	100%
Residência S. Roque	40	22	0	22	55%	12	6	18	45%	23	5	28	70%	22	9	31	78%
Total	259	177	15	192	74%	132	58	190	73%	160	64	224	86%	150	79	229	88%

Figura XXX – Ocupação média anual das residências de estudantes



Nota: A ocupação média considera os períodos de ocupação efectiva, sendo que alguns estudantes do último ano só ocupam os quartos em parte do ano e que depois ficam vagos para alunos residentes não regulares (ERASMUS e outros).

Figura XXX – Taxa de ocupação média das residências de estudantes

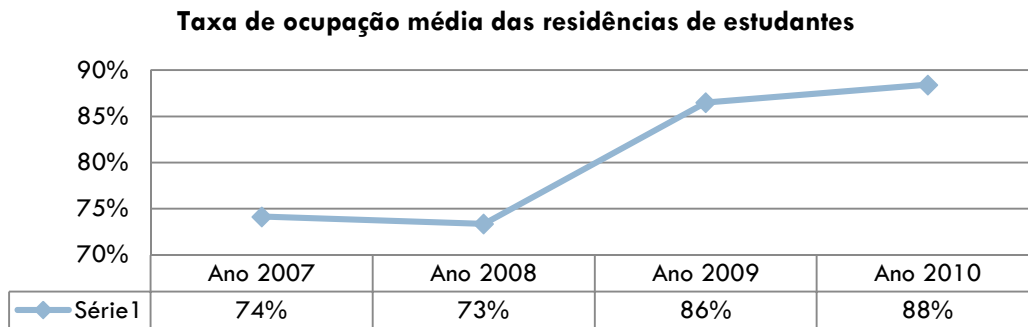


Figura XXX – Distribuição média dos Estudantes pelas Residências durante o ano 2009 (n.º camas)

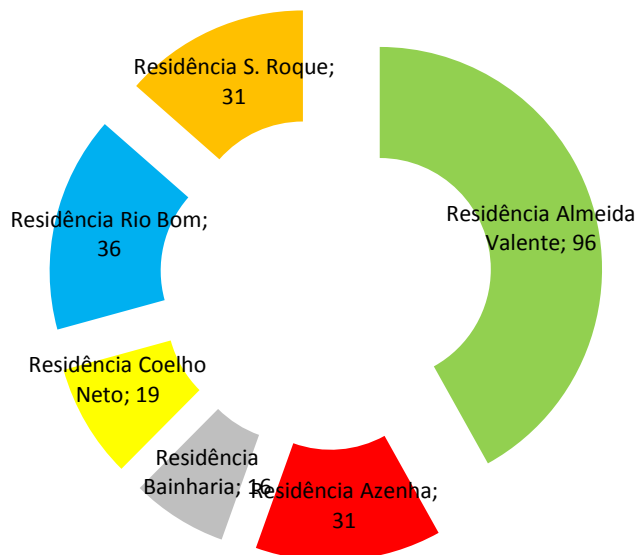
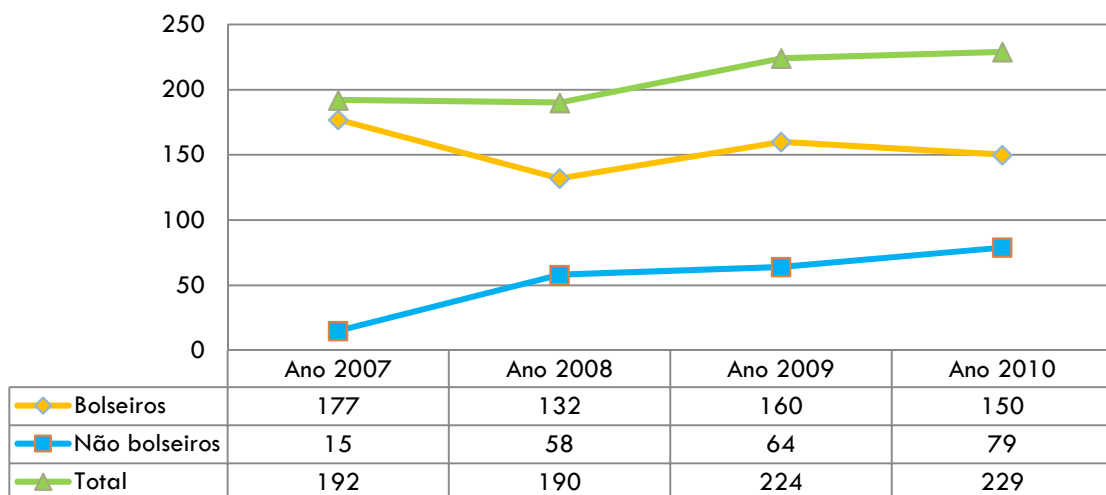


Figura XXX – Caracterização média do tipo de residentes entre 2007 e 2010



Nota: A ocupação média considera os períodos de ocupação efectiva, sendo que alguns estudantes do último ano só ocupam os quartos em parte do ano e que depois ficam vagos para alunos residentes não regulares (ERASMUS e outros).

Nos mapas e gráficos que se seguem é possível visualizar de uma forma comparativa a actividade das várias unidades ao longo dos anos, assim como a sua expressão financeira.

Tabela XXX – Decomposição da despesa e da receita das unidades de alojamento de estudantes no ano de 2007

ANO 2007	DESPESAS				RECEITA
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ALMEIDA VALENTE	11.783,83 €	156.232,99 €	26.454,74 €	194.471,55 €	71.164,15 €
BAINHARIA	2.039,51 €	20.331,97 €	12.539,43 €	34.910,91 €	12.472,07 €
RIO BOM	4.079,02 €	31.195,70 €	27.365,91 €	62.640,63 €	- €
AZENHA	4.758,85 €	85.063,64 €	9.556,66 €	99.379,15 €	27.878,74 €
S. ROQUE	4.532,24 €	18.677,89 €	12.518,22 €	35.728,35 €	16.140,32 €
COELHO NETO	2.152,82 €	26.029,28 €	11.950,76 €	40.132,85 €	13.205,72 €
TOTAL	29.346,27 €	337.531,47 €	100.385,70 €	467.263,44 €	140.861,00 €

Tabela XXX – Decomposição da despesa e da receita das unidades de alojamento de estudantes no ano de 2008

ANO 2008	DESPESAS				RECEITA
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ALMEIDA VALENTE	15.092,53 €	147.275,77 €	10.032,46 €	172.400,77 €	86.987,48 €
BAINHARIA	3.718,97 €	24.614,83 €	1.800,12 €	30.133,91 €	13.880,98 €
RIO BOM	5.221,75 €	15.469,99 €	14.531,43 €	35.223,17 €	16.657,18 €
AZENHA	6.096,68 €	81.703,43 €	7.219,75 €	95.019,86 €	24.060,37 €
S. ROQUE	3.584,72 €	22.407,40 €	2.275,68 €	28.267,80 €	16.657,18 €
COELHO NETO	5.692,46 €	25.774,56 €	3.569,43 €	35.036,45 €	17.582,58 €
TOTAL	39.407,11 €	317.245,97 €	39.428,87 €	396.081,95 €	175.825,76 €

Tabela XXX – Decomposição da despesa e da receita das unidades de alojamento de estudantes no ano de 2009

ANO 2009	DESPESAS				RECEITA
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ALMEIDA VALENTE	17.587,48 €	111.037,53 €	7.343,86 €	135.968,87 €	86.761,62 €
BAINHARIA	5.291,94 €	12.276,34 €	329,14 €	17.897,42 €	13.095,00 €
RIO BOM	8.218,06 €	26.101,06 €	444,68 €	34.763,80 €	21.582,19 €
AZENHA	7.105,08 €	45.608,22 €	10.309,37 €	63.022,66 €	34.969,00 €
S. ROQUE	6.763,40 €	21.078,81 €	782,90 €	28.625,11 €	17.181,00 €
COELHO NETO	7.472,87 €	12.116,42 €	12.149,14 €	31.738,43 €	18.093,00 €
TOTAL	52.438,83 €	228.218,37 €	31.359,09 €	312.016,29 €	191.681,81 €

Tabela XXX – Decomposição da despesa e da receita das unidades de alojamento de estudantes no ano de 2010

ANO 2010	DESPESAS				RECEITA
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ALMEIDA VALENTE	21.167,20 €	111.036,71 €	24.693,55 €	156.897,46 €	76.327,89 €
BAINHARIA	6.018,73 €	13.627,20 €	6.297,01 €	25.942,94 €	12.620,40 €
RIO BOM	9.558,86 €	33.310,65 €	12.034,63 €	54.904,14 €	29.801,24 €
AZENHA	8.551,23 €	52.160,11 €	13.633,98 €	74.345,32 €	31.937,17 €
S. ROQUE	8.140,01 €	21.769,77 €	1.612,17 €	31.521,95 €	22.852,30 €
COELHO NETO	8.330,24 €	12.955,32 €	11.599,72 €	32.885,28 €	16.898,55 €
JOSÉ RÉGIO	- €	304,05 €	22.072,28 €	22.376,33 €	- €
TOTAL	61.766,26 €	245.163,81 €	91.943,34 €	398.873,42 €	190.437,55 €

Nota: Os valores indicados implicaram a reafectação de despesas gerais, podendo introduzir alguns desajustamentos, absorvidos globalmente. Por outro lado, os valores reflectem controlo de gestão não coincidente com a óptica orçamental (caixa), pois os registos por centros de custos obedecem à óptica patrimonial.

Figura XXX – Comparação da decomposição da despesa das unidades de alojamento de estudantes – entre os anos 2007 e 2010

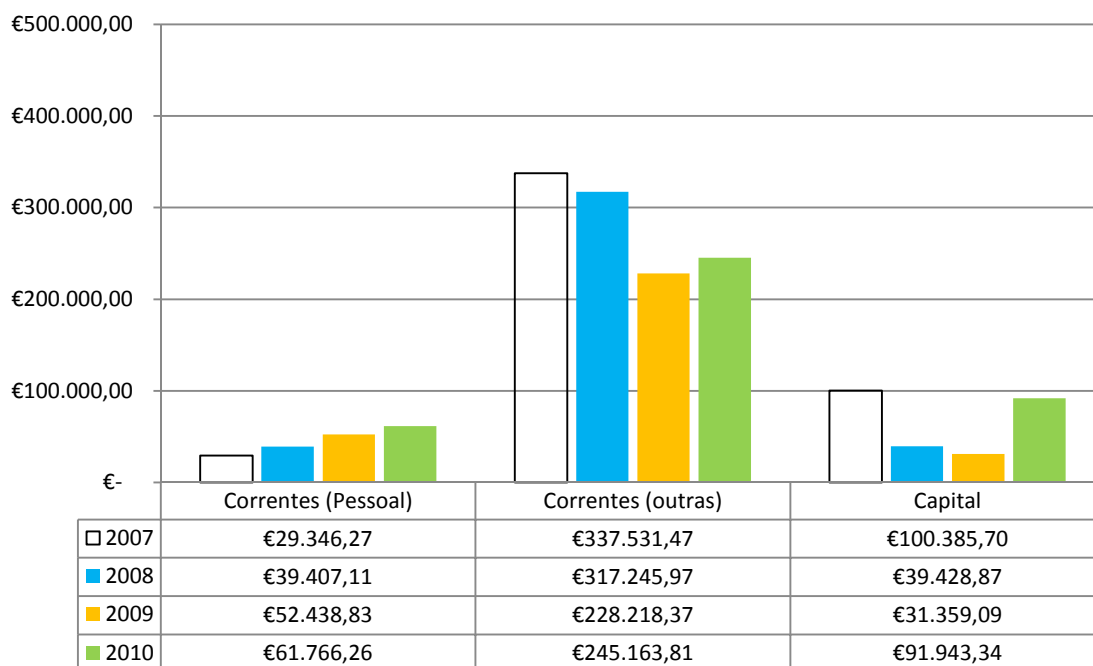


Tabela XXX – Evolução das receitas e despesas das unidades de alojamento entre 2007 e 2010:

	2007	2008	2009	2010
RECEITA (TOTAL)	140.861,00 €	175.825,76 €	191.681,81 €	190.437,55 €
DESPEAS CORRENTES	366.877,74 €	356.653,08 €	280.657,20 €	306.930,07 €
DESPESA (TOTAL)	467.263,44 €	396.081,95 €	312.016,29 €	312.016,29 €
TAXA DE COBERTURA (s/ despesa total)	30%	44%	61%	61%
TAXA DE COBERTURA (s/ despesas correntes)	38%	49%	68%	62%

Note-se que a taxa de cobertura sem despesas de investimento tem subido não só por força da maior ocupação das residências mas também devido à diminuição dos custos. Em 2007 houve um esforço muito grande de recuperação e melhoramento das condições físicas e de acolhimento nas residências. Em 2008 e 2009, a redução de financiamento implicou também a redução desse programa de intervenção. Em 2010 houve um relativo acréscimo (superior a 100.000€, contabilizando não só as despesas de capital mas também outras intervenções classificadas como “despesas correntes”, como obras de conservação), facto que também explica um ligeiro decréscimo da taxa de cobertura em 2009 (68%) para 2010 (62%).

PARTE 6 – apoio social indirecto: alimentação

A área da Alimentação presta apoio à população estudantil do IPP nos seus diversos pólos, nomeadamente através de sete unidades alimentares localizadas no Porto (3), Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde/Póvoa e Felgueiras.

- Cantina e snack-bar do Instituto Superior de Engenharia (ISEP), no Porto;
- Cantina da Escola Superior de Educação (ESE), no Porto;
- Cantina e snack-bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP), em Matosinhos;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo (ESMAE), no Porto;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG), em Vila do Conde;
- Cantina e snack-bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGF), em Felgueiras;
- Cafeteria da Escola Superior de Tecnologias de Saúde (ESTSP), em Vila Nova de Gaia.

Esta área tem como princípio fundamental o serviço de refeições subsidiadas nas cantinas complementadas por um serviço de snack-bar ou cafeteria. Na ESTSP, como não existe ainda uma cantina, também não é possível a oferta do serviço de refeições convencional (subsidiadas).

A área da Alimentação dos SAS.IPP pretende proporcionar serviços que vão de encontro aos padrões alimentares normalmente aceites para as faixas etárias abrangidas, sem deixar de corresponder às expectativas e satisfação dos seus utentes, apesar da política de preços mais baixa dificultar esse objectivo. Toda a actividade assenta na melhoria contínua de qualidade dos serviços e das refeições, objecto de auditorias externas.

No pólo de Vila Nova de Gaia, na Escola Superior de Tecnologias de Saúde, só existe uma cafeteria para servir os seus utentes, dado que o projecto só prevê a construção de uma cantina numa segunda fase. Na sua falta, procurou-se alargar a oferta alimentar para o conceito de snack-bar, de modo a minimizar as necessidades da população escolar desta Escola.

As sete unidades alimentares funcionaram durante o ano de 2010 sob o regime de concessão, resultante de um concurso público aberto durante o ano 2008, para adjudicação quer do serviço de refeições, quer da exploração dos bares.

O preço da refeição ao estudante foi fixado em 2009 pelo Conselho de Acção Social em 2,20€, mantendo-se inalterado em todo o ano de 2010, por deliberação da tutela (deveria ter sido

actualizado para 2,30€ em Outubro de 2010, de acordo com o critério de indexação a 0,5% da RMMG).

Do concurso público resultaram grandes vantagens para os SAS.IPP, quer em termos financeiros, quer em qualidade de serviços, nomeadamente:

- a) A actualização favorável aos SAS.IPP dos preços das refeições em regime de concessão, beneficiando da evolução do mercado;
- b) A actualização, também, do valor das rendas pagas pela exploração dos bares / snacks, cujos ganhos se referem a seguir;
- c) A imputação aos concessionários dos encargos com instalações suportadas pelos SAS.IPP, nomeadamente energia eléctrica, gás, água, controlo de pragas, manutenções de equipamentos e pessoal (neste caso apenas uma cozinheira, mas que se encontrava ao serviço do concessionário e os respectivos encargos eram suportados pelos SAS.IPP);
- d) A melhoria das condições higio-sanitárias do serviço prestado e da qualidade alimentar, quer pela exigência de certificação de qualidade às empresas candidatas ao concurso público, quer pelas exigências de carácter nutricional e de controlo de qualidade incluídas no caderno de encargos (avaliadas através de auditorias externas).

Durante o ano 2010 todas as unidades alimentares foram sujeitas a auditorias externas, realizadas por empresas da especialidade (Controlvet – Segurança Alimentar e SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência), quer às condições físicas higio-sanitárias e de segurança alimentar em geral, quer à qualidade do serviço prestado, tendo como principal objectivo a verificação do cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente dos requisitos do Sistema de Segurança Alimentar com base na metodologia HACCP e do caderno de encargos dos respectivos contratos de concessão:

- Verificação dos princípios fundamentais da concepção das instalações, em particular os princípios básicos de desenho higiénico das instalações e os aspectos relacionados com o layout;
- Verificação dos principais requisitos de funcionamento e das instalações e dos materiais utilizados, no que respeita à importância da satisfação desses requisitos em termos de Segurança Alimentar;
- Sugestão de eventuais alterações;
- Sugestão de metodologias e boas práticas a implementar de modo a garantir a segurança alimentar.

As auditorias tiveram, assim, como principal objectivo a avaliação das necessidades de melhoria ou de acções correctivas nas práticas diárias, tendo os resultados sido objecto de avaliação conjunta com os responsáveis do controle de qualidade dos concessionários, com o intuito de promover a melhoria e corrigir as não conformidades. Paralelamente, foram realizados inquéritos de satisfação dos utentes.

Quadro XX – Auditorias realizadas

Unidade	1.º semestre	2.º Semestre	Empresa
ESE	23-07-2010	19-10-2010	SGS Portugal - Sociedade Geral de Superintendencia SA
ESEIG	27-04-2010	05-11-2010	Controlvet - Segurança Alimentar
ESMAE	19-07-2010	27-10-2010	SGS Portugal - Sociedade Geral de Superintendencia SA
ESTGF	21-07-2010	21-10-2010	SGS Portugal - Sociedade Geral de Superintendencia SA
ESTSP	28-04-2010	15-11-2010	Controlvet - Segurança Alimentar
ISCAP	19-07-2010	20-10-2010	SGS Portugal - Sociedade Geral de Superintendencia SA
ISEP	23-07-2010	26-10-2010	SGS Portugal - Sociedade Geral de Superintendencia SA

Os preços unitários das refeições (já em vigor em 2009), que a seguir se indicam, representam uma significativa redução de custos comparativamente com os preços unitários praticados no ano 2008.

Tabela XX - Preços unitários de refeições 2008-2010

Unidade Alimentar	2008	2010	Diferença
	Pr. Unit.	Pr. Unit.	2010/2008
ESE	2,90 €	2,60 €	-10%
ESEIG	3,29 €	2,57 €	-22%
ESMAE	3,84 €	3,10 €	-19%
ESTGF	3,50 €	3,00 €	-14%
ISCAP	2,59 €	2,70 €	4%
ISEP	2,60 €	2,30 €	-11%

Nota: Valores sem IVA.

Tendo em consideração o número total de refeições servidas durante o ano 2010, e em relação aos preços de concessão praticados em 2008, os contratos celebrados na sequência do concurso público e renovados para 2010 permitiram uma redução directa de despesa (custo da refeição) em cerca de 81.037€ (sem IVA), a que acresce a diminuição dos encargos que passam a ser suportados directamente pelo concessionário e que se estimam próximos dos 100.000€.

Tabela XX - Avaliação do impacto da variação dos preços das refeições entre 2008 e 2010

	Refeições Servidas 2010	2008		2010		Diferença 2010-2008	
		Pr. Unit.	Total	Pr. Unit.	Total		
UNIDADE ALIMENTAR	ESE	35.850	2,90 €	104.029,02 €	2,60 €	93.210,00 €	- 10.819,02 €
	ESEIG	30.143	3,29 €	99.041,29 €	2,57 €	77.467,51 €	- 21.573,78 €
	ESMAE	15.417	3,84 €	59.190,27 €	3,10 €	47.792,70 €	- 11.397,57 €
	ESTGF	18.862	3,50 €	66.017,00 €	3,00 €	56.586,00 €	- 9.431,00 €
	ISCAP	29.723	2,59 €	76.961,34 €	2,70 €	80.252,10 €	3.290,76 €
	ISEP	104.310	2,60 €	271.019,73 €	2,30 €	239.913,00 €	- 31.106,73 €
	ESTSP	Não aplicável	-	- €	-	- €	- €
	SUB-TOTAL	234.305		676.258,64 €		595.221,31 €	- 81.037,33 €

Nota: Valores sem IVA. O volume de refeições indicado é o de 2010, servindo como termo de comparação para avaliar do impacto global da variação dos preços relativamente aos praticados em 2008.

Em relação à exploração dos bares, do concurso público resultaram as contrapartidas mensais indicadas no mapa seguinte, as quais representam um aumento de receita comparativamente com os preços de exploração respeitante ao ano 2008.

Tabela XX - Contrapartida financeira pela exploração dos bares

	2008 Mensalidade	2010 Mensalidade	Diferença 2010/2008
ESE	- €		
ESEIG	690,00 €	1.000,00 €	45%
ESMAE	- €	620,00 €	a)
ESTGF	150,00 €	550,00 €	267%
ISCAP	623,00 €	1.050,00 €	69%
ISEP	1.500,00 €	3.500,00 €	133%
ESTSP	1.779,36 €	2.200,00 €	24%

a) Em 2008 a renda era paga à ESMAE

b) Valores excluindo IVA à taxa legal em vigor.

O aumento efectivo de receita entre 2008 e 2009 é o que se apresenta na tabela anexa:

Tabela XX - Comparação da receita efectiva resultante da exploração dos bares entre 2008 e 2010

Bares	2008			2010			Acréscimo de 2010 para 2008
	Valor Mensal	Meses / ano	Total	Valor Mensal	Meses / ano	Total	
ISEP	1.500,00 €	11	16.500,00 €	3.500,00 €	11	38.500,00 €	22.000,00 €
ISCAP	623,00 €	11	6.853,00 €	1.050,00 €	11	11.550,00 €	4.697,00 €
ESTGF	150,00 €	11	1.650,00 €	550,00 €	11	6.050,00 €	4.400,00 €
ESMAE	783,84 €	2	1.567,68 €	620,00 €	11	6.820,00 €	5.252,32 €
ESTSP	1.779,36 €	3	5.338,08 €	2.200,00 €	11	24.200,00 €	18.861,92 €
ESEIG	690,00 €	10	6.900,00 €	1.000,00 €	11	11.000,00 €	4.100,00 €
TOTAL			38.808,76 €			98.120,00 €	59.311,24 €

Nota: Valores excluindo IVA à taxa legal em vigor.

Cantina e Snack-bar no ISEP, no Porto

Esta unidade, situada no pólo do Porto, funciona de segunda a sexta-feira com o serviço de almoços e jantares.

Tabela XX – Refeições servidas na cantina no ISEP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/DIA
Refeições servidas	9.737	5.056	12.039	11.887	9.952	8.109	5.250	4.951	14.186	15.018	6.650	102.835	497
Funcionamento (dias)	20	20	20	19	21	19	22	14	20	21	11	207	

Intervenções na Cantina

A Cantina do ISEP sofreu obras de beneficiação muito importantes nos anos de 2007 e 2008, de modo a garantir as condições adequadas em matéria de segurança alimentar sanitária e cumprimento dos regulamentos em vigor na área da alimentação colectiva.

Em 2010 procedeu-se ao melhoramento da linha de self, que se dividiu em duas, para garantir uma melhor fluidez do serviço, uma vez que a procura nesta unidade é elevada (média de 497 refeições/dia, com máximos diários de 730 refeições).

O investimento foi de cerca de 20.000€, incluindo outras pequenas intervenções (rede de gás, carpintarias e equipamentos).

Intervenções no Snack-bar

O Snack-bar está instalado no rés-do-chão do único edifício do ISEP que não foi objecto de obras de conservação e remodelação (edifício construído nos anos 60, com instalações laboratoriais muito degradadas), que, afectam o próprio espaço do snack.

A unidade já havia sido intervencionada em 2007 e 2008, de modo a garantir as condições físicas higio-sanitárias adequadas. Todavia, constituía-se como um espaço pouco convidativo para os estudantes, com substituição de equipamento de confecção, armazenamento e distribuição alimentar, bem como de serviço, incluindo um novo arrumo e design do espaço.



Como as fotografias incluídas o demonstram, foi uma intervenção bem sucedida e que mereceu o agrado generalizado os estudantes importando o investimento total em 95.000€.

Cantina na ESE, no Porto

Esta unidade, situada no pólo do Porto, funciona de segunda a sexta-feira apenas com o serviço de almoços.

Tabela XX – Refeições servidas cantina na ESE

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	3.558	2.119	4.412	2.949	3.173	2.311	779	2.008	4.843	5.131	2.392	33.675	165
Funcionamento (dias)	20	20	23	15	19	19	22	14	20	21	11	204	

Nesta unidade foram efectuadas pequenas intervenções, em especial ao nível da rede de água quente, num total de investimento de cerca de 6.000€.

Registe-se que as maiores intervenções foram efectuadas em 2008, no sentido de salvaguardar as condições físicas higio-sanitárias adequadas.

A unidade foi visitada pela ASAE em 2010, não se tendo detectado irregularidades.

Cantina no ISCAP, em Matosinhos

Esta unidade, situada no pólo de Matosinhos, funciona de segunda a sexta-feira com o serviço de almoços e jantares.

Tabela XX – Refeições servidas na cantina no ISCAP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	3.192	1.393	3.295	2.868	1.928	1.794	672	1.263	3.712	3.313	1.682	25.112	128
Funcionamento (dias)	20	20	20	19	19	19	18	9	20	21	11	196	

Esta unidade é relativamente recente, pelo que as intervenções se situaram ao nível de melhorias, como a pintura da área do refeitório e cantina, num total de cerca de 6.500€ de investimento.

A unidade havia sido visitada pela ASAE em 2009, não havendo registo de desconformidades.

Cantina na ESMAE, no Porto

Esta unidade, situada no pólo do Porto, funciona de segunda a sexta-feira apenas com o serviço de almoços.

Tabela XX – Refeições servidas na cantina na ESMAE

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.626	901	1.444	908	1.690	1.196	452	1.145	2.079	2.159	1.006	14.606	71
Funcionamento (dias)	20	20	23	15	21	18	22	14	20	21	11	205	

Esta unidade já foi intervencionada em 2009, no sentido de resolver problemas de cumprimento da regulamentação em vigor nesta área de actividade.

Em 2010 complementaram-se essas intervenções, com melhoria ao nível da rede de gás, de infiltrações de água e algum equipamento, num investimento de cerca de 4.500€.

A unidade também foi objecto da visita pela fiscalização da ASAE em 2010, não tendo sido apontadas irregularidades.

Cantina na ESEIG

Esta unidade, situada no pólo de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, funciona de segunda a sexta-feira apenas com o serviço de almoços.

Tabela XX – Refeições servidas na cantina na ESEIG

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	3.141	984	3.483	3.018	2.453	2.417	867	1.734	4.197	4.358	1.833	28.485	138
Funcionamento (dias)	20	20	20	19	21	18	22	14	20	21	11	206	

A unidade alimentar da ESEIG é relativamente recente, sendo a parte mais deficitária a instalação do snack-bar e das infra-estruturas do saneamento.

Em 2010 efectuaram-se pequenas reparações, nomeadamente a pintura do armazém situado na cave (após a tentativa de eliminação das infiltrações de humidade exterior e do sistema de saneamento), num total de cerca de 4.000€.

No bar introduziram-se algumas melhorias, na sequência das já realizadas em 2009, nomeadamente no sistema de exaustão, no total de cerca de 3.000€.

Paralelamente procurou-se melhorar o serviço ao utente, em diálogo, aliás com a Presidência da Escola e a Direcção da Associação de Estudantes, dando seguimento à correcção de desconformidades detectadas em sede de auditoria e também via reclamação dos utentes.

Cantina na ESTGF

Esta unidade, situada no pólo de Felgueiras, funciona de segunda a sexta-feira com o serviço de almoços e jantares.

Tabela XX – Refeições servidas na cantina na ESTGF

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.756	886	2.434	2.276	1.612	1.530	538	826	2.652	2.398	1.099	18.007	87
Funcionamento (dias)	20	20	20	19	21	19	22	14	20	21	11	207	

Esta unidade foi totalmente remodelada em 2008, dado que não oferecia as condições mínimas da regulamentação em vigor.

Em 2010 houve apenas pequenas intervenções (pouco mais de 1.000€).

Cafeteria na ESTSP

Na ESTSP, como se referiu, não existe cantina. Por isso, atentas as necessidades dos estudantes, a Cafeteria evoluiu para o conceito de snack-bar, fornecendo refeições ligeiras.

Todo o investimento nesta unidade foi realizado em 2008 e 2009 (equipamento novo), não tendo havido necessidade de intervenções em 2010.

O projecto GICANT

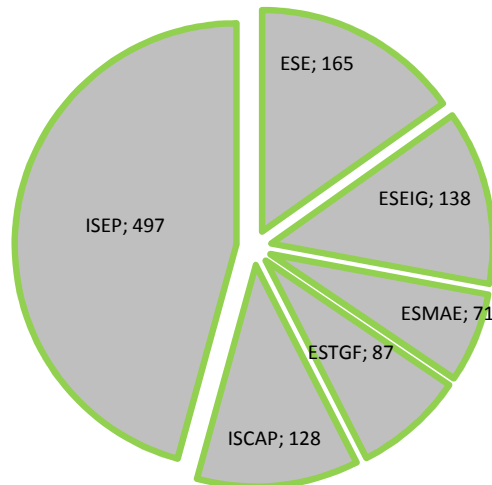
Como referido atrás, em 2010 os SAS.ipp promoveram o desenvolvimento deste projecto, em articulação com a Divisão de Sistemas e Infra-Estruturas de Informação e Comunicação do IPP, visando a introdução de um sistema mais eficaz e eficiente de marcação e pagamento de refeições.

Para além do desenvolvimento do software, este projecto envolveu a aquisição de diverso equipamento, referido no quadro a seguir, bem como pequenas obras de adaptação de ligações à rede informática de cada Escola, num investimento total de cerca de 47.000€.

Escola	Pontos	Monitores	Computador	Leitor de Cartões	Adaptadores	
		15" e 12"			Série	HDMI
ISEP	2	4	2	2	2	2
ESEIG	1	2	1	1	1	1
ESMAE	1	2	1	1	1	1
ESE	1	2	1	1	1	1
ISCA	1	2	1	1	1	1
ESTGF	1	2	1	1	1	1
TOTAL	7	14	7	7	7	7
Reserva		4	1	4		

De uma forma sucinta e comparando as diversas unidades alimentares, conclui-se pela seguinte média de refeições servidas por dia:

Figura XX – Média de refeições servida por dia por unidade alimentar



Resumo do funcionamento da área Alimentar

Nos mapas e gráficos que se seguem é possível visualizar de uma forma comparativa a actividade das várias unidades ao longo dos anos, assim como a sua expressão financeira. De notar uma ligeira quebra no número de refeições servidas, tendência que já se verificou em 2009.

Tabela XX – Número anual de refeições servidas por unidade alimentar

	2006	2007	2008	2009	2010	Varição 2010/2009
ESE	24.680	29.614	27.478	35.850	33.675	-6%
ESEIG	25.583	30.189	27.699	30.143	28.485	-6%
ESMAE	18.528	21.397	18.735	15.417	14.606	-5%
ESTGF	7.625	11.851	20.276	18.862	18.007	-5%
ISCAP	34.378	31.087	30.351	29.723	25.112	-16%
ISEP	90.600	111.819	125.598	104.310	102.835	-1%
Total	203.400	237.964	252.145	236.314	224.730	-5%

OBS: Exclui serviços especiais solicitados.

Figura XX – Evolução das refeições servidas nas unidades alimentares

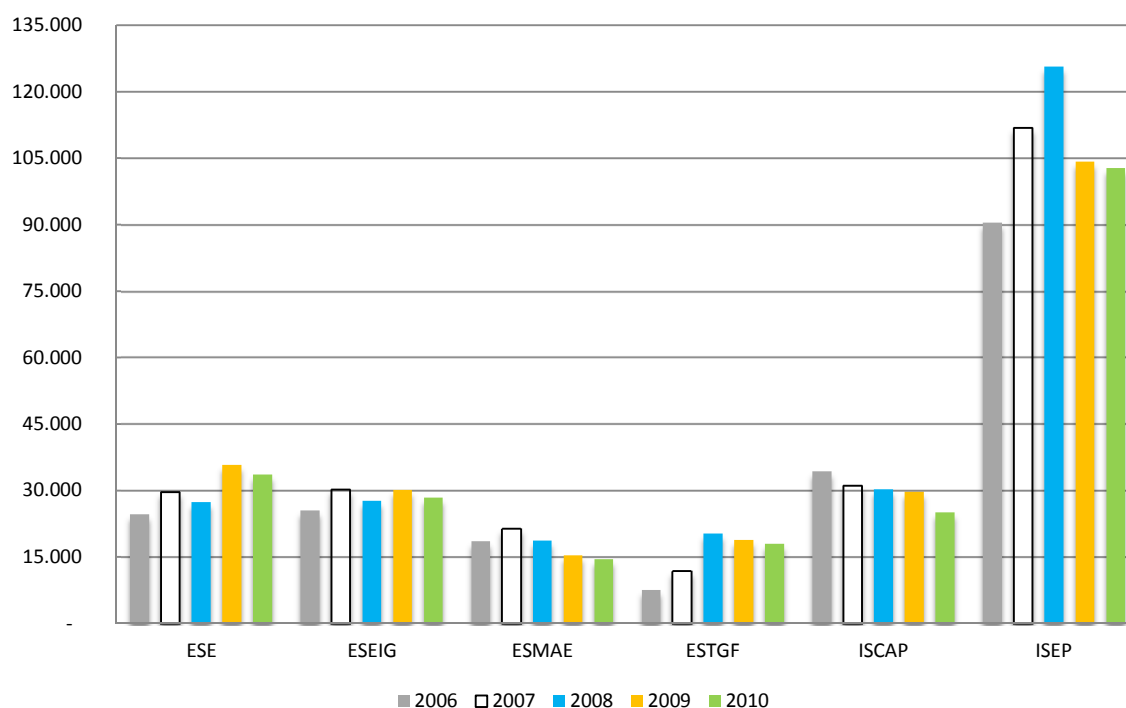


Tabela XX – Decomposição das despesas e receitas das unidades alimentares no ano de 2008

ANO 2008	DESPESAS				RECEITA
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ESE	16.587,43 €	129.588,87 €	10.554,57 €	156.730,88 €	52.581,04 €
ESEIG	4.407,79 €	146.231,98 €	16.169,73 €	166.809,50 €	59.903,94 €
ESMAE	2.981,86 €	83.340,99 €	12.016,05 €	98.338,90 €	37.418,39 €
ISCAP	4.828,24 €	112.069,44 €	13.962,57 €	130.860,25 €	64.931,72 €
ISEP	19.987,36 €	403.504,95 €	4.900,22 €	428.392,54 €	256.840,40 €
ESTGF	3.227,62 €	81.518,89 €	145.164,71 €	229.911,22 €	40.449,52 €
ESTSP	828,01 €	47.192,92 €	76.225,58 €	124.246,51 €	5.338,09 €
TOTAL	52.848,31 €	1.003.448,04 €	278.993,44 €	1.335.289,79 €	517.463,11 €

Tabela XX – Decomposição das despesas e receitas exclusivamente das cantinas no ano de 2009

ANO 2009	DESPESAS				RECEITA COM Exploração dos Bares
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ESE	21.344,70 €	119.678,74 €	3.335,29 €	144.358,72 €	71.325,88 €
ESEIG	7.125,89 €	105.395,22 €	8.073,16 €	120.594,27 €	68.943,60 €
ESMAE	3.635,86 €	71.025,33 €	45.051,64 €	119.712,83 €	39.412,95 €
ISCAP	7.027,82 €	118.769,76 €	6.198,70 €	131.996,29 €	68.176,91 €
ISEP	24.643,51 €	295.866,54 €	- €	320.510,05 €	238.571,02 €
ESTGF	4.448,80 €	76.101,26 €	14.460,85 €	95.010,91 €	52.601,68 €
ESTSP	757,09 €	2.875,18 €	15.425,27 €	19.057,54 €	28.000,00 €
TOTAL	68.983,67 €	789.712,03 €	92.544,91 €	951.240,61 €	567.032,04 €

Tabela XX – Decomposição das despesas e receitas exclusivamente das cantinas no ano de 2010

ANO 2010	DESPESAS				RECEITA COM Exploração dos Bares
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ESE	22.578,14 €	106.108,80 €	10.848,10 €	139.535,04 €	88.269,91 €
ESEIG	8.414,85 €	90.851,74 €	11.323,68 €	110.590,26 €	77.420,31 €
ESMAE	4.407,22 €	56.620,15 €	7.471,16 €	68.498,53 €	45.792,20 €
ISCAP	7.738,69 €	79.909,04 €	11.658,77 €	99.306,50 €	67.515,35 €
ISEP	29.423,27 €	286.880,98 €	116.191,45 €	432.495,70 €	282.042,26 €
ESTGF	5.218,12 €	65.859,49 €	5.701,02 €	76.778,63 €	48.903,00 €
ESTSP	917,51 €	821,55 €	4.971,62 €	6.710,68 €	20.957,27 €
TOTAL	78.697,82 €	687.051,74 €	168.165,80 €	933.915,35 €	630.900,30 €

Nota: Os valores indicados implicaram a reafecção de despesas gerais, podendo introduzir alguns desajustamentos, absorvidos globalmente. Por outro lado, os valores reflectem controlo de gestão não coincidente com a óptica orçamental (caixa), pois os registos por centros de custos obedecem à óptica patrimonial.

Figura XX – Comparação da decomposição da despesa referente às unidades alimentares – entre os anos 2007 e 2010

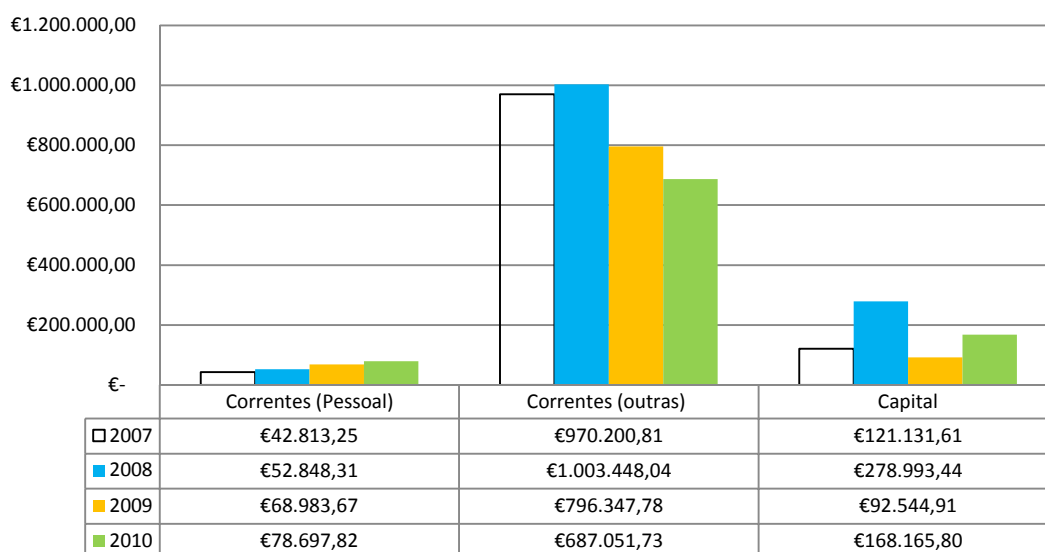


Tabela XX – Evolução das receitas e despesas das unidades alimentares entre 2007 e 2010

	2007	2008	2009	2010
RECEITA (TOTAL)	493.911,24 €	517.463,11 €	561.865,02 €	630.900,30 €
DESPESA CORRENTE (TOTAL)	1.013.014,06 €	1.056.296,35 €	865.331,45 €	765.749,55 €
DESPESA (TOTAL)	1.134.145,67 €	1.335.289,79 €	957.876,36 €	933.915,35 €
TAXA COBERTURA (s/ Despesa corrente)	49%	49%	65%	82%
TAXA COBERTURA (s/ Despesa total)	44%	39%	59%	68%

Os SAS.IPP, para além do serviço habitual de linha de self-service das unidades alimentares, realizam ainda serviços de refeições destinados a público interno, como sendo as Associações de Estudantes, participantes em Jornadas e Colóquios promovidos pelas Escolas, entre outros, os quais funcionam como serviços especiais, contratados caso a caso com os concessionários e em regra suportados pelas entidades requisitantes.

PARTE 7 – outros apoios: apoio a actividades culturais e outras

Embora o orçamento disponível não permitisse apoiar directa e financeiramente as múltiplas actividades promovidas pelos estudantes do IPP, os SAS.IPP procuraram, no entanto, corresponder e colaborar em iniciativas várias, das quais se destacam:

ACTIVIDADE	ENTIDADE ORGANIZADORA
Curso intensivo entre 6 IES parceiras do IPP	Gabinete de Relações Externas do ISEP
Jantar da AE ISEP	AEISEP
XIV FETUF - Festival de Tunas (ISCAP)	Tuna Feminina ISCAP
Jornadas de Universitários Católicos	Pastoral Universitária
Almoço de confraternização	FAP
X Festival de Afrodituna	Tuna Feminina ESEIG
5.º Tun'elas	Tuna Feminina ESTSP
Jantar de Tunas	Tuna Masculina da ESEIG
XVI Festival de Tunas Femininas do ISEP	Tuna Feminina ISEP
X Jornadas de Marketing ISCAP	Comissão Organizadora
IV Gristolândia	Gristo Académico
Jantar Académico na ESE	Grupo de alunos da ESE
Campeonatos Nacionais Universitários	Departamento de Desporto da ESE
Jantar de Caloiros	Grupo de Tradições Académicas ESE
Jantar da Comissão de Praxe do ISCAP	Comissão de Praxe do ISCAP
Teacher Education for Inclusion	ESE
Artenet Meeting	ESMAE
Programa Intensivo de Erasmus - sacs	ESMAE
17ª FITISEP	Tuna ISEP
Seminário	Director do Curso de Hotelaria
IV Jornadas de Radiologia	Curso de Radiologia da ESTSP
Encontro de Voluntariado Estudantil	Gabinete do Estudante do IPP
Festival Set - ESMAE	ESMAE
"Oficinas de Arte e Ciência"	Casa do Pessoal do IPP
Almoço para a Assoc. Solid. Social Madalena	Bee – Aventura E Movimento
Jantar de Caloiros no ISCAP	Comissão de Praxe do ISCAP
Almoço de Caloiros no ISCAP	Comissão de Praxe do ISCAP

ACTIVIDADE	ENTIDADE ORGANIZADORA
Almoço de Caloiros na ESE	Grupo de Tradições Académicas
Jantar do GTA	Grupo de Tradições Académicas
Jantar da Comissão de Praxe ISCAP	Comissão de Praxe do ISCAP
Recepção Caloiro ISEP	AE ISEP
Festa Alunos S. Tomé e Príncipe	Assoc. Est. S. Tomé e Príncipe
Festival Cantunices	Cantuna – Tuna Feminina da ESE
Sarau Natal Gatunos	Gatunos – Tuna Masculina da ESEIG
Curso intensivo entre 6 IES parceiras do IPP	Gabinete de Relações Externas do ISEP
Jantar da AE ISEP	AEISEP
XIV FETUF - Festival de Tunas (ISCAP)	Tuna Feminina ISCAP
Jornadas de Universitários Católicos	Pastoral Universitária
Almoço de Estudantes	FAP
X Festival de Afrodituna	Tuna Feminina ESEIG
5.º Tun'elas	Tuna Feminina ESTSP
Jantar de Tunas	Tuna Masculina da ESEIG

Na área da saúde manteve-se, de forma irregular, o serviço de consultas médicas de clínica geral em dois dias por semana através de um médico contratado em regime de avença.

Como referido no início deste ponto, a escassez do financiamento atribuído a estes SAS impediu de concretizar projectos na área da saúde e também do apoio psico-pedagógico, socorrendo-se os serviços, nesta matéria, dos serviços existentes nas escolas e nos Serviços Centrais, estabelecendo-se estreita colaboração com o Gabinete de Apoio Psicológico integrante do Espaço Estudante

PARTE 8 – orçamento e financiamento da actividade

O financiamento da acção social no ensino superior está regulado pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, prevendo-se, em síntese, que

- a) “**o Estado investirá na acção social escolar**”, devendo o financiamento dos serviços de acção social do ensino superior efectuar-se “*através de uma fórmula calculada em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho*”, a fixar através de decreto-lei, que contudo não chegou ainda a ser publicado (art.º 19.º n.º 2 e 3) e que
- b) o acesso dos estudantes a “*um serviço de refeições*” e dos deslocados “*a alojamento em residências ou apoios específicos para esse fim*” (...) “*são subsidiados de acordo com a fórmula a definir por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e de Ciência e do Ensino Superior*” (art.º 24.º n.º 1, 2 e 3), diploma, no entanto, também ainda não publicado.

O financiamento atribuído directamente através do OE para os diferentes Serviços de Acção Social (SAS) não tem, porém, obedecido a critérios conhecidos e conformes àquele enquadramento legal, conforme se verifica pelas seguintes situações:

- Em 2007 verificou-se uma redução nominal de 3%, uniforme para todos os SAS relativamente à dotação de 2006;
- Em 2008 verificou-se uma variação entre -32,95% e + 21,4%, sendo o financiamento dos SAS.IPP reduzido em **-26,5%** (nominais), sem qualquer suporte explicativo, nomeadamente decorrente dos referidos critérios de equidade (ver quadro seguinte), eficiência (os SAS reduziram custos e aumentaram receitas) ou bom desempenho (não existem definidas metas sobre este critério);
- Para 2009 mantiveram-se os valores nominais de 2008, sendo de realçar que os vencimentos do pessoal aumentaram 2,9%;
- **Em 2010**, o financiamento manteve-se inalterado, isto é, **idêntico ao de 2008**.

Assim, o financiamento directo do OE para os SAS.ipp correspondeu, em 2010, a cerca de 70% do atribuído em 2006 (com valores nominais), ou seja, menos cerca de 30%, sendo que no mesmo período:

- o n.º de alunos do IPP passou de 14.998 para 17.121 (2010/11): mais 14%;
- o n.º de candidatos a bolsa de estudo passou de 3.517 para 6.201 (2009/10): mais 76%;
- e o n.º de bolseiros passou de 2.566 para 4.373 (2009/10): mais 70%.

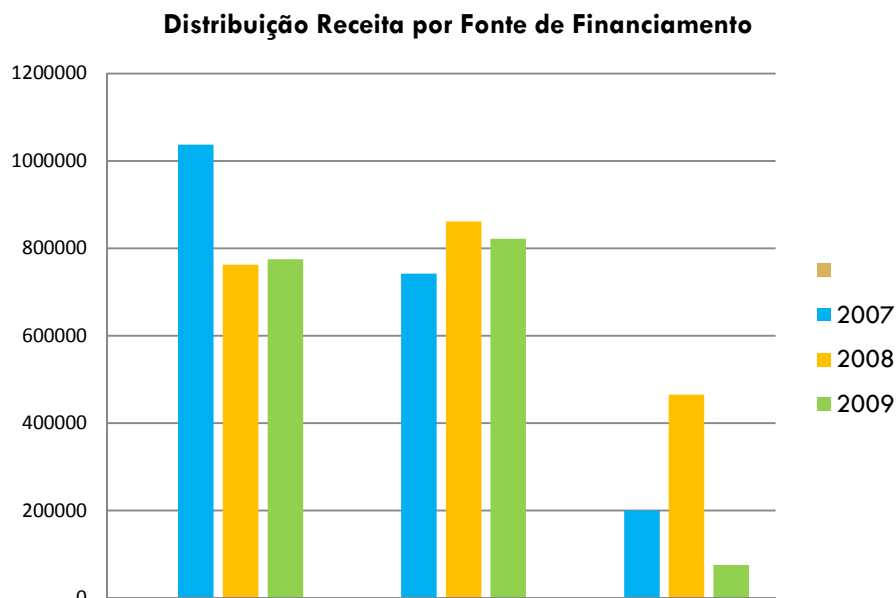
A solução dos SAS.ipp para esta diferenciação negativa, assentou nas seguintes lógicas:

- a) Prosseguir, no essencial, os objectivos essenciais da sua missão (apoios directos aos estudantes, alimentação e alojamento) preterindo outros (apoios na saúde, psico-pedagógicos, culturais, desportivos, etc...);
- b) Reduzir custos e aumentar receitas (neste último caso prejudicado pela orientação tutelar de não aumentar o preço das refeições nem do alojamento);
- c) Obter financiamento adicional do IPP, através de uma parcela das propinas pagas pelos estudantes, que o CAS propôs de 3% e que obteve aprovação da Presidência e do Conselho Geral, nos termos previstos na alínea d) do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril.

Tabela 38 – Receitas por fonte de financiamento

RECEITAS POR FONTE DE FINANCIAMENTO:	
Orçamento de Estado	762.443 €
Receitas Próprias	924.614 €
Transferências do IPP	414.206 €
TOTAL	2.101.263 €

Figura 39 - Distribuição da Receita por Fonte de Financiamento – análise comparativa



Como se verifica, e excluindo as transferências do IPP, o financiamento do OE passou de 58% do total em 2007 para 45% em 2010.

No que se refere à cobrança de receitas próprias (excluindo as transferências internas ao IPP), o valor total de 2010 decompõe-se como se indica a seguir, representando um acréscimo percentual relativamente a 2009 de 12,5 %.

Tabela 40 – Decomposição das receitas próprias entre 2010 e 2007

Tipo de receita	2010	2009	2008	2007
Receita das Cantinas	538.023,03 €	469.896,92 €	495.558,13 €	459.980,30 €
Rendas dos bares	92.877,27 €	91.968,10 €	35.297,17 €	31.903,00 €
Receita do Alojamento	192.571,00 €	194.751,81 €	166.130,50 €	148.898,90 €
Juros	14.280,85 €	20.461,12 €	151.650,11 €	93.304,12 €
Outras	86.861,52	44.469,40 €	12.538,31 €	8.269,38 €
Total	924.613,67 €	821.547,35 €	861.174,22 €	742.355,70 €

Nota: O valor das "Rendas dos Bares" não inclui IVA à taxa legal em vigor.

Figura 41 - Distribuição da Despesa por área de actividade

	DESPEAS em 2010				RECEITAS em 2010
	CORRENTES (PESSOAL)	CORRENTES (OUTRAS)	CAPITAL	TOTAL	
ALIMENTAÇÃO	78.697,82 €	687.051,73 €	168.165,80 €	933.915,35 €	630.900,30 €
ALOJAMENTO	61.766,26 €	245.163,80 €	91.943,34 €	398.873,40 €	192.571,00 €
APOIOS DIRECTOS	208.699,89 €	77.682,52 €	27.726,57 €	314.108,98 €	- €
CULTURA / DESPORTO	2.917,74 €	50.225,14 €	- €	53.142,88 €	44.641,02 €
SAÚDE	3.862,50 €	- €	- €	3.862,50 €	- €
ADMINISTRAÇÃO	21.740,46 €	5.680,10 €	425,73 €	27.846,29 €	- €
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	73.949,04 €	90.716,66 €	56.576,29 €	221.241,99 €	14.460,69 €
RECEITAS GERAIS	- €	- €	- €	- €	762.443,00 €
TOTAL	451.633,71 €	1.156.519,95 €	344.837,73 €	1.952.991,39 €	1.645.016,01 €

OBSERVAÇÕES:

- Neste quadro consideram-se os valores da receita e despesa do exercício (mapas 7.1 e 7.2), deduzidos de IVA recebido e entregue ao
- Na redistribuição de despesas classificadas como "despesas gerais" poderão resultar pequenos desajustamentos.

Figura 42 - Evolução dos encargos com pessoal - por área

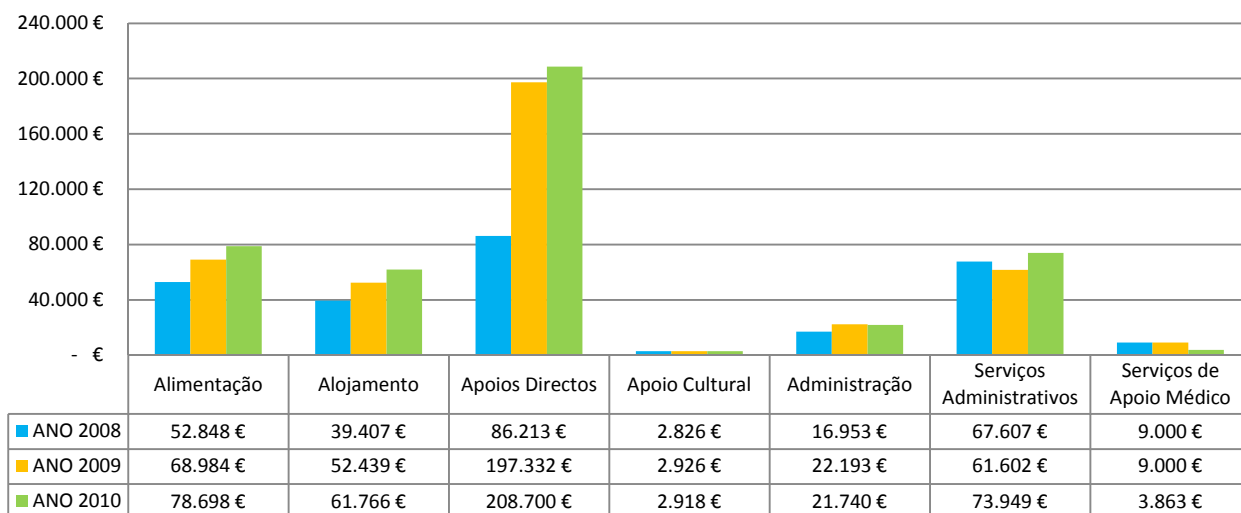
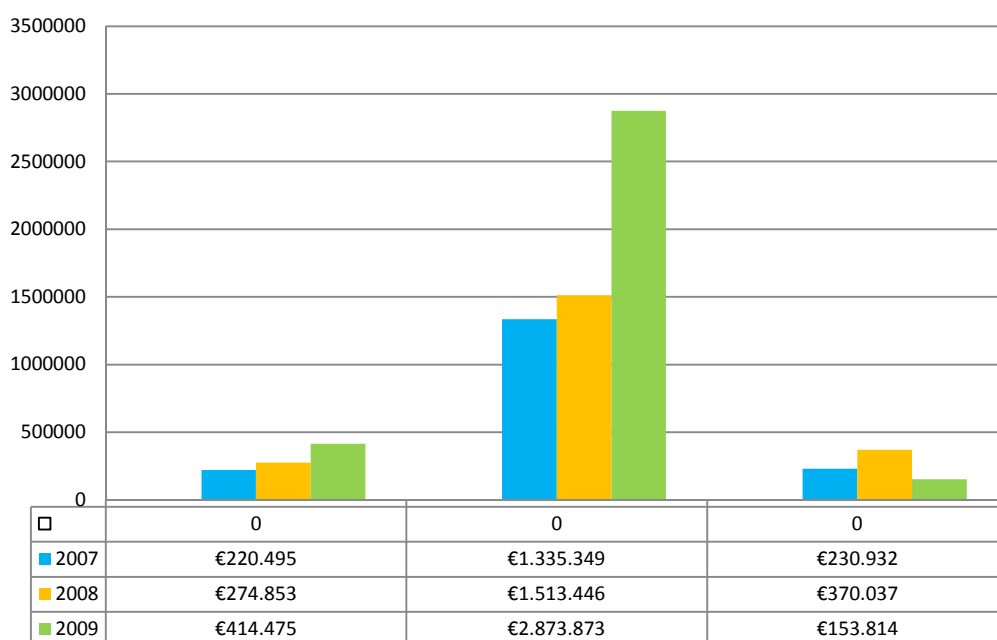


Figura 44 - Distribuição da despesa por tipo



Investimento

Em 2010, tal como nos três anos anteriores, os SAS.IPP não foram contemplados com quaisquer verbas do PIDDAC para investimento, apesar de o conjunto das seis residências e sete cantinas/bares carecerem de obras de conservação e se justificar a construção de novos espaços de alojamento, no Porto e em Felgueiras (como se referiu atrás, os SAS.IPP são os que têm menor capitação de camas por aluno em todas as instituições de ensino superior público), bem como de duas novas cantinas, para a ESTGF e para a ESTSP.

Para colmatar essa carência, os SAS.IPP efectuaram alguns pequenos investimentos que vão referidos no local próprio deste relatório, quer ao nível do reequipamento e conservação das residências, quer das cantinas e bares com particular destaque, em 2010, para o snack-bar do ISEP.

No entanto, foi enviada à DGES e ao GPEARl do MCTES proposta de investimento reflectida no quadro seguinte:

Designação do Projecto	Fase de Execução	Localização	Investimento previsto	Programação plurianual	Obs
Requalificação das Residências de Estudantes existentes	Em execução e estudos diversos	Porto e Vila do Conde	470.000 €	2010-2012	Projecto já inscrito no PIDDAC de 2010
Requalificação de Cantinas e Snack-Bares ^(a)	Em execução e estudos diversos	Porto, Vila do Conde, Matosinhos, Felgueiras e V.N. Gaia	1.260.000 €	2009-2012	Projecto já inscrito no PIDDAC de 2010
Construção da Residência de Estudantes de Gil Vicente (109 camas)	Projecto - base	Porto	2.620.182 €	2010-2012	Projecto já inscrito no PIDDAC de 2010
Construção da Residência de Estudantes do Curral (60 camas) - 1ª Fase	Estudo - Prévio	Felgueiras	1.803.466 €	2009-2013	Projecto de arquitectura em execução. Não existe alojamento para apoio à ESTGF
Construção de Cantina para a ESTSP	Em estudo	V.N. Gaia	1.800.000 €	2010-2012	Importante para apoio à ESTSP. Dependente das opções em estudo.
Construção de Residência de Estudantes em V.N.Gaia / Zona Histórica (100 camas)	Em estudo prospectivo	V.N. Gaia	1.800.000 €	2011-2013	Dependente das opções em estudo.
Construção de Cantina para a ESTGF	Em estudo	Felgueiras	1.250.000 €	2011-2012	Dependente das opções em estudo.
Construção de nova Residência de Estudantes no Porto / Zona Histórica (100 camas)	Em estudo prospectivo	Porto	2.100.000 €	2011-2014	Dependente das opções em estudo.
Construção da Residência de Estudantes do Curral (50 camas) - 2ª Fase	Estudo - Prévio	Felgueiras	1.795.555 €	2013-2014	Dependente da realização da 1ª Fase.

^(a) Intervenções correctivas derivadas do cumprimento da legislação na área de segurança alimentar, para além da melhoria das condições operacionais.

Alguns indicadores

TAXA DE COBERTURA DAS DESPESAS PELAS RECEITAS

$$\text{TOTAL DE DESPESAS} / \text{TOTAL DE RECEITAS} = 96\%$$

TAXA DE RECEITAS PRÓPRIAS SOBRE O TOTAL DE RECEITA

$$\text{TOTAL DE RECEITA PRÓPRIA} + \text{TRANSFERÊNCIAS} / \text{TOTAL DE RECEITAS} = 64\%$$

TAXA DE FINANCIAMENTO DO OE SOBRE O TOTAL DAS RECEITAS

$$\text{TOTAL DE RECEITA DO OE} / \text{TOTAL DE RECEITAS} = 36\%$$

PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA

$$\text{TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL} / \text{TOTAL DE DESPESA} = 23\%$$

PESO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO NO TOTAL DA DESPESA

$$\text{TOTAL DE DESPESAS DE INVESTIMENTO} / \text{TOTAL DE DESPESA} = 17\%$$

PESO DAS DESPESAS CORRENTES (SEM PESSOAL) NO TOTAL DA DESPESA

$$\text{TOTAL DE DESPESAS CORRENTES (SEM PESSOAL)} / \text{TOTAL DE DESPESA} = 60\%$$

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS 21,8 dias

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS 16,2 DIAS

PARTE 9 – Análise comparativa da estrutura de recursos e destinatários da missão SAS

Conforme tem sido reiteradamente expresso perante os órgãos do IPP e perante a Tutela, os SAS IPP encontram-se numa posição muito desfavorável em relação aos demais, conforme se expressa no quadro seguinte e nas figuras que se lhe associam.

Instituição	Orçamento (dotação OE 2010) a)	Alunos (2009-2010) b)	Trabalhadores 31-12-2010 c)	Rácio distribuição da dotação OE por aluno	Rácio distribuição de alunos por trabalhador
SAS Instituto Politécnico de Beja	426.217,00 €	2.779	31	153	90
SAS Instituto Politécnico de Bragança	671.052,00 €	6.609	71	102	93
SAS Instituto Politécnico de Castelo Branco	403.153,00 €	4.374	24	92	182
SAS Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	62.601,00 €	2.643	?	24	
SAS Instituto Politécnico de Coimbra	847.648,00 €	10.253	54	83	190
SAS Instituto Politécnico da Guarda	479.750,00 €	2.916	58	165	50
SAS Instituto Politécnico de Leiria	1.057.265,00 €	9.477	151	112	63
SAS Instituto Politécnico de Lisboa	810.612,00 €	13.639	28	59	487
SAS Instituto Politécnico de Portalegre	470.528,00 €	2.612	32	180	82
SAS Instituto Politécnico do Porto	762.443,00 €	15.896	19	48	837
SAS Instituto Politécnico de Santarém	553.783,00 €	3.863	26	143	149
SAS Instituto Politécnico de Setúbal	555.358,00 €	6.173	16	90	386
SAS Instituto Politécnico de Tomar	483.923,00 €	3.132	29	155	108
SAS Instituto Politécnico de Viana do Castelo	463.088,00 €	3.633	62	127	59
SAS Instituto Politécnico de Viseu	362.366,00 €	6.138	51	59	120
SAS Universidade dos Açores	985.813,00 €	3.681	47	268	78
SAS Universidade do Algarve	1.380.704,00 €	8.644	121	160	71
SAS Universidade de Aveiro	1.812.856,00 €	12.419	165	146	75
SAS Universidade da Beira Interior	1.079.275,00 €	5.960	94	181	63
SAS Universidade de Coimbra	5.585.074,00 €	20.868	515	268	41
SAS Universidade de Évora	854.033,00 €	8.119	97	105	84
SAS Universidade de Lisboa	4.054.206,00 €	20.830	188	195	111
SAS Universidade da Madeira	538.395,00 €	3.111	50	173	62
SAS Universidade do Minho	2.272.833,00 €	16.057	234	142	69
SAS Universidade Nova de Lisboa	1.766.232,00 €	16.702	88	106	190
SAS Universidade do Porto	4.172.379,00 €	28.628	240	146	119
SAS Universidade Técnica de Lisboa	3.338.545,00 €	22.970	107	145	215
SAS Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1.749.868,00 €	7.709	135	227	57

